

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS - CAMPUS CORA CORALINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM GEOGRAFIA | PPGeo

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO
ESTUDOS AMBIENTAIS E TERRITORIAIS DO CERRADO

LINHA DE PESQUISA
DINÂMICA TERRITORIAL DO CERRADO

ORIENTADORA
PROF.^a DR.^a TATHIANA RODRIGUES SALGADO

DISSERTAÇÃO

URBANIZAÇÃO E VULNERABILIDADE SOCIAL

*a evolução da população em situação de rua nos municípios
goianos entre 2012 e 2021*

JAQUELINNE NEVES DE OLIVEIRA

GOIÁS-GO | 2023



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS - CAMPUS CORA CORALINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

JAQUELINNE NEVES DE OLIVEIRA

URBANIZAÇÃO E VULNERABILIDADE SOCIAL:

A evolução da população em situação de rua nos municípios goianos entre 2012 e 2021

GOIÁS-GO
2023

JAQUELINNE NEVES DE OLIVEIRA

URBANIZAÇÃO E VULNERABILIDADE SOCIAL:

A evolução da população em situação de rua nos municípios goianos entre 2012 e 2021

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Geografia/PPGEO, da Universidade Estadual de Goiás - Campus Cora Coralina, como pré-requisito para o título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração

Estudos Ambientais e Territoriais do Cerrado

Linha de pesquisa

Dinâmica Territorial do Cerrado

Orientadora

Prof.^a Dr.^a Tathiana Rodrigues Salgado

GOIÁS-GO
2023

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL (BDTD)

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Estadual de Goiás a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UEG), regulamentada pela Resolução, CsA nº 1.087/2019 sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9.610/1998, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data¹. Estando ciente que o conteúdo disponibilizado é de inteira responsabilidade do(a) autor(a).

Dados do autor (a)

Nome completo: JAQUELINNE NEVES DE OLIVEIRA

Email: jaquelinne2703@gmail.com

Dados do trabalho

Título: URBANIZAÇÃO E VULNERABILIDADE SOCIAL: a evolução da população em situação de rua nos municípios goianos entre 2012 e 2021

Tipo:

Tese Dissertação

Curso/Programa: Mestrado do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Geografia –
Campus Cora Coralina


Concorda com a liberação documento

SIM NÃO

¹Período de embargo é de até um ano a partir da data de defesa.

Goiás-GO, 02 de janeiro de 2024


Assinatura autor(a)


Assinatura do orientador(a)

CATALOGAÇÃO NA FONTE

Biblioteca Frei Simão Dorvi – UEG Câmpus Cora Coralina

O48u Oliveira, Jaquelinne Neves de.

Urbanização e vulnerabilidade social : a evolução da população em situação de rua nos municípios goianos entre 2012 e 2021 [manuscrito] / Jaquelinne Neves de Oliveira. – Goiás, GO, 2023.

103 f. ; il.

Orientadora: Profa. Dra. Tathiana Rodrigues Salgado.
Dissertação (Mestrado em Geografia) – Câmpus Cora Coralina, Universidade Estadual de Goiás, 2023.

1. Urbanização precoce - Goiás. 1.1. Pobreza urbana. 1.2. Vulnerabilidade social. 1.3. População em situação de rua.
I. Título. II. Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Cora Coralina.

CDU : 911.375(817.3)

Bibliotecária responsável: Marília Linhares Dias – CRB 1/2971

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
(Criada pela lei nº 13.456 de Abril de 1999, publicada no DOE-GO de 20 de Abril de 1999)
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Coordenação de Pós-Graduação Stricto Sensu
UEG CÂMPUS CORA CORALINA
Av. Dr. Deusdeth Ferreira de Moura Centro - GOIÁS CEP: 76600000
Telefones: (62)3936-2161 / 3371-4971 Fax: (62) 3936-2160 CNPJ: 01.112.580/0001-71

ATA DE EXAME DE DEFESA 16/2023

Aos dezessete dias do mês de novembro de dois mil e vinte e três às quatorze horas, realizou-se o Exame de Defesa de dissertação do(a) mestrando(a) **Jaqueline Neves de Oliveira**, intitulado: **“URBANIZAÇÃO E VULNERABILIDADE SOCIAL: a evolução da população em situação de rua nos municípios goianos entre 2012 e 2021.”**. A banca examinadora foi composta pelos seguintes professores doutores: Prof.(a) Dr.(a) Tathiana Rodrigues Salgado (PPGEO/UEG), Prof. Dr. Tadeu Pereira Alencar Arrais (UFG/IESA), e Prof.(a) Auristela Afonso da Costa (PPGEO/UEG). Os membros da banca fizeram suas observações e sugestões, as quais deverão ser consideradas pelo mestrando e seu(sua) orientador(a). Em seguida, a banca examinadora reuniu-se para proceder a avaliação do exame de defesa. Reaberta a sessão, o presidente da banca examinadora, Prof.(a) Dr.(a) Tathiana Rodrigues Salgado proclamou que a dissertação encontra-se aprovada ou não aprovada () ou aprovada com ressalva () e com as seguintes exigências (se houver):


sem observações.

Cumpridas as formalidades de pauta, às ____ horas a presidência da mesa encerrou esta sessão do Exame de Defesa e lavrou a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos membros da banca examinadora.

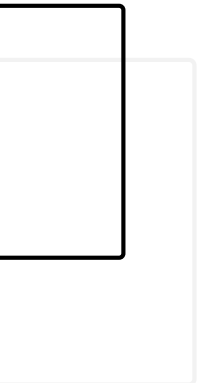
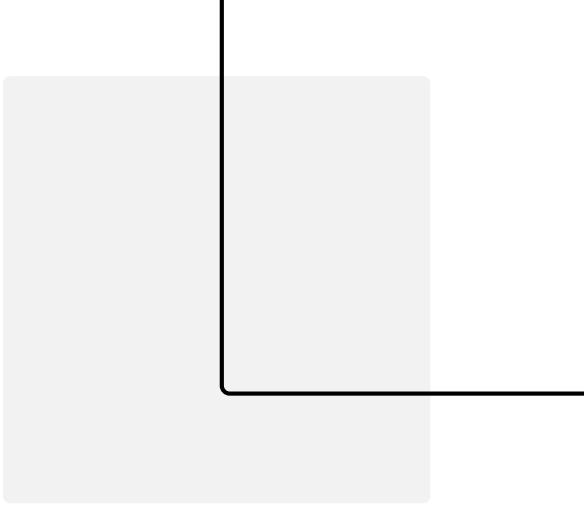
Goiás-GO, 17/11/2023.


Prof.(a) Dr.(a) Tathiana Rodrigues Salgado (PPGEO/UEG)


Prof. Dr. Tadeu Pereira Alencar Arrais (UFG/IESA)


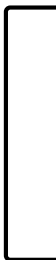

Prof.(a) Dr. (a) Auristela Afonso da Costa (PPGEO/UEG)


Alencar



Ao meu pai, **SILVIO MARIO** que faleceu meses antes da defesa dessa dissertação. Homem, pai e melhor amigo, sempre esteve ao meu lado e me ensinou valores de generosidade, respeito ao próximo, luta contra as injustiças, amor a família, dedicação e compromisso ao trabalho e às amizades. Que todo o bem que fez em vida e sua alegria me dê forças para continuar.

E a todo **SER HUMANO** em vulnerabilidade social e em situação de rua – homem, mulher, trans, travesti, criança, jovem e velho, negro, branco, pardo, indígena, natural e estrangeiro, entre tantos outros – que “*invisíveis*” aos olhos de muitos, transitam pelas ruas das nossas cidades, e delas fazem seu meio de sobreviver. E àqueles(as) que desprendidos dos preconceitos e estigmas, buscam compreender a profundidade e complexidade desses tempos. E não se aquietam, procurando um modo de agir diante as desigualdades.



AGRADECIMENTOS

Esse trabalho não teria sido possível sem a colaboração, estímulo e empenho de pessoas que contribuem diariamente para a construção de um país e de um mundo mais digno.

Aos meus pais – Silvio e Eliete –, e a minha irmã – Barbara – pela presença e paciência que tiveram durante essa caminhada. A vocês, todo meu amor, carinho e admiração. A meu pai (*in memoriam*) que faleceu meses antes da defesa, deixando um corte profundo no coração – mas que, mesmo não estando ao meu lado fisicamente, como sempre esteve, que esteja em espírito me fortalecendo e torcendo por mim.

À Juheina Lacerda, Diego Pinheiro, Tadeu Arrais e Tathiana R. Salgado, quatro profissionais/pessoas que contribuem diariamente para uma educação de qualidade em um país chamado Brasil. Obrigada pela oportunidade de aprender com vocês. À vocês, toda minha admiração, gratidão e respeito.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Goiás, PPGeo/UEG – Campus Cora Coralina, que mesmo durante a pandemia de Covid-19 (SARS-CoV-2) colaboraram e estimularam o aprendizado contínuo.

Minha admiração, gratidão e respeito à minha orientadora Tathiana R. Salgado, como professora foi, é e continuará sendo fundamental na transmissão de experiências e solidificação de saberes. Suas recomendações, sua cordialidade, paciência, e leitura crítica permitiu que esta pesquisa contribuísse para o meu desenvolvimento pessoal e profissional.

À *Diego Pinheiro*, por sua reflexão crítica e criativa cujo conhecimento transmitido e total disponibilidade, facilitaram o alcance dos objetivos propostos nesta pesquisa. E pela gentileza que me dispensou sempre que o procurei.

Aos novos amigos que o mestrado proporcionou, em especial à Karla Teixeira, pela reflexão crítica, pela luta diária de seus ideais e pela conversa amiga. E ao professor Dr. Vinícius Druciaki pela gentileza e colaboração prestada, pela atitude aberta e pelas horas de aprendizado durante o estágio docência remoto.

Aos professores Auristela A. da Costa e Tadeu Arrais, pela forma exigente, reflexão crítica e pelas contribuições na qualificação e defesa.

Aos profissionais do nosso Brasil e àqueles muitos que dedicam diariamente o pouco que tem através de esforços direto ou indiretamente aos que estão em condição de vulnerabilidade social e em situação de rua.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás – FAPEG pela bolsa que contribuiu para a trajetória da pesquisa.

À Deus, e a todos, os meus sinceros agradecimentos.

“Esse cobertor não segura frio nenhum parça, eles são restos, cheios de furo, é um convite para o preconceito quando te olham na rua... Sou baiano com muito orgulho e muito amor! Inclusive meu maior arrependimento foi ter vindo para esse lugar cinzento atrás de serviço. Aqui encontrei o crack e o fim da minha dignidade. O prazer da pedra consegue vencer todos os outros prazeres da vida, o de se alimentar, de se cuidar, até mesmo o do sexo. Ou seja, ela consome a sua vontade de viver, e abusa da sua fraqueza pra te tornar um refém do uso... Essa é a minha história de sofrimento nesse mundão, e para ser sincero contigo, não tem mais volta não. Eu perdi o controle de tudo, até mesmo do meu corpo, e agora só restam as memórias de quem eu já fui, e as esperanças de quem eu gostaria de ter sido...”

SP INVISIVEL.ORG. Walter, em situação de rua na Amaral Gurgel, 37 anos, história de 18 jun. 2021. Postagem de 2 jul. 2022 (rede social)

As pulgas sonham com comprar um cão, e os ninguéns com deixar a pobreza, que em algum dia mágico a sorte chova de repente, que chova a boa sorte a cântaros; mas a boa sorte não chove ontem, nem hoje, nem amanhã, nem nunca, nem uma chuvinha cai do céu da boa sorte, por mais que os ninguéns a chamem e mesmo que a mão esquerda coce, ou se levantem com o pé direito, ou comecem o ano mudando de vassoura.

Os ninguéns: os filhos de ninguém, os donos de nada. Os ninguéns: os nenhuns, correndo soltos, morrendo a vida, fodidos e mal pagos: Que não são, embora sejam. Que não falam idiomas, falam dialetos. Que não praticam religiões, praticam superstições. Que não fazem arte, fazem artesanato. Que não são seres humanos, são recursos humanos. Que não tem cultura, têm folclore. Que não têm cara, têm braços. Que não têm nome, têm número. Que não aparecem na história universal, aparecem nas páginas policiais da imprensa local. Os ninguéns, que custam menos do que a bala que os mata.

*GALEANO, Eduardo. Os ninguéns In: **O livro dos abraços**. 9. ed. Porto Alegre: L&PM, 2002. 63p.*

RESUMO

Na genealogia da produção do espaço urbano, que se encontra a possibilidade de compreender os moldes da construção social contemporânea, das contradições e desigualdades que se manifestam na paisagem urbana na forma concretizada deste processo, a cidade. A incidência de população em situação de rua nas cidades contemporâneas expressa na paisagem urbana a dimensão desigual na qual ocorreu o desenvolvimento da sociedade e como um fenômeno social expressa a máxima da questão social em uma sociedade capitalista. A problematização e compreensão da dinâmica socioespacial da população em situação de rua no estado de Goiás entre 2012 e 2021, permite dizer que esse fenômeno social antes característico dos grandes núcleos urbanos e regiões metropolitanas, passa por um processo de interiorização de áreas urbanas de municípios com baixo padrão demográfico. A Política Nacional para a População em Situação de Rua (Decreto nº7.053/2009) compreende a população em situação de rua como um grupo heterogêneo, que possui em comum o quadro de pobreza extrema, vínculos interrompidos ou fragilizados, que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento. A correlação entre urbanização, pobreza urbana, vulnerabilidade social e desigualdades socioespaciais, tem-se como caminho metodológico adotado, o estabelecimento de três delimitações: temática, espacial e temporal. A delimitação temática, compreende a urbanização em espaços de capitalismo periférico, a exemplo do Brasil, como desigual e acelerada, que resulta em problemas sociais no urbano. A pobreza urbana manifesta-se nas diferentes formas espaciais sobre a égide do modo de produção capitalista, relacionando ao debate da vulnerabilidade social, enquanto fragilização dos direitos básicos, a precarização e desmonte dos serviços e proteção social. O recorte na a questão da moradia, no saneamento e no trabalho/renda, sintetiza as desigualdades evidenciadas e amplificadas pela crise sanitária e humanitária da pandemia provocada pela COVID-19. Aqui identifica-se que as mazelas sociais, a exemplo da desigualdade e marginalização estão distribuídas e naturalizadas socioespacialmente pelo território brasileiro. Compreende-se a população em situação de rua como uma dimensão marginalizada nas estatísticas oficiais no Brasil, somente pessoas/família em situação de rua cadastradas, através do Cadastro Único e do Censo SUAS - Sistema Único de Assistência Social, o que exclui grande parte de indivíduos desse grupo social. Identifica-se a adesão arbitrária da legislação nacional da população em situação de rua pelas unidades federativas e municipais. A delimitação espacial, nesse sentido, sob a ótica regional, o Estado de Goiás vem apresentando do saldo migratório interestadual, com um crescimento populacional expressivo e a modernização das atividades produtivas ligadas ao agronegócio, municípios interioranos passam a assumir características urbanas. Nesse processo passa a assumir problemáticas características de ambientes urbanos. A delimitação temporal entre 2012 e 2021 para a pesquisa estatística, observa-se por uma visão macro das características socioeconômicas do Estado de Goiás, a inclusão tímida de dados sobre a população em situação de rua. Mesmo que tenha ocorrido um incremento significativo de 2.237 novas famílias em situação de rua, com um saldo de 101 municípios novos registrados, no período de análise. Embora o Cadastro Único permita a inserção e acesso aos programas sociais, com destaque os habitacionais – demonstrando sua significativa importância como instrumento de diagnóstico para o poder público – não exclui-se a necessidade do Censo Nacional da população em situação de rua. Por fim, lida-se nessa pesquisa com fontes de dados secundários e documentais, estudos técnicos e relatórios. E o mapeamento das informações dá-se através da geotecnologia *Qgis*.

Palavras-chave: urbanização precoce; pobreza urbana; vulnerabilidade social; população em situação de rua; municípios goianos.

ABSTRACT

It is in the genealogy of the production of urban space and urbanisation that it is possible to understand the patterns of contemporary social construction, the contradictions and inequalities that manifest themselves in the urban landscape in the concrete form of this process, the city. The incidence of homeless people in contemporary cities expresses in the urban landscape the unequal dimension in which the development of society has taken place and as a social phenomenon expresses the maxim of the social question in a capitalist society. By problematising and understanding the socio-spatial dynamics of the homeless population in the state of Goiás between 2012 and 2021, it is possible to say that this social phenomenon, once characteristic of large urban centres and metropolitan regions, is undergoing a process of internalisation in urban areas of municipalities with low demographic standards. *Política Nacional para a População em Situação de Rua (Decreto nº7.053/2009)* understands the homeless population as a heterogeneous group of people who share extreme poverty, broken or weakened ties, and who use public places and degraded areas as a place to live and make a living. The correlation between urbanisation, urban poverty, social vulnerability and socio-spatial inequalities is characterised by three methodological approaches: thematic, spatial and temporal. The thematic delimitation understands urbanisation in peripheral capitalist spaces, such as Brazil, as unequal and accelerated, which results in social problems in the city. Urban poverty manifests itself in different spatial forms under the aegis of the capitalist mode of production, relating to the debate on social vulnerability as a weakening of basic rights, the precariousness and dismantling of services and social protection. The focus on housing, sanitation and work/income summarises the inequalities highlighted and amplified by the health and humanitarian crisis caused by COVID-19. Here we see that social ills, such as inequality and marginalisation, are distributed and naturalised socio-spatially throughout Brazil. The homeless population is a marginalised dimension in Brazil's official statistics, with only homeless people/families registered through the *Cadastro Único* and the *Censo SUAS - Sistema Único de Assistência Social*, which excludes a large number of individuals from this social group. This means that the national legislation on the homeless population adhered to is arbitrarily to be by the federal and municipal units. In this sense, from a regional perspective, the state of Goiás has been showing an interstate migratory balance. With significant population growth and the modernisation of production activities linked to agribusiness, inland municipalities are taking on urban characteristics. In the process, they have taken on problems that are characteristic of urban environments. The period between 2012 and 2021 for the statistical survey shows, from a macro view of the socio-economic characteristics of the state of Goiás, the timid inclusion of data on the homeless population. Even though there was a significant increase of 2,237 new homeless families, with a balance of 101 new municipalities registered in the period analysed. Although the *Cadastro Único* allows people to join and access social programmes, especially housing programmes - demonstrating its significant importance as a diagnostic tool for public authorities - is not excluded the need for a national census of the homeless population. Finally, this research deals with secondary and documentary data sources, technical studies and reports. The information was mapped using Qgis geotechnology.

Keywords: early urbanisation; urban poverty; social vulnerability; homeless population; municipalities of Goiás.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Casas do Residencial Irisville, na região Leste de Goiânia-GO, 2012.....	32
Figura 2 - Diferenciação dos moldes de produção do espaço: Residencial Vale dos Sonhos e Residencial Aldeia do Vale, na cidade de Goiânia-GO.....	37
Figura 3 - Escombros remanescentes das remoções no Metro-Mangureira, Rio de Janeiro-RJ e ao fundo o Maracanã	40
Figura 4 - Violência das/nas cidades, exemplo dos casos de aporofobia e segregação urbana	43
Figura 5 - Remoções e despejos em São Paulo durante a pandemia da Covid-19.....	53
Figura 6 - Projeto habitacional do programa “Pra Ter Onde Morar” com casas a custo zero, na cidade de Abadia de Goiás.....	54
Figura 7 - Estados brasileiros: Total de famílias em situação de rua inscritas no Cadastro Único, comparativo dos anos de 2012 a 2021	65
Figura 8 - Centros de Referência Especializados para Pessoas em Situação de Rua: quantidade de unidades por região, 2012-2021	67
Figura 9 - Cidade de plástico e papelão abaixo do viaduto Pacheco Chaves - São Paulo, 2019	70
Figura 10 - Municípios Goianos: Total de famílias em situação de rua inscritas no Cadastro Único, comparativo dos anos de 2012-2021.....	80
Figura 11 - Municípios goianos: Famílias em situação de rua e em pobreza inscritas no Cadastro Único, comparativo dos anos de 2012 a 2021	83
Figura 12 - Municípios goianos: Famílias em situação de rua e em condição de extrema pobreza inscritas no Cadastro Único, comparativo dos anos de 2012 a 2021	84
Figura 13 - Municípios goianos: Famílias em situação de rua com renda por pessoa mensal até meio salário-mínimo, comparativo dos anos de 2012 a 2021	90
Figura 14 - Municípios goianos: Famílias em situação de rua beneficiárias do PBF Programa Auxílio Brasil, comparativo dos anos de 2012 a 2021	92
Figura 15 - Municípios goianos: Localização dos Centros de Referência Especializados para Pessoas em Situação de Rua, 2012-2021.....	93

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Urbanização na América-Latina e Caribe, anos 1950 e 2021	29
Gráfico 2 - Crescimento populacional urbana e rural brasileiro segundo Censo de 1940 e 2010	30
Gráfico 3 - Brasil: Balanço do preenchimento do questionário CENSO SUAS/Centro POP, 2012-2021	66
Gráfico 4 - Média da quantidade e perfil das pessoas em situação de rua atendidas no Centro POP, comparativo dos anos de 2014* a 2021	86
Gráfico 5 - Média da quantidade e perfil das pessoas em situação de rua abordadas pela Abordagem Social, comparativo dos anos de 2014* a 2021	87

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Características principais dos sentidos usuais sobre urbanização.....	28
Quadro 2 - Características principais das abordagens sobre a pobreza proposta Codes (2008)	34
Quadro 3 - Número de pessoas em situação de rua por porte municipal (2010-2022), segundo dados do IPEA (2022)	68
Quadro 4 - Principais conjuntos de impactos que atuaram sobre a urbanização goiana.....	77
Quadro 5 - Situações identificadas pelo Serviço Especializado em Abordagem Social, em 2017 e 2021 por município	88

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Estimativa de domicílios ocupados vs domicílios ocupados em Aglomerados Subnormais por estados brasileiros e Distrito Federal, 2019	57
Tabela 2 - Regiões Metropolitanas: Total de unidades de prestação de serviços de assistência social privada sem fins lucrativos com serviço especializado para pessoas em situação de rua, por faixa etária do público-alvo, 2014-2015	62

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNH	Banco Nacional de Habitação
CadÚnico	Cadastro Único
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CentroPOP	Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IMB	Instituto Mauro Borges de Pesquisas e Estatísticas
INRua	Instituto Nacional de Direitos Humanos da População de Rua
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LAI	Lei de Acesso à Informação
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MNPR	Movimento Nacional da População de Rua
NECRIVI	Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Criminalidade e Violência
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PAEFI	Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PBF	Programa Bolsa Família
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PNAB	Política Nacional de Atenção Básica
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNPR	Política Nacional para a População em Situação de Rua
RM	Região Metropolitana
<i>SciELO</i>	<i>Scientific Electronic Library Online</i>
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 URBANIZAÇÃO, POBREZA URBANA E VULNERABILIDADE SOCIAL	21
1.1 Primeiras considerações	21
1.2 A urbanização em espaços de capitalismo periférico	26
1.3 A pobreza urbana e a vulnerabilidade social	31
1.4 Para seguir adiante... ..	44
2 DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS: A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL	47
2.1 Primeiras considerações	47
2.2 Estado e direito à moradia no Brasil.....	52
2.3 A população em situação de rua no Brasil (2012 A 2021): revisão bibliográfica e estatística.....	58
2.4 Para seguir adiante.....	71
3 A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NOS MUNICÍPIOS GOIANOS: ANÁLISE ESTATÍSTICA ENTRE 2012 E 2021	75
3.1 A natureza da urbanização goiana	75
3.2 Espacialização da população de rua em Goiás	78
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
REFERÊNCIAS	98

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem por objetivo problematizar e compreender a dinâmica socioespacial da população em situação de rua no estado de Goiás entre 2012 e 2021. A partir da compreensão da narrativa da **urbanização** e da **vulnerabilidade social**, a pesquisa visa estabelecer uma correlação entre diferentes escalas dessas com a proposição de que fenômeno da população em situação de rua, antes característico dos grandes núcleos urbanos e regiões metropolitanas, passa por um processo de interiorização de áreas urbanas de municípios com baixo padrão demográfico.

Com base na análise do estado da arte da produção bibliográfica em Geografia e outras Ciências, no que tange a população em situação de rua e a vulnerabilidade social, espacialização do crescimento da população em situação de rua nos municípios brasileiros e goianos entre 2012 e 2021, na estimativa do perfil socioeconômico da população em situação de rua nos municípios goianos entre 2012 e 2021, na discussão entre a relação entre a modernização das atividades produtivas com os indicadores de vulnerabilidade social da população em situação de rua em Goiás e análise das políticas governamentais direcionadas ao enfrentamento da problemática que envolve a população em situação de rua, busca-se contribuir para o debate em duas dimensões. A primeira consiste na contribuição para a agenda de pesquisa em Geografia, tendo em vista que a análise da problemática está concentrada predominantemente no âmbito do Serviço Social, sendo negligenciada na agenda de pesquisa geográfica. A segunda, ser subsídio à discussão na agenda política, no que tange a gestão territorial na esfera estadual, tendo em vista que o problema transpõe a escala municipal.

Nessa perspectiva, se faz compreender quatro momentos: o lugar da Geografia nesse estudo, a leitura da natureza da urbanização, vulnerabilidade social e os problemas no urbano, a perspectiva brasileira da população em situação de rua, e o lugar dos municípios goianos no que tange população em situação de rua e vulnerabilidade social.

A Geografia, segundo Corrêa (2000), como toda Ciência, possui alguns conceitos chaves capazes de sintetizar a sua objetivação, ou seja, o ângulo específico com que a sociedade é analisada. Por ser uma

ciência social, é objetivada via cinco conceitos chave, que guardam entre si forte grau de parentesco, pois todos se referem à ação humana modelando a superfície terrestre, são eles: paisagem, região, espaço, lugar e território. À cada uma delas, Milton Santos (2006, p. 69-70), em “A natureza do Espaço”, entende-se sistematicamente por paisagem como forma, arranjo da realidade percebida, é “testemunha da sucessão dos meios de trabalho, um resultado histórico acumulado”; por território como relações de funções e poder em determinada área e sua extensão para diferentes locais, ou seja, o território como um todo configura-se da relação (des.)harmônica “entre lugares e agentes neles instalados”¹; por região as relações entre homogeneidade e heterogeneidade de certos aspectos reais em uma área, a “coerência funcional, que distingue das outras entidades, vizinhas ou não”; por espaço a localização, a distribuição e a lógica do “conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”; e por lugar como aporte e síntese que assegura os fenômenos de diferentes dinâmicas, técnicas e escalas (Raffestin, 1993, p. 143-144). Nessa perspectiva, a narrativa da organização social desenvolvida sob a égide desigualitária discorre de um “caráter processual”² (Saquet, 2007, p. 13), relacional e dimensional, passível de superações. Uma vez que não é um fenômeno contemporâneo, tal qual exposto por Piketty (2020, p. 12) ao apresentar que um regime desigualitário “caracteriza-se por um conjunto de discursos e dispositivos institucionais que visam justificar e estruturar as desigualdades econômicas, sociais e políticas de uma determinada sociedade”. As relações socioeconômicas se orientam de modo a desenvolver uma sociedade desigual, fato que pode ser facilmente constatado em indicadores sociais como analfabetismo, extrema pobreza, insegurança alimentar, dentre outros.

É na genealogia da produção do espaço urbano e da urbanização, que se encontra a possibilidade de compreender os moldes da construção social contemporânea, das contradições e desigualdades que se manifestam na “paisagem urbana” na forma concretizada deste processo, a “cidade”. Como sujeito e/ou palco, espaço da cidade configura-se por meio das transformações sociais, funcionais e estruturais no seu papel durante a história. A “paisagem urbana”, nesse sentido, é produzida sob os aspectos contextuais sociais, históricos e econômicos, fato que pode ser constatado na presença de população de rua em bairros populares, núcleos comerciais, rodoviárias de transporte intermunicipal, dentre outras espacialidades. Essa incidência de população em situação de rua nas cidades contemporâneas expressa na paisagem urbana a dimensão desigual na qual ocorreu o desenvolvimento da sociedade.

¹ Raffestin (1993) em “Por uma Geografia do poder”, enfatiza que toda sociedade se encontra frente a necessidade de organizar o campo de sua ação, onde somos atores sintagmáticos que produzem “territórios”.
² Resgata-se aqui a constatação de Saquet (2007), acerca da historicidade, interações e transformações de todo conceito. Todo conceito, nesse sentido, apresenta três principais características: processual, relacional e possível de superação.

Por tudo isso, apresenta-se o caminho metodológico adotado, aonde o estabelecimento de uma “delimitação temática” está associado ao desequilíbrio estrutural e abismo social entre Estado e o grupo populacional em questão, caracterizado predominantemente por pessoas em situação de vulnerabilidade social, a exemplo dos quesitos acesso a serviços, a renda, a moradia e escolaridade.

As questões, dado a mobilidade da população, também está relacionada ao modelo de urbanização. Para o embasamento teórico desta pesquisa, adotamos os conceitos-chave para a leitura do objeto pesquisado foram: Pobreza urbana e paisagem urbana (Bresciane, 1982; Santos, 2013); Urbanização e capitalismo (Spósito, 2004); Urbanização brasileira (Davis, 2006; Santos, 1993); Direito à cidade e direito à moradia (Lefebvre, 2008); Questão social e desigualdade (Castel, 2015a, 2015b; Castel; Wanderley; Belfiore-Wanderley, 2019); Miséria e neoliberalismo (Casara, 2021); Insegurança social e trabalho e as metamorfoses da questão social (Castel, 2015a, 2015b); Vulnerabilidade social (Kowarick, 2009); População em situação de rua e as políticas públicas de atenção (Brandão, 2016; Sarmiento, 2020); e Justiça social e desenvolvimento (Sen, 2011).

Para conduzir essa narrativa é necessário percorrer o estado da arte de estudos que abordem o tema tendo como base de dados *Scientific Electronic Library Online (SciELO)* e Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E uma base de dados auxiliar do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)/Biblioteca do Ipea, visto o trabalho que vem desempenhando na apresentação das estimativas da população em situação de rua por meio de relatórios e notas técnicas. Os filtros aplicados foram: “população em situação de rua”; “vulnerabilidade social”; “vulnerabilidade social e pobreza urbana”; “moradores de rua”.

Dessa forma, ao propor a ideia de estudar a urbanização, a vulnerabilidade social e a população em situação de rua, pretende-se compreender a dimensão processual dos fenômenos, não específico somente a realidade brasileira, tampouco dos dias atuais. No entanto, o estabelecimento de uma delimitação espacial auxilia compreender a população em situação de rua como uma dimensão marginalizada nas estatísticas oficiais, de maneira geral no Brasil tem-se apenas o Cadastro Único, por meio do Ministério do Desenvolvimento Social. Ou seja, é um grupo excluído, invisibilizado do ponto de vista oficial, uma vez que não dispõe de um censo oficial atualizado. Como objeto de análise, considera-se aqui o que é reconhecido através do primeiro censo da população em situação de rua de 2009 e das estimativas propostas durante os anos analisados.

Reconhecesse no Brasil, através do Cadastro Único (CadÚnico) e do Censo do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), somente pessoas/família³ em situação de rua cadastradas, o que exclui grande parte de indivíduos desse grupo social. Estudos do IPEA, no entanto, apresenta valores superiores, uma vez de utilizam metodologia própria para a realização de estimativas. As características quali-quantitativas de pessoas em situação de rua de cada estado e município⁴, em sua maioria, são identificadas através de estudos/pesquisas isolados.

Com a população majoritariamente urbana, cerca de 87% de pessoas vivendo em áreas urbanas (*United Nations Population Division, 2021*), o Brasil é marcado em sua história sócio-político-econômico, pela desigualdade de acesso a bens e serviços, pelo preconceito, racismo não superado (Almeida, 2019). O artigo 6º da Constituição Federal de 1988 do Brasil, garante como direitos sociais de todo(a) cidadão(ã) brasileiro(a), “a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados” (Brasil, 1988, Art. 6º).

Assim como o artigo 7º da Constituição Federal de 1988 apresenta a moradia como um direito fundamental dos trabalhadores urbanos e rurais, sendo que o Artigo 23, indica como competência da União, Estados, Municípios e do Distrito Federal a promoção de programas relacionados à melhoria e construção de moradias (Brasil, 1988). Embora já se tenha passado mais de três décadas da promulgação do texto constitucional (Brasil, 1988), da Política Nacional de Habitação (Brasil, 2004) e dos marcos regulatórios de assistência social e Política Nacional para a População em Situação de Rua (Brasil, 2009), o acesso à habitação ainda é relegado à parte significativa da população brasileira.

Nessa perspectiva, a Região Centro-Oeste tem se destacado como um eixo de atração populacional significativo no Brasil. O estabelecimento de uma “delimitação espacial”, está associado ao destaque que o Estado de Goiás, sob a ótica regional, vem apresentando saldo migratório interestadual.

A população do Estado de Goiás é predominantemente urbana (90,29%), tendo em apenas 22 municípios predomínio de pessoas residindo em áreas rurais (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010). Com um crescimento populacional expressivo, no qual pelo Censo 2022 alcançou 7.055.228 habitantes (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística,

³ A variável considerada pelo Ministério do Desenvolvimento Social através do Cadastro Único é a de família em situação de rua.

⁴ Segundo a Política Nacional para a População em Situação de Rua, Decreto nº 7.053/2009, a implementação da mesma é feita de modo descentralizado e articulada entre União e unidades federativas por instrumento próprio (Brasil, 2009). No entanto, uma especificidade à considerar é a que essa política fica sujeita a adesão ou não dos entidades federativas.

2023), das quais 240.406 pessoas se encontram em extrema pobreza (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010). Ressalta-se, sobretudo, o papel do eixo Goiânia – Anápolis – Brasília e a mesorregião Sul goiano. É nesse primeiro eixo que se concentra a maior parcela da população goiana e onde se observa as principais mazelas sociais como pobreza, desemprego e violências, o que aponta, nesse sentido, para a necessidade da união de ações no que diz respeito às políticas públicas e à gestão urbana.

Buscou-se estabelecer uma delimitação temporal entre 2012 a 2021 para a pesquisa estatística, que inicialmente observou por uma visão macro das características socioeconômicas do Estado de Goiás, a inclusão tímida de dados sobre a população em situação de rua. No Estado de Goiás ocorreu incremento significativo de 2.237 novas famílias em situação de rua, entre 2012 a 2021⁵. Se o demonstrativo de famílias em situação de rua para os municípios goianos em 2012, dos 17 municípios foram registradas 62 famílias, já em 2021 dos 118 municípios foram registradas 2.299 famílias (Brasil, 2021).

Em um panorama nacional, o Brasil registrou nesse mesmo período, um acréscimo de 140.393 novas famílias (Brasil, 2021). Se em esfera nacional, até março de 2020 tinha-se um número estimado de 221.869 pessoas em situação de rua (Natalino, 2020, p. 10), onde a estimativa encontra-se sem os possíveis reflexos da crise provocada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2). No estudo ainda, entre setembro de 2012 a março de 2020, aponta-se uma taxa de crescimento de 18,5% (41.063⁶) da população em situação de rua nos municípios pequenos ou médios, ressaltando segundo o Natalino (2020, p. 11) “a necessidade de se pensar em políticas públicas adequadas a essas localidades”.

Em esfera estadual, a dinâmica em questão nos permite levantar a hipótese que a problemática relacionada à população em situação de rua passa por um processo de interiorização no território goiano. É salutar pontuar que a espacialização do fenômeno em escala estadual incide apenas na população cadastrada na plataforma oficial do governo federal, pois há poucas informações sobre o perfil socioeconômico (idade, renda, origem, sexo, escolaridade, profissão e vínculos familiares) da população em situação de rua nos municípios goianos. O levantamento mais recente sob o título de Censo e Perfil da População de Rua na cidade de Goiânia data-se em 2014-2015.

⁵ Os valores correspondem ao mês de dezembro dos respectivos anos. Para o ano de 2022 foi registrado no mês de dezembro 2.686 famílias em situação de rua em 89 municípios goianos.

⁶ Esse valor faz parte do universo de 221.869 pessoas em situação de rua no ano de 2020. Subdividindo o valor de 41.063, por portes populacionais, entre pequenos municípios (até 20 mil habitantes) tem-se 9.905 pessoas em situação de rua, e os pequenos municípios (entre 20 e 50 mil habitantes) tem-se 15.723 pessoas em situação de rua. Já os médios municípios (entre 50 e 100 mil habitantes) tem-se 15.435 pessoas em situação de rua (Natalino, 2020).

No campo da pesquisa estatística, a síntese apresenta também dados sobre o quantitativo de equipamentos da rede socioassistencial do SUAS, composta pelo: Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Municipal, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua (CentroPOP) e Unidades de Acolhimento (Casa Lar, Albergue, Abrigo Institucional, República, Residência Inclusiva e Casa de Passagem). Até janeiro de 2022, Goiás apresentava apenas 5 equipamentos ativos de Centro POP e que preencheram o Censo SUAS/Secretaria Nacional de Assistência Social. Diante disso, as fontes para a pesquisa estatística e que auxiliaram na análise do objeto pesquisado foram: **Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e Vigilância de Assistência Social, Censo do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**. A exemplo das variáveis, dados disponibilizados entre os anos de análise - 2012 a 2021 - relacionados diretamente a população em situação de rua estão:

- **Cadastro Único, Ministério do Desenvolvimento Social/MDS**

Nota-se, os dados disponíveis do Cadastro Único na plataforma Ministério do Desenvolvimento Social/MDS são disponibilizados mensalmente desde o ano de 2012 a 2022, e possibilita ter a noção do quantitativo geral de pessoas e famílias por municípios brasileiros, no que diz respeito ao total de pessoas/famílias em situação de rua inscritas no Cadastro Único, o total de famílias em situação de rua beneficiárias do Programa Bolsa Família/Programa Auxílio Brasil, o total desse grupo em condição de extrema pobreza, e o quantitativo sobre a renda mensal. Entretanto, por meio dessa fonte não é possível compreender o perfil qualitativo da população em situação de rua. Nesse sentido, buscou-se auxílio nos dados disponibilizados pela Vigilância de Assistência Social/ Censo SUAS - Sistema Único de Assistência Social.

- **Vigilância de Assistência Social/ Censo SUAS - Sistema Único de Assistência Social**

Nota-se, os dados disponíveis do Registro Mensal de Atendimento - Censo SUAS Secretaria Nacional de Assistência Social são disponibilizadas mensalmente/ anualmente desde os anos de 2014 a 2022 para os Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua, Centro POP, e desde os anos de 2012 a 2022 para as redes de atendimento CRAS e CREAS. É disponibilizada a base de dados que permite, conforme as necessidades específicas de pesquisa, produzir informações que exijam o cruzamento de variáveis. As fontes em sua base original

apresentam uma série de incoerências, entretanto há a base de dados tratados, além do dicionário de variáveis e os critérios de limpeza dos dados para o tratamento das informações. A fonte de dados conta com o compromisso das unidades e da gestão municipal para responderem os questionários. Apesar das incoerências da base, não prejudica a possibilidade de ter a noção qualitativa das pessoas/famílias que ingressam nessa rede de atendimento. Como parte de uma rede de atendimento, os CRAS e CREAS, se apresentam como ponto de recebimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social e encaminhamento de pessoas em situação de rua ao Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua. As fontes em sua base original apresentam uma série de incoerências, mas possibilita ter a noção mais qualitativa das pessoas/famílias que ingressam na Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) – serviço de natureza protetiva destinado a famílias e pessoas em situação de risco social ou que tiveram direitos violados. Os dados disponíveis do Censo SUAS, relativos ao Centro POP na plataforma da Secretaria Nacional de Assistência Social são disponibilizados mensalmente/anualmente desde o ano de 2012 a 2022, e possibilita ter a noção, um pouco mais qualitativa das unidades de atendimento e acolhimento, assim como os profissionais que prestam serviços e as fontes de financiamento. Os dados compreendem os municípios brasileiros. As fontes em sua base original apresentam uma série de incoerências, entretanto com a base tratada (a limpeza de dados apresenta a metodologia adotada para tal), possibilita a análise de necessidades específicas, produzir informações que exijam o cruzamento de variáveis. A partir do ano 2013 inclui-se essas variáveis: quantidade de acompanhamentos no Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, atividades realizadas pelo Serviço em Abordagem Social, a abordagem social é realizada em parceria, quantidade de pessoas identificadas/atendidas, casos de trabalho infantil (crianças e adolescentes até 15 anos), casos de usuários de crack, álcool e outras drogas identificados/atendidos pelo Serviço Especializado em Abordagem Social. O Censo SUAS apresenta também os dados: CRAS; CREAS; Centro Dia; Gestão Municipal; Gestão Estadual; Conselho Municipal; Conselho Estadual; Família Acolhedora; Unidade de Acolhimento; Fundo Municipal; Fundo Estadual; Centro de Convivência; Postos de Cadastramento (2020). Dados esses complementares e que auxiliam principalmente na espacialização da rede de atendimento à população em

situação de rua, a exemplo do CREAS e CRAS, visto que os dados apresentam endereço.

Tendo em vista a construção dessas delimitações temática, espacial e temporal e o mapeamento das informações tem por objetivo de espacializar os dados coletados na pesquisa estatística, realizada com base nos dados disponíveis nas plataformas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e Vigilância de Assistência Social, Censo Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Possibilitando a análise comparativa entre os municípios do estado de Goiás e disposição espacial dos processos através da geotecnologia *Qgis*.

Para tanto, a dissertação está estruturada em três seções, além desta introdução. Dispondo da seguinte forma:

- **Seção 1** – Urbanização, pobreza urbana e vulnerabilidade social;
- **Seção 2** – Desigualdades socioespaciais: a população em situação de rua no Brasil;
- **Seção 3** – A população em situação de rua nos municípios goianos: análise estatística entre 2012 e 2021.

A primeira seção, discute-se a **Urbanização, pobreza urbana e vulnerabilidade social**, onde procurou-se compreender os moldes da organização social analisando como a urbanização em espaços de capitalismo periférico se dá e quais os problemas sociais no urbano resultam do modelo adotado. Urbanização, pobreza e vulnerabilidade aqui foram entendidas como processos, dispondo da noção histórica, social e econômica que se manifestam nas diferentes formas espaciais e na paisagem, sobretudo urbana. Na segunda seção discute-se as **Desigualdades socioespaciais: a população em situação de rua no Brasil**, onde tem-se por objetivo compreender como o Estado brasileiro atua na questão do direito à moradia e como as desigualdades socioespaciais encaminham para o fenômeno da população em situação de rua. Na sequência, e de posse das definições, a terceira seção discute **A população em situação de rua nos municípios goianos: análise estatística entre 2012 e 2021**, onde procurou-se compreender como se dá esse fenômeno dado a urbanização em Goiás, através dos dados disponibilizados do Cadastro Único e Censo SUAS. Dados que, embora não englobem todas as pessoas em situação de rua, nos ajuda a confirmar a hipótese de que o fenômeno ultrapassa as áreas metropolitanas, tornando mais completo e geograficamente mais disperso em municípios

interioranos. Reconhece-se, nesse sentido, a limitação do ponto de vista qualitativo desta. Os mapas e anexos concluem a presente pesquisa.

1 URBANIZAÇÃO, POBREZA URBANA E VULNERABILIDADE SOCIAL

O capítulo tem por objetivo construir uma narrativa sobre a **urbanização**, e suas implicações na **pobreza urbana** e **vulnerabilidade social**. Para além das primeiras considerações, que norteará a reflexão, essa seção da dissertação se organiza em duas partes. Em primeiro momento, analisa-se a urbanização em espaços de capitalismo periférico, a exemplo do Brasil, caracterizada pela forma desigual e acelerada, que resulta problemas sociais no urbano. A conceituação da urbanização será aqui compreendida segundo seu caráter processual, do qual direciona as cidades à centralização das formas, funções, estruturas e processo – elementos considerados imprescindíveis à análise urbana (Lefebvre, 2008)⁷. A segunda, aborda os conceitos e possíveis interpretações para pobreza urbana e vulnerabilidade social. Analisamos como a pobreza urbana perpassa por uma noção histórica, social e econômica e manifesta-se nas diferentes formas espaciais sob a égide do modo de produção capitalista, recebendo atenção tardia no discurso referente às questões urbanas.

Relacionando ao debate da vulnerabilidade social, enquanto fragilização dos direitos básicos, a precarização e desmonte dos serviços e proteção social. Lidamos com fontes de dados secundários e documentais, estudos técnicos e relatórios.

1.1 Primeiras considerações

A realidade social não é visível a olho nu. Isso significa, ao contrário de nossas ilusões – julgamos que conhecemos como a sociedade funciona simplesmente porque participamos dela –, que o mundo social não se revela facilmente. Afinal, não são apenas os músculos dos olhos que nos permitem ver. Ao contrário, existem ideias dominantes, compartilhadas e repetidas por quase todos, que, na verdade, ‘selecionam’ e ‘distorcem’ o que os olhos veem e ‘escondem’ o que não deve ser visto.

(Souza, 2022, p. 15).

⁷ Santos (2008) considera-se como “processo” a ação dinâmica da forma, função e estrutura no tempo e espacialidade.

Para entender a cidade atual, suas problemáticas e problemas, é preciso compreender que “a cidade de hoje, é o resultado cumulativo de todas as outras cidades de antes, transformadas, destruídas, reconstruídas, enfim, produzidas pelas transformações sociais ocorridas através dos tempos, engendradas pelas relações que promovem estas transformações” (Sposito, 2004, p. 64). Dessa forma, a trajetória da urbanização tem base na transformação histórica da fixação do ser humano ao lugar e na **diferenciação do trabalho** (bem como a **precarização** do mesmo), sendo esse último o que difere o ser humano das demais existências de vida, ou como considera Sandroni (1999, p. 609) “condição específica do homem [...] associado a certo nível de desenvolvimento dos instrumentos de trabalho [...] e da divisão da atividade produtiva entre os diversos membros de um agrupamento social”. Mesmo que em períodos históricos, culturais e sociais diferentes, Henri Lefebvre (2008) em “O direito a cidade”, destaca que:

As necessidades sociais têm um fundamento antropológico; opostas e complementares, compreendem a necessidade de segurança e de abertura, a necessidade de certeza e a necessidade de aventura, a da organização do trabalho e a do jogo, as necessidades de previsibilidade e do imprevisto, de unidade e de diferença, de isolamento e de encontro, de trocas e de investimentos, de independência (e mesmo de solidão) e de comunicação imediatividade e de perspectiva a longo prazo. O ser humano tem também a necessidade de acumular energias e a necessidade de gastá-las, [...]. Tem necessidade de ver, de ouvir, de tocar, de degustar, e a necessidade de reunir essas percepções num ‘mundo’ (Lefebvre, 2008, p. 105).

Essa necessidade⁸ é marca do processo de urbanização. Com a criação e domesticação de plantas e animais fez com que o próprio ser humano fosse domesticado, fixado ao lugar, estabelecendo estabilidade à vida e procurando condições melhores para morar, comer e reproduzir.

O urbano vai se moldando. Se a primeira condição para o estabelecimento da cidade foi a fixação do ser humano ao lugar, a segunda condição é através da organização e divisão social do trabalho (Sposito, 2002, p. 14). Embora de nível básico de complexidade, a divisão permitiu a constituição primária da sociedade de classes emergentes nos processos de produção e distribuição, de dominação e exploração, tanto pela diferenciação interna quando pela dicotomia entre urbano e não urbano.

É pelas instituições sociais, a dominação e exploração que a cidade passa a se organizar político, social e economicamente, ampliando seu papel, fortalecendo a força política e militar, e estabelecendo contraposição ao campo, no entanto recebendo o excedente. Da aldeia aos impérios, o processo de urbanização vai adquirindo complexidade tanto pelo número e relação de/entre cidades, a conquista sobre novas regiões, a ampliação continental, quanto pela divisão interurbana do trabalho, a organização política

⁸ Para Sandroni (1999, p. 419), o que determina a **satisfação das necessidades** (biológicas e sociais, como alimentação, vestuário, moradia, educação, lazer) é o nível de desenvolvimento e distribuição da riqueza/bens sociais produzidos por uma população. Sendo essa satisfação precedida pela existência ou escassez de bens.

central e a capacidade produtiva e distributiva de alimentos (Sposito, 2002, p. 21). O avanço dado até o momento na constituição de rede urbana articulada principalmente do Império Romano, encontra-se com o retrocesso da Idade Média. É a terra agora que assume o protagonismo frente a economia “quase exclusivamente agrícola [...] tem sua produção realizada com base na instituição social da servidão”, servidão evocada e justificada pelos “detentores de terra — senhores feudais” e “ideais de pobreza e da terra como dádiva de Deus para o trabalho” (Sposito, 2002, p. 27).

Para além do feudo, os aglomerados medievais sem função urbana expressam, segundo Sposito (2002), o princípio do renascimento urbano. As transformações, os aglomerados medievais, a ascensão da atividade mercantil, contradições do modo de produção e organização social feudal, em paralelo ao aumento dos números de cidades possibilitou as condições para o modelo capitalista e o rompimento da economia feudal. Modelo esse que constituía a terra como mercadoria e como classe social dominante não mais a figura do senhor feudal, mas da burguesia.

O papel da manufatura, da corporação e do artesanato doméstico na acumulação primitiva do capital (Sposito, 2002, p. 35) e na emergência do trabalho assalariado, é beneficiado pelas mudanças no campo ideológico, econômico e social, a corrosão dos ideais de pobreza defendidos pela igreja, o adensamento populacional e a protagonismo dos Estados Nacionais Absolutistas fomentaram possibilidades e limites as cidades modernas constituindo-se “meio que permitia e dava sustentação a estas transformações, na medida em que se constituíam em pontos de concentração populacional, isto é, da força de trabalho e de consumidores” (Sposito, 2002, p. 40).

Para Sandroni (1999, p. 622) a urbanização constitui-se como processo social, onde “Com o surgimento de novas formas de organização social, novos instrumentos, sistemas de comercialização e especialização da agricultura, a urbanização foi se acentuando”. Clark (1991, p. 62) propõe, semelhante as considerações de Sandroni, que a urbanização “[...] é um processo social e não espacial que se refere às mudanças nas relações comportamentais e sociais que ocorrem na sociedade, [...] às mudanças complexas do estilo de vida, que decorrem do impacto das cidades sobre a sociedade”. As cidades se desenvolvem ao mesmo tempo que o capitalismo se desenvolve e se fortalece, a cidade é mediação, sustenta as relações de produção e propriedade, e reprodução sobre um lugar, como propõe Lefebvre (2008, p. 52).

O desenvolvimento do capitalismo, tendo a cidade como sua mediadora, intensifica-se pela acumulação e reprodução do capital (Sposito, 2002, p. 47) e desenvolvimento técnico-científico (Revolução Industrial), principalmente pela industrialização, da mesma forma a urbanização.

Torna-se cada vez mais emergente para a manufatura a necessidade do trabalho assalariado. E cada vez mais se encaminhava para a constituição da figura do “patrão”, visto que a decomposição em

fases que foi assumindo a produção, a dificuldade de controlar o preço os artesãos ficavam em dificuldades financeiras, a concorrência, a instrumentalização de produção e as transformações do campo. Em favor do lucro, extrai-se a mais-valia refletindo os efeitos no trabalhador assalariado⁹, com o aumento da jornada de trabalho e diminuição do salário. A estreita relação dos que dispõem da força de trabalho, e dos que dispõem dos instrumentos de produção estratifica ainda mais uma sociedade vinda do feudalismo. Inglaterra e França são países que melhor representam este momento, e posteriormente os Estados Unidos. No interior dessa sociedade pós-feudal a sociedade burguesa emerge, a qual “[...] simplificou os antagonismos de classes. A sociedade, como um todo, está cada vez mais se dividindo em dois grandes campos opostos, em duas grandes classes que se confrontam diretamente: a burguesia e o proletariado” (Marx, 2011, p. 1-10 *apud* Silva, 2015, p. 60)¹⁰.

De Lantier¹¹ a Carlitos¹², o “desenvolvimento do capitalismo industrial provocou fortes transformações nos moldes da urbanização, no que se refere ao papel desempenhado pelas cidades, e na estrutura interna destas cidades” e a “produção social das formas espaciais” (Sposito, 2002, p. 50), assim como a problemática social – a mortalidade, a miséria, a fome, a falta de higiene, péssimas condições de trabalho. Segundo Lefebvre (2008),

O duplo processo de industrialização e de urbanização perde todo seu sentido se não se concebe a sociedade urbana como objetivo e finalidade da industrialização, se subordina a vida urbana ao crescimento industrial. Este fornece as condições e os meios da sociedade urbana. [...] A industrialização produz a urbanização inicialmente de modo negativo (explosão da cidade tradicional, de sua morfologia, de sua realidade prático-sensível). [...] No decorrer dessas mudanças, a relação entre industrialização e a urbanização se transforma. A cidade deixa de ser o recipiente, o receptáculo passivo dos produtos e da produção. O centro de decisão, aquilo da realidade urbana que subsiste e se fortalece na sua deslocação, entra a partir de então para os meios da produção e para os dispositivos da exploração do trabalho social por aqueles que detêm a informação, a cultura, os próprios poderes de decisão (Lefebvre, 2008, p. 137).

⁹ Sandroni (1999) apresenta a pauperização como um dos principais efeitos no trabalhador assalariado. Ao resgatar Marx, ajuda-nos a entender a relação da produção da mais-valia na sociedade capitalista e a deterioração da qualidade de vida da classe operária.

¹⁰ Silva (2015) cita Marx, “*The Communist manifesto*” no contexto da vinculação do capitalismo à estratificação social, “modo de produção inaugura-se quando a burguesia toma da aristocracia o posto de classe hegemônica, o proletariado começa a despontar como classe revolucionária” (Silva, 2015, p. 60).

¹¹ Personagem do romance “*Germinal*” de Émile Zola, 1885. Inspirado no romance de mesmo título, Claude Berri adaptou para o cinema em 1993. Com o plano de fundo de uma França do século XIX, o romance/filme retrata o cenário de progresso da Revolução Industrial, tanto dos avanços tecnológicos quanto da urbanização (fomentada pelo deslocamento de pessoas à procura de trabalho nas indústrias). É nesse cenário que o autor faz uma denúncia a miséria, a exploração da força de trabalho e a desigualdade da sociedade (*Germinal*, 1993).

¹² Personagem de “*Tempos Modernos*” (1936) de Charles Chaplin. O plano de fundo dessa obra é a década de 1930, pós crise de 29, com retrocesso do capitalismo, desemprego, fome e miséria, taylorismo e fordismo, e tensões políticas e sociais (*Tempos*, 1936). A denúncia coloca na balança as inovações tecnológicas, de um lado, e as contradições da sociedade, de outro, como a desumanização do ser humano através da exploração da força de trabalho, a repressão aos movimentos sociais e a procura por condições melhores de vida.

Em encontro a essa compreensão, não expressa somente pela concentração e aumento da população urbana, a urbanização orienta-se no sentido de que, embora “A industrialização caracteriza a sociedade moderna. [...] A industrialização fornece o ponto de partida da reflexão sobre nossa época. Ora, a Cidade preexiste à industrialização” (Lefebvre, 2008, p. 11). Sendo que, “A cidade [...] lugar da gestão, das decisões que orientam o desenvolvimento do próprio modo de produção, comandando a **divisão territorial do trabalho** e articula a ligação entre as cidades da rede urbana e entre as cidades e o campo. Determina o papel do campo neste processo, e estimula a constituição da **rede urbana**” (Sposito, 2002, p. 64, grifo nosso).

Para a escrita desse capítulo, não descartaremos a relação que a urbanização relacionada a industrialização, narrativa principalmente dos países europeus, exerce sobre países capitalismo periférico. No entanto, consideraremos a urbanização precoce dos espaços de capitalismo periférico. Uma das principais percepções é que à medida que a articulação das redes urbanas se intensifica, assim como a acumulação de capital e a divisão territorial do trabalho, a caracterização do urbano se hierarquiza, em metrópoles, cidades de médio e pequeno porte.

A essa hierarquização, Sposito (2002) destaca como o capitalismo monopolista – pós Segunda Guerra Mundial – molda a produção espacial¹³ em caminhos à sociedade de consumo de massa e uma urbanização desigual. A formação do ideal de divisão assumida em nível mundial em países centrais (ditos industriais) e periféricos (ditos dependentes), capitalismo central e capitalismo periférico, dado pela nova divisão internacional do trabalho, caracteriza no espaço urbano a estreita relação de centro e periferia, e os diferentes padrões de acesso e uso do solo. A complexidade assumida das relações sociais e avanço do capitalismo desde o que Santos (2006) considerou o período natural ou pré-técnico (a.C. até meados do século XVIII), passando pelo período técnico (meados do século XVIII e XIX) até o período técnico-científico informacional (meados do século XX aos dias atuais), imprimem na paisagem urbana os processos, as desigualdades socioespaciais, problemas e desafios do urbano.

No próximo tópico, discute-se como se deu a urbanização em espaços de capitalismo periféricos. Busca-se explicar a urbanização desses espaços que ocorrem, em sua maioria, de modo precoce, acelerado e com sobreposição de processos, identificando os problemas urbanos que o capitalismo imprime nesses espaços.

¹³ Segundo Castells (1983) as diferentes formas de ocupação do espaço por uma população exprimem uma mudança social, uma vez que o comportamento dos diferentes grupos sociais é afetado pelo meio. O processo da urbanização – influenciado pelo modo de produção capitalista – e o desenvolvimento da sociedade – classes dominantes e dependentes –, imprimem no espaço a ideologia urbana e a problemática no urbano. Sendo a segregação urbana determinada pela diferenciação social do espaço (uma relação entre classes, força de trabalho e distribuição de acesso, bens e serviços).

1.2 A urbanização em espaços de capitalismo periférico¹⁴

O processo de urbanização e as transformações econômicas, tecnológicas, políticas e sociais ligadas a Revolução Industrial, especialmente nos países de matriz industrial, revelaram, para além do crescimento dos centros urbanos dado pela mecanização do campo e o acelerado êxodo rural, a saturação populacional dos centros urbanos. Tal processo modificou a produção do espaço sob o viés capitalista, reconfigurando a paisagem urbana, que passa a reproduzir disparidades sociais, marginalizando sobretudo os pobres, que passam a habitar as franjas urbanas (Monteiro; Veras, 2017, p. 2).

Para os autores,

Com a mecanização do campo e o acelerado êxodo rural provocou expressivo crescimento dos centros urbanos em grande parte das nações europeias que integravam a revolução. A partir desse crescimento populacional os centros urbanos ficaram saturados, modificando de maneira drástica a configuração da paisagem urbana, as cidades não absorveram o fluxo de pessoas de forma planejada, com isso surgiram bairros marginalizados compostos por trabalhadores pobres (Monteiro; Veras, 2017, p. 2).

Sandroni (1999) propõe também o caráter contraditório desse período, uma vez que se estabelece de um lado a “produtividade e do desenvolvimento da divisão social do trabalho”, por outro a miséria de massas de “trabalhadores desempregados e de homens, mulheres e crianças obrigados a trabalhar até dezesseis horas por dia, privados de direitos políticos e sociais” (Sandroni, 1999, p. 529). Essas transformações ocorreram de forma lenta nos países europeus.

Por outro lado, países subdesenvolvidos e em espaços ditos de capitalismo periférico, os processos de urbanização ocorreram de forma precoce, acelerada e desigual, assim como as transformações econômicas, tecnológicas, políticas e sociais, sob influência dos processos decisórios políticos/econômicos dos países centrais. À sobreposição de processos nos países subdesenvolvidos. Thatiana Salgado (2017, p. 37) faz uma atribuição sistêmica e didática da urbanização das obras de Milton Santos (2010), “A urbanização desigual”, e Manuel Castells (2000) “A questão urbana”, na quais, a urbanização em países em desenvolvimento se estrutura

¹⁴ Sobre o modo de produção capitalista, Sandroni (1999) apresenta algumas características que auxiliam a compreensão, a exemplo: a consolidação desse modo de produção se dá no cenário da Revolução Industrial e representou progresso em comparação ao modo de produção feudal; houve significativas mudanças da estratificação social; o produto social corresponde às necessidades do capital; o trabalho assalariado que representa a venda da força de trabalho para sobreviver; entre outros.

segundo processos, períodos, estruturas e espaços diversos que a diferencia da urbanização de países de matriz industrial.

As especificidades iniciaram na forma de exploração do território, se estendendo ao processo de colonização, extração de recursos e matéria-prima, e mão de obra essencialmente escrava. E se estendem de modo que a “modernização dessas sociedades sempre foi, direta ou indiretamente, franqueada pelas necessidades de acumulação de capital nos países centrais” (Oliveira, 2015, p. 496).

Para Alencar (2019, p. 22), se “por um lado, nota-se a concentração das riquezas produzidas em pequenos nichos da sociedade, por outro, desde a ascensão do capitalismo a miséria e outros problemas sociais se disseminaram junto a grandes contingentes populacionais.” Em Santos (2013) encontramos que com o modelo de crescimento capitalista adotado pela maioria dos países subdesenvolvidos, somados à explosão demográfica, resultaram numa explosão urbana e concentração de riqueza e pobreza nas cidades. Nas palavras do autor:

De fato, se há crise, trata-se de uma crise global, sendo a crise urbana apenas um epifenômeno. As condições nas quais os países que comandam a economia mundial exercem sua ação sobre os países da periferia criam uma forma de organização da economia, da sociedade e do espaço, uma transferência de civilização, cujas bases principais não dependem dos países atingidos. As raízes dessa ‘crise urbana’ encontram-se no sistema mundial (Santos, 2013, p. 31).

Sobre isso, Monteiro e Veras (2017), faz uma leitura acerca da urbanização como um processo de transformações sociais e espaciais para o urbano, ou seja,

A urbanização é o processo de transformação de uma sociedade ou região para urbano, por conseguinte, não representa somente o crescimento da população das cidades, mas também a um conjunto de técnicas e de obras que permitem dotar uma cidade ou área da cidade de condições de infraestrutura, planejamento e organização administrativa. Assim, para que ela ocorra é necessário um conjunto de mudanças que irão se expressar tanto na paisagem urbana da cidade como no comportamento e estilo de vida das pessoas (Monteiro; Veras, 2017, p. 3-4).

O que se nota em países de capitalismo periférico e em desenvolvimento, a exemplo do Brasil, a sobreposição de processos e déficit de serviços básicos, infraestrutura urbana e moradia. Uma vez que, desde a década de 1970, segundo o primeiro diagnóstico estatístico sobre incremento populacional (Arrais, 2011, p. 64), grande parte da população brasileira passa a se alocar em aglomerações urbanas. Fato a se considerar, nesse sentido, é que a “análise dos fatores da urbanização não pode estar deslocada dos condicionantes econômicos e sociais das respectivas

formações territoriais” (Arrais, 2011, p. 64). Sobre as especificidades das formações territoriais, em Arrais (2011) encontra-se o debate sobre urbanização em quatro sentidos usuais deste termo, apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1 - Características principais dos sentidos usuais sobre urbanização

CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS DOS SENTIDOS	
NORMATIVO	<ul style="list-style-type: none"> • Critérios de significação do urbano dependem da localização e sua extensão, a densidade demográfica e/ou número de habitante; • A localização do domicílio passa ser determinante para diferenciar urbano e rural; • Segundo o Decreto Lei nº 311 de 1938, é considerada população urbana no Brasil, toda aquela que reside em cidades (sede do município) ou em vilas (sede do distrito).
MORFOLÓGICO	<ul style="list-style-type: none"> • A urbanização é entendida, com frequência em planos de ordenamento urbano, como sinônimo expansão de serviços, a exemplo do sistema viário, programas de moradia, saúde e educação; • Com isso, a urbanização passa ser utilizada em discursos políticos, carregada de positividade; • Serviços e infraestrutura, a exemplo de hospitais, escolas, limpeza, conservação entre outros, passam a serem circunscritos ao perímetro urbano, nas legislações brasileira. Diferenciando as áreas urbano/rural.
CULTURAL	<ul style="list-style-type: none"> • Considera a existência de uma oposição entre campo e cidade que seria resultado do processo de fragmentação da vida cotidiana urbana, em oposição à cultura rural; • Relação campo cidade ou passa a ser de oposição ou mesmo de subordinação e não de complementaridade.
TERRITORIAL	<ul style="list-style-type: none"> • A urbanização é compreendida como processo e o crescimento urbano como seu sintoma; • Implicada ao conceito de urbanização, a modernização da infraestrutura e a integração mercantil – processo de integração territorial – condição para a realização da produção no ambiente capitalista; • Urbanização e o urbano tornam-se primordiais para o modo de produção capitalista.

Fonte: Elaborado e adaptado pela Autora a partir de Arrais (2011, p. 66-67).

A esse último sentido, territorial, pode-se fazer a associação com Santos (2012) que diz:

não houve nos países subdesenvolvidos, como aconteceu nos países industrializados, uma passagem da população do setor primário para o secundário, e em seguida, para o terciário. A urbanização fez-se de maneira diferente e tem um conteúdo também diferente: é uma urbanização terciária (Santos, 2012, p. 23).

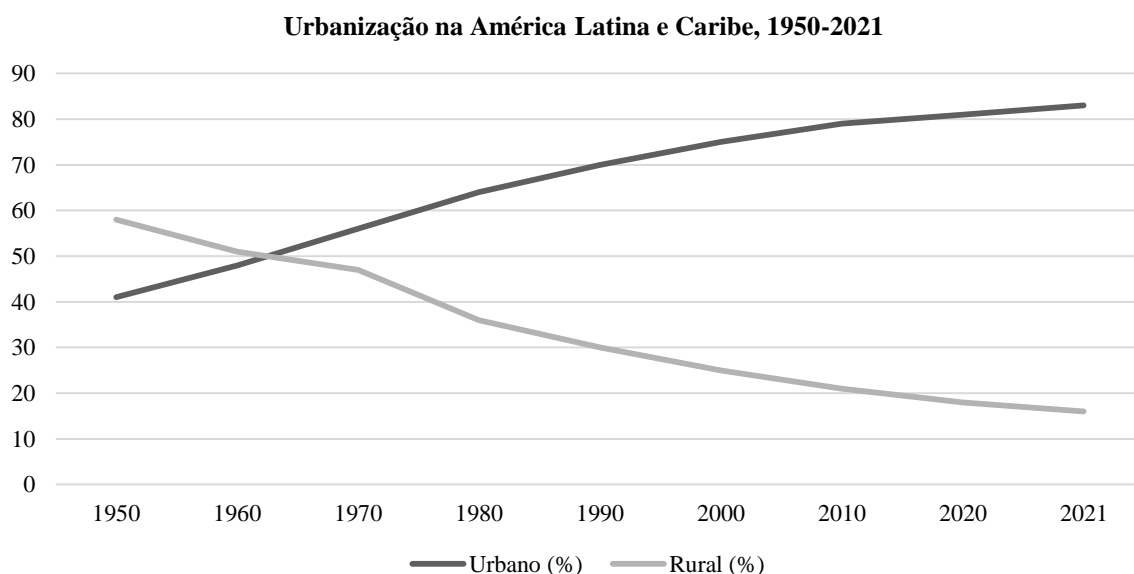
Segundo Salgado (2017) os conceitos clássicos que ligam a urbanização ao surgimento da indústria não são suficientes para compreender os processos que ocorrem na periferia do sistema capitalista.

Pode-se dizer, portanto, desse processo de transformação, a urbanização não pode ser considerada com variável emancipadas de outros processos e fenômenos, mas sim como “um epifenômeno” (Santos, 2013, p. 26). Se nos concentrarmos apenas nos fenômenos visíveis, corremos o risco de não compreender plenamente os aspectos visíveis na paisagem e no espaço geográfico. Ou seja, o que produz e reproduz a desigualdade e vulnerabilidade social nas cidades, o que Davis (2006, p. 160) nos apresenta como a “urbanização da pobreza”.

Parece errôneo não considerar que a “urbanização é resultado de processos sociais historicamente definidos, enquanto localização geográfica seletiva das forças de trabalho e das instâncias sociais (Silva, 2009, p. 59). A exemplo dos países Latino-americanos, como Argentina, Brasil e México, onde a urbanização se expressa de modo precoce, precede de um processo de industrialização anterior a Primeira Grande Guerra. Com processos em constante mutação, ao apresentar a taxa de urbanização dos países Latino-americanos, Gráfico 1, entre os anos de 1950 e 2021, propõe-se, o que Arrais (2011) adverte

A utilização dos quadros estatísticos, em séries temporais e espaciais, sem a devida contextualização histórica e metodológica, pode induzir ao erro e o primeiro deles é aquele que reduz o conteúdo da urbanização à representação estatística. O problema é que os estudos comparativos demandam categorias e padrões estatísticos universalizantes, o que coloca o pesquisador na difícil tarefa de lidar com fontes secundárias, muitas vezes desatualizadas e metodologicamente díspares, para pensar processos em constante mutação (Arrais, 2011, p. 64).

Gráfico 1 - Urbanização na América-Latina e Caribe, anos 1950 e 2021



Fonte: Elaborado pela Autora a partir dos dados de *World Population Prospects* (2012).

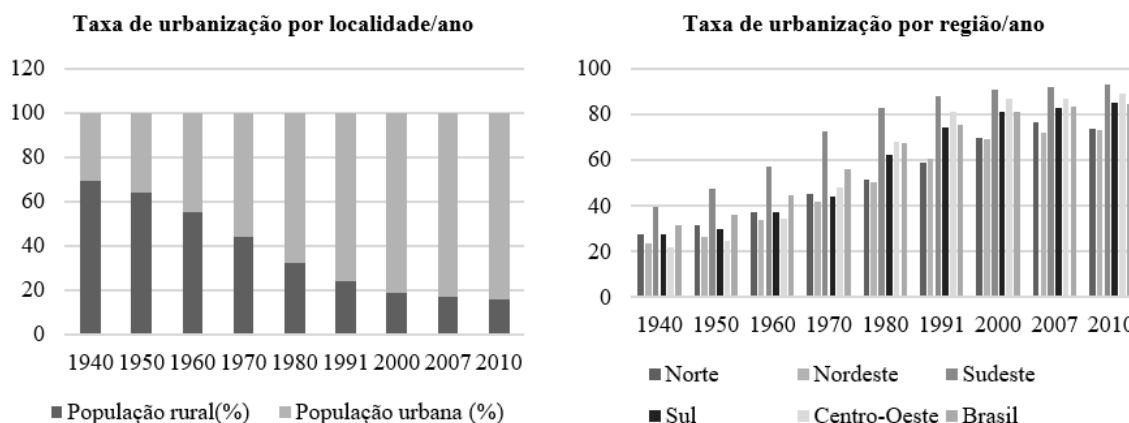
A exemplo do Brasil, a urbanização é considerada por Santos (2009) como um fenômeno recente. Embora tenha começado no século XVIII, mas a urbanização não ocorreu com vigor até o século XX, especialmente a partir da década de 1940, causando extensas mudanças na morfologia e expansão urbana, bem como na distribuição populacional em todo o território brasileiro.

Casara (2021) aponta

O Brasil foi construído a partir da naturalização da escravidão, ou seja, a partir de um imaginário que aceita a humilhação, a desumanização e o castigo físico de pessoas. [...] fato dessa ideia nunca ter chegado a ser desconstruída no Brasil, que levou à construção de um imaginário que permite o prazer em humilhar aqueles que são considerados inferiores sociais e que reserva à elite, em especial àqueles que detém o poder econômico, a gestão do Estado [...] (Casara, 2021, p. 32).

O crescimento significativo da população brasileira, Gráfico 2, não deixa de refletir na paisagem urbana as contradições sociais impostas pelo desenvolvimento capitalista (Sposito, 2002), e o tipo de dominação imperialista industrial e financeira¹⁵.

Gráfico 2 - Crescimento populacional urbana e rural brasileiro segundo Censo de 1940 e 2010



Fonte: Elaborado pela Autora com base nos dados do Censo do IBGE de 1940-2010.

Assim como, as disparidades passam a ser refletidas na paisagem, e na configuração espacial, principalmente o modo como as cidades se expandem. Segundo Souza (2022, p. 150) “de certo modo, o capitalismo se impõe no Brasil como ‘fato’, sem ser acompanhado de uma concomitante revolução nos valores e nas ideias dominantes. Isso impede a autoconsciência dos

¹⁵ Castells (1983) reconhece três tipos, que não são exclusivos, podendo coexistir sempre com o predomínio de um deles: dominação colonial, dominação capitalista comercial e dominação imperialista industrial e financeira.

agentes envolvidos no processo e reforça o caráter reativo e dependente do capitalismo periférico”. Santos, nesse sentido, analisa o estabelecimento de círculo vicioso, que:

[...] à medida que a renda continua a se concentrar, o consumo dos grupos de alta renda diversifica-se cada vez mais e o desenvolvimento do perfil da demanda torna-se ainda mais inadequado, produzindo uma subutilização de fatores de produção. Os pobres sofrem dupla desvantagem, pois apenas tem acesso aos produtos que os empresários consideram lucrativos, enquanto que simultaneamente a produção de bens de consumo popular vai diminuindo. Isso também provoca o aparecimento de um teto do emprego e limita a seleção daqueles que podem associar-se ao processo da modernização (Santos, 2013, p. 81).

Passando a legitimar no processo de urbanização, no urbano e na cidade, Casara (2021, p. 36) aponta como uma ameaça à democracia, devido transformação da população em consumidores acríticos e a concentração do poder econômico, permitindo produção de distorções “como a cooptação do poder político pela potência econômica”. E fenômenos como a pobreza e vulnerabilidade social em espaços urbanos, expressando na paisagem urbana as contradições do capitalismo periférico.

1.3 A pobreza urbana e a vulnerabilidade social

Ao longo da história, a ação humana modela a superfície terrestre gerando fenômenos tais como a pobreza urbana. A Revolução Industrial, e posteriormente o pós-Segunda Guerra Mundial, de fato, mudaram a forma do pensamento e a ação sobre a pobreza, entrando para o debate político e científico, primeiramente nos países europeus e depois a outros países (Raitano; Ribeiro, 2019).

O meio urbano e, principalmente a cidade, transformam-se em um palco dos problemas estruturais e culturais resultantes de questões sociais, êxodo rural, baixos rendimentos e ausência de políticas públicas. Segundo Santos (1993, p. 10), “a cidade em si, como relação social e como materialidade, torna-se criadora de pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico do qual é o suporte como por sua estrutura física [...] A pobreza não é apenas o fato do modelo socioeconômico vigente, mas, também, do modelo espacial”. Desse modo, o desemprego, o subemprego e a exploração das classes seriam consequências do modelo de produção capitalista, revelando, na paisagem urbana e nos modelos de urbanização, as desigualdades.

Nos países subdesenvolvidos, “o modelo de crescimento capitalista adotado [...], somados à explosão demográfica, resultaram numa explosão urbana e concentração de riqueza e pobreza nas cidades” (Santos, 2013, p. 57). A exemplo da imagem abaixo, Figura 1, que

expressa a tese de Santos (2013) na configuração social e espacial urbana e a relação do impacto do modelo de crescimento capitalista em cidades de países subdesenvolvidos.

Figura 1 - Casas do Residencial Irisville, na região Leste de Goiânia-GO (2012)



Fonte: Thome (2021, p. 10).

Em números, considerando que a população global total cresceu cerca de 7,47% (747 milhões de novas pessoas) entre os anos de 2012 a 2021, uma população significativamente urbana. Segundo as estimativas do Banco Mundial (2020), cerca de 1,4% da população mundial, ou seja 150 milhões de pessoas cairiam na pobreza extrema¹⁶ até 2021, seja pela recessão, conflitos e mudanças climáticas, intensificadas pela Covid-19 entre os anos 2019-2023 (Organização das Nações Unidas, 2020).

A estreita relação entre o aumento populacional global e a pobreza e extrema pobreza, permite estimar para 2030, 575 milhões de pessoas estejam vivendo na pobreza extrema, segundo a perspectiva atual de crescimento e desenvolvimento adotado pelos países (ONU, 2023). Pouco se tem avançado nas metas de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o que expressa uma grande dificuldade das políticas e ações sob as desigualdades e carências.

¹⁶ A metodologia adotada no relatório considera extrema pobreza aqueles que vivem com menos de US\$ 1,90 por dia.

Nos países Latino-americanos se a taxa percentual para o ano de 2021 alcançou 32,1% de pessoas em pobreza e 13,8% de pessoas em extrema pobreza, valores considera a população total da América Latina (Organização das Nações Unidas, 2022). A pandemia do COVID-19, não sendo a causa única, explicitou a vulnerabilidade que vive grande parcela da população mundial e Latino-americana, a exemplo do acesso a saúde, educação, saneamento, mercado de trabalho, proteção social entre outros dos diferentes grupos sociais. Para compreender esses percentuais, há de se considerar a temporalidade e a espacialidade do tema da pobreza e vulnerabilização socioeconômica.

Desde o advento do capitalismo, a evolução do pensamento científico sobre pobreza estimula interesse, assim como o meio urbano. Tomemos como ponto de partida, Engels (1892) que, tendo como ambiente de reflexão a Inglaterra de 1845 e encabeçando as bases das abordagens dos estudos sistemáticos sobre a pobreza, viu no capitalismo a raiz da pobreza.

A pobreza é uma consequência necessária das instituições sociais existentes e fora delas só se podem encontrar causas da maneira pela qual ela se manifesta, mas não da própria pobreza. (p. 333) [...] E quando a pobreza do proletário cresce a ponto de o privar do mínimo vital indispensável, desembocando numa miséria total, a tendência para o desprezo por toda a ordem social ainda cresce mais. (p. 157) [...] A alimentação má e rara, as roupas em farrapos, as habitações exíguas e miseráveis — uma barraquita duma pobreza extrema, sem o mínimo conforto — e, para os jovens, o amaratas, onde homens e mulheres mal estão separados e que incitam as ligações ilegítimas. Dois ou três dias por mês sem trabalho mergulham necessariamente estas pessoas na mais profunda miséria. Além do mais, eles não podem associar-se para manter o salário a um nível elevado porque o seu habitat é disperso e se um deles se recusa a trabalhar por um salário insuficiente, há dúzias de desempregados e de pensionistas das Casas dos Pobres que rejubilam com a mínima oferta de trabalho [...] (p. 325) (Engels, 2010, p. 157, 325, 357).

As abordagens da pobreza do final do século XIX e início do século XX são marcadas pela perspectiva econômica, da privação, da desigualdade e da exploração pelo sistema. Cinco são os principais conceitos/abordagens sobre a pobreza: da subsistência, das necessidades básicas, da privação relativa, da privação das capacidades e multidimensional (Codes, 2008). Três, as perspectivas: pobreza pautada em bases economicistas do século XX, pobreza de cunho social da década de 1970 e pobreza urbana do final do século XX e início do século XXI. A evolução do pensamento científico e político sobre a pobreza converge para uma multidimensionalidade e complexidade do fenômeno segundo Codes (2008). O Quadro 2 apresenta algumas características principais das abordagens sobre a pobreza proposta nas investigações da autora.

Quadro 2 - Características principais das abordagens sobre a pobreza proposta Codes (2008)

CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS DAS ABORDAGENS	
SUBSISTÊNCIA	<p>Constituída na Inglaterra, apresenta duas fases:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 1ª fase - final do século XIX (<i>Poor Laws</i> e estudos nutricionais – nível mínimo de alimentação/para reprodução física); pobres são vistos como pessoas/famílias não possuidores de renda suficiente para se alimentar. No papel das instituições civis, o Estado não apresenta uma posição de destaque da questão da pobreza. Pelo contrário, “a Nova Lei dos Pobres é contrária a qualquer interferência nas leis naturais; considerada o auxílio financeiro ao pobre tão pernicioso quanto os sindicatos e os regulamentos fabris” (Bresciani, 1982, p. 100); - 2ª fase – pós-Segunda Guerra Mundial (problema para a manutenção da coesão social - alvo de políticas públicas de Estado). <p>A crítica a essa abordagem caminha no sentido de:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Trata a pobreza como uma questão de subsistência alimentar, não reconhecendo os pobres como seres sociais que apresentam diferentes necessidades.
NECESSIDADES BÁSICAS	<p>Constituída desde a década de 1950, recebe maior destaque a partir da década de 1970, onde entra para o debate internacional sobre pobreza. Assumindo características como:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A satisfação das necessidades básicas passa a ser percebida como artifício do crescimento econômico; - A pobreza, por meio de uma visão multifacetada, passa a ser percebida além da renda, com elementos mínimos para atender um padrão mínimo de vida familiar e comunitária; - Passa a estabelecer íntima relação com a ideia de desenvolvimento econômico e social. <p>A crítica a essa abordagem caminha no sentido de:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ao enfatizar que os recursos mínimos não são apenas para a reprodução física, em contraposição à abordagem da subsistência, possibilita a ideia de crescimento econômico como forma de progresso social; - Trata a pobreza como condição a ser superada, promovendo dignidade de indivíduos e a possibilidade de alcance de desenvolvimento.
PRIVAÇÃO RELATIVA	<p>A pobreza é aqui percebida como questão social por meio de três variáveis – contexto social, padrão de vida e tempo/espaço.</p> <ul style="list-style-type: none"> - A pobreza entendida como estado de carência, deve ser definida socialmente, segundo uma determinada realidade socioeconômica; - Segundo essa abordagem, os pobres seriam quem não pode obter de modo satisfatório recursos que permitam desempenhar um papel social em dada sociedade; - O fenômeno se desdobra da preocupação com as desigualdades sociais; - Pobreza e cidadania são indissociáveis, uma vez que a pobreza revela a divergência social e de direitos à cidadania. <p>A crítica a essa abordagem caminha no sentido da:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Dificuldade de conceituar pobreza, visto que se deve considerar as especificidades de cada situação social; - Demanda uma análise cuidadosa das especificidades de cada realidade social, definido o conceito e ferramentas de mensuração; - Há definição de uma linha de renda, em consonância com o tipo e o tamanho da família. Há nesse sentido a dependência de evidências científicas para defini-la e balizar um patamar de acesso a bens e serviços.
PRIVAÇÃO DAS CAPACIDADES	<p>Amartya Sen (1988, p. 31) insere na reflexão sobre a pobreza as dimensões da justiça social, igualdades e desigualdades. Nas contribuições desse autor, a pobreza:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Não pode ser identificada pelos padrões da escassez de renda, mas sim pela privação das capacidades para usufruir de certo padrão de vida; - Para a superação da pobreza o indivíduo deveria desenvolver capacidades que levam há condições dignas de vida e de superação de situações de carência e privações; - A disponibilidade de bens não é garantida para todos os grupos, ou seja, a impossibilidade de obter – seja emprego, reserva entre – é o que gera miséria e fome. Nem todos gozam de oportunidades econômicas e sociais, segurança e liberdade política; - Há uma compatibilização das noções de pobreza absoluta (capacidades) e relativa (renda); - A falta de renda e trabalho seriam as principais causas da privação de capacidades, desde que se considere aspectos como idade, sexo, papel social, moradia, doenças, segurança etc. <p>A crítica a essa abordagem caminha no sentido da:</p>

	<ul style="list-style-type: none"> – No campo operacional empírica, as diversas necessidades e capacidades cria dificuldades de padronizar um patamar de renda e necessidades; – Os aspectos sobre a pobreza não são fáceis de serem observados e mensurados na realidade socioeconômica, o que caracteriza essa abordagem ao nível teórico-conceitual com um caráter mais filosófico, abstrato e subjetivo sobre as desigualdades.
MULTIDIMENSIONAL	<p>A pobreza é entendida como um fenômeno social complexo, de dimensões sociais, econômicas e políticas, assumindo características como:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Além de referir-se as privações de necessidade materiais, há também a negação de oportunidades materiais, subjetivos, políticos e sociais dentro dos padrões aceitáveis socialmente; – Consegue-se identificar as diferentes formas de pobreza, permitindo analisar de diferentes tipos de problemas, suas causas, sintomas e consequências; – Há potencialidades de análise no que diz respeito a saúde, educação, habitação, direitos econômicos e sociais, igualdade entre os sexos, participação econômica e política, liberdades políticas etc. A renda não é discriminada, pois atende a perspectiva cumulativa; – É também subjetiva, sob aspectos de impossibilidade de prever destinos, a fragilização de esperança e de exercício político, a vulnerabilidade e a insegurança, uma vez que a pobreza, incluem dimensões relações sociais, acesso ao trabalho e a assistência/proteção. <p>A crítica a essa abordagem caminha no sentido de:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Há certa dificuldade de abordar a pobreza na abordagem multidimensional, visto a sua complexidade e especificidade de contextos diversos; – Do ponto de vista da avaliação quantitativa e das diferentes dimensões da pobreza, há a dificuldade de adequação de um só indicador e o que se deve considerar à cada um; – Há um risco de confusão entre as dimensões da pobreza e a pobreza (muitos estudos adotam a renda).

Fonte: Adaptado pela Autora a partir de Codes (2008) e Bresciani (1982)

Em relação as perspectivas, a **pobreza pautada em bases economicistas do século XX** propunha reflexões como a carência de necessidades, pobreza relacionada diretamente ao desenvolvimento e critério de pobreza definido pela renda familiar. A **pobreza de cunho social da década de 1970**, década a qual é marco do tema pobreza incorporado nas discussões das questões urbanas – principalmente durante o Seminário Nacional sobre Pobreza Urbana e Desenvolvimento em 1978 – onde propunha contrapor a noção de pobreza como mera carência de renda, político e social, apresentando um contexto mais amplo da exploração da força de trabalho e a desigualdade social. E os **debates recentes sobre a pobreza urbana do final do século XX e início do século XXI**, sob a perspectiva marxista frente a globalização e a pobreza urbana sob a perspectiva da vulnerabilidade social) do final do século XX e início do século XXI, cuja principais reflexões são o debate sobre os impactos sociais e espaciais da globalização, com mudança no papel das cidades, divisão social e espacial do trabalho, reestruturação econômica, condição de vulnerabilidade social (desvantagens sociais e cerceamento de direitos) e insegurança social (Souza, 2018).

Partindo da premissa multidimensional e complexa dos debates sobre a pobreza urbana do século XXI, a pobreza perpassa por uma noção histórica, social e econômica como apontado por Santos (2013), “a pobreza existe em toda a parte, mas sua definição é relativa a uma

determinada sociedade”, pois trata-se de um problema social, de modo que existem “diferentes tipos de pobreza, tanto a nível internacional quanto dentro de cada país” (Santos, 2013, p. 18), é possível estabelecer um paralelo com Sarmiento (2020) no sentido que a pobreza urbana, enquanto fenômeno e processo, não pode ser concebida e lida de forma isolada. Tampouco como um processo linear, conforme Davis (2006) apresenta em seus estudos, em que “a evolução dessa nova pobreza urbana, [...], foi um processo histórico não linear” (Davis, 2006, p. 155).

No Brasil, por exemplo, onde o histórico de desigualdade advém desde o período da colonização, exploração e concentração de riquezas, o tema da pobreza, da fome e da miséria foram incorporadas na agenda política nos anos 90, configurando-se como um problema estrutural e cultural. A pobreza no Brasil assume um caráter distributivo cuja base se encontra na má distribuição de renda e na estrutura da sociedade capitalista.

Segundo Kowarick (2009, p. 98) “a matriz da desigualdade da sociedade brasileira não reside em culpar os pobres por sua pobreza”, sendo que a pobreza urbana se manifesta nas diferentes formas espaciais. É uma das manifestações típicas das cidades que se desenvolvem sob a égide do modo de produção capitalista. No processo de modernização da agricultura, expulsa-se a população das terras, em fenômeno conhecido, migração do campo. Onde grande parte dessa população, desempregada e sem salário estável, conduz à deterioração do mercado de trabalho, a chamada urbanização terciária (Santos, 2013) e o que Davis (2006, p. 157) chama na sua leitura em “Planeta Favela” como “o *big bang* da pobreza urbana”.

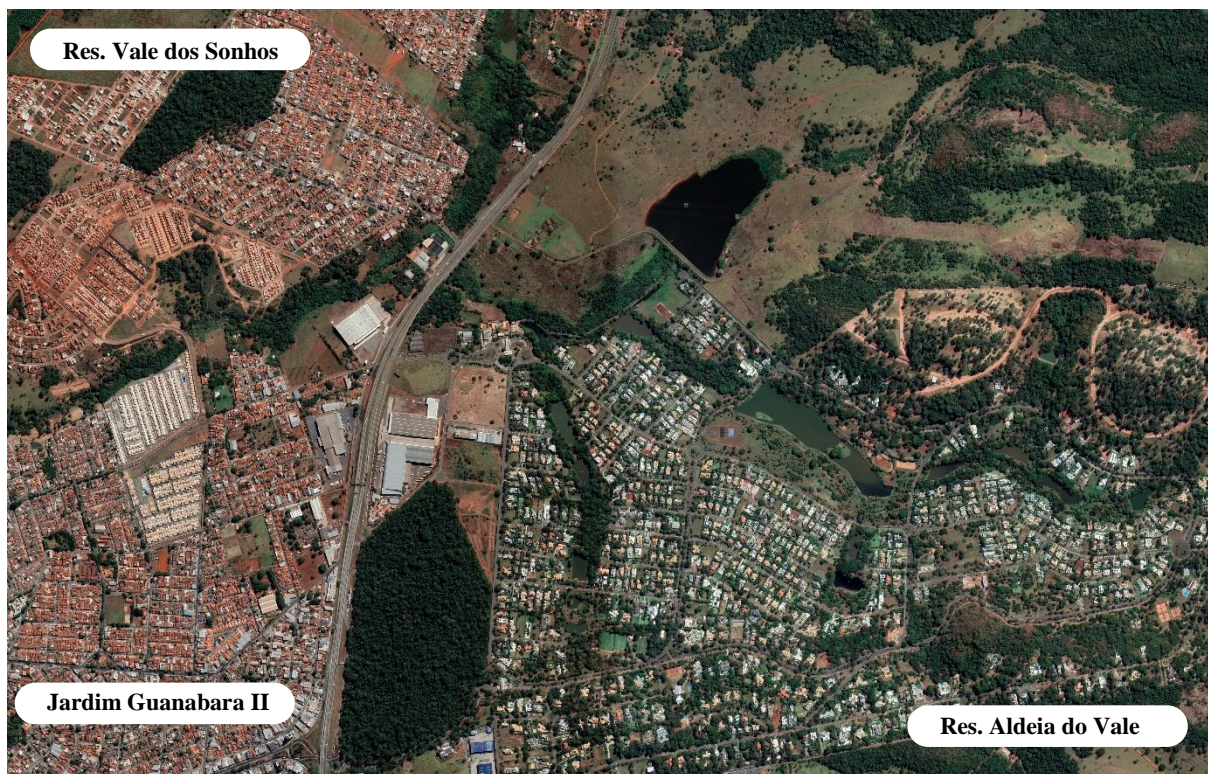
Conforme discutido em Harvey (2005), a produção capitalista do espaço é marcada pelo desenvolvimento geograficamente desigual. Como ensinado pelo geógrafo, o processo urbano, sob o capitalismo, é moldado pela lógica da circulação e da acumulação do capital, portanto, todos aqueles indivíduos que por diversos motivos sejam excluídos dos processos de circulação e acumulação do capital terão dificuldades de se inserir nos moldes dessa sociedade. Com isso, Davis em sua leitura sobre a atuação o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, propõe

[...] ofereceram aos países pobres o mesmo cálice envenenado de desvalorização, privatização, remoção dos controles da importação e dos subsídios alimentares, obrigação de repor os gastos com saúde e educação e enxugamento impiedoso do setor público. [...] os PAEs devastaram os pequenos proprietários rurais ao eliminar subsídios e obrigá-los a entrar no vai-ou-racha do mercado global de commodities dominado pelo subsidiadíssimo agronegócio do Primeiro Mundo (Davis, 2006, p. 157).

Nesse sentido, do ponto de vista do acesso a bens, consumo e serviços criam-se diferenças quantitativas e qualitativas. A sociedade urbana estaria então dividida entre aqueles que têm acesso regular a bens e serviços e aqueles que, apesar de terem as mesmas necessidades, não conseguem satisfazê-las devido ao acesso insuficiente e variável de renda (Santos, 2013, p. 45).

Na visão de Santos (2013) é errôneo considerar a cidade como todo maciço quando se discute a economia urbana. Pois “a economia urbana deve ser estudada como um sistema único, mas composto de dois subsistemas [...] circuito superior e circuito inferior” (Santos, 2013, p. 43). O primeiro aos monopólios e o segundo atividades de pequena escala, ou seja, população pobre. A diferenciação fundamental entre as atividades do circuito superior e inferior está na diferença de capital, tecnologia e organização, ou seja, enquanto no primeiro há acumulação de capital, no segundo há a garantia da sobrevivência e necessidades familiar (Santos, 2013). Essa diferenciação também se encontra na forma de ocupação do solo, onde a configuração urbana passa a expressar a desigualdade socioespacial, a exemplo da Figura 2.

Figura 2 - Diferenciação dos moldes de produção do espaço: Residencial Vale dos Sonhos e Residencial Aldeia do Vale, na cidade de Goiânia-GO



Fonte: Google Earth, 2021.

Sen (2010, p. 123-124) chama a atenção para a relação intrínseca das perspectivas da pobreza de renda e da pobreza de capacidade que, embora seja importante distingui-las, a relação entre elas é de complementariedade, uma vez que a renda é um importante recurso para alcançar competências.

Em encontro ao problema da pobreza urbana, encontra-se os fenômenos do desemprego, do subemprego e da precarização do trabalho que atingem as diversas camadas sociais, onde desvalida a antiga concepção de atribuir ao pobre sua pobreza, “apesar do discurso sobre a vadiagem ter estado muito presente em vários momentos da nossa história colonial, imperial e republicana” (Kowarick, 2009, 98p).

Para Davis (2006)

Politicamente, o setor informal, na falta do respeito aos direitos trabalhistas, é um reino semifeudal de comissões, propinas, lealdades tribais e exclusão étnica. O espaço urbano jamais é gratuito. Um lugar na calçada, o aluguel de um riquixá, um dia de trabalho num canteiro de obras ou o encaminhamento de uma empregada doméstica para um novo patrão: tudo isso requer clientelismo ou filiação [...] (Davis, 2006, p. 185).

Santos (2013, p. 78-79, grifo nosso) salienta que a pobreza urbana, ou melhor, os aspectos da pobreza são ligados diretamente à urbanização. E estando a pobreza urbana ligada a urbanização, estratégias são utilizadas para escapar, a exemplo: a pobreza como um estado de transição e a **crise urbana** como consequência de uma explosão demográfica de populações advindas dos processos migratórios do campo, resultando **pressões demográficas** e por conseguinte a falta de empregos.

Em suma, sendo histórica, econômica, social, estrutural, o problema da pobreza torna-se cada vez menos vista como uma “responsabilidade do Estado” (Kowarick, 2009), ou seja,

[...] nos tempos chamados de neoliberais, ganha corpo a percepção de que ele é inoperante, ineficaz, corrupto, está falido, e que suas funções devem ser reduzidas e substituídas por agentes privados, mais capacitados para enfrentar as várias manifestações da marginalização social e econômica. [...] processos de desresponsabilização do Estado em relação aos direitos de cidadania, e em seu lugar surgem ações de cunho humanitário que tendem a equacionar as questões da pobreza em termos de atendimentos focalizado e local (Kowarick, 2009, p. 98-99).

Como Paulo Freire (1968, p. 61 *apud* Santos, 2013, p. 84) salientou de forma tão sagaz “o problema da pobreza não é uma questão de integrar a população pobre em uma estrutura opressiva, mas, sim, de transformar essa estrutura, de maneira que cada indivíduo seja o que é”. Contudo, a dificuldade de compreensão resulta em desconstituir a questão da pobreza como

uma questão social e política, para o assistencialismo e uma série de negações de direitos básicos.

Perpetuando o que Souza (2022, p. 84) apresenta como “violência simbólica”, onde “[...] desde que o mundo é mundo, faz-se necessário convencer de qualquer modo o oprimido de sua própria inferioridade. Sem o convencimento parcial ou total do próprio oprimido de que é inferior e deve, portanto, obedecer, não existe dominação social possível”.

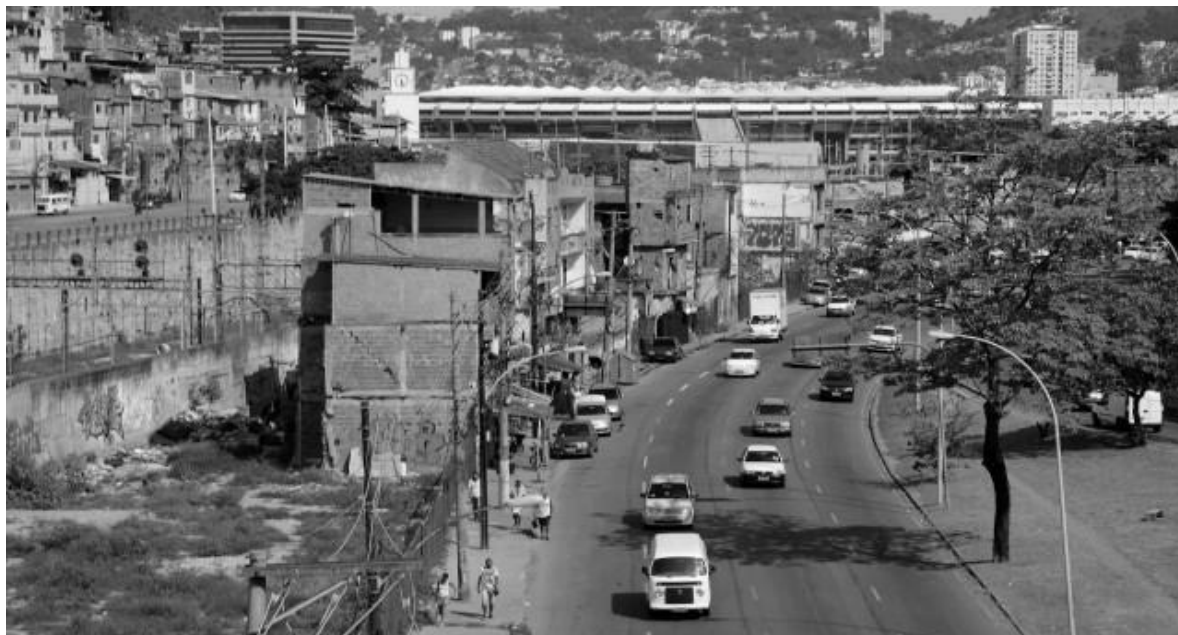
Mesmo que o modo que se justifique a dominação social no Brasil se altere assumindo um caráter cultural em oposição a justificativa racial, perpetua em sua natureza culpabilizar o povo pela sua própria pobreza (Souza, 2022, p. 20-21). Um exemplo significativo são as ações e atitudes tomadas em eventos internacionais que envolvam a divulgação e uso da imagem das cidades.

Davis (2006) nos diz,

No Terceiro Mundo urbano, os pobres temem os eventos internacionais de alto nível – conferências, visitas de dignitários, eventos esportivos, concursos de beleza e festivais internacionais - que levam as autoridades a iniciar cruzadas de limpeza da cidade: os favelados sabem que são a ‘sujeira’ ou a ‘praga’ que seus governos preferem que o mundo não veja (Davis, 2006, p. 111).

Diante desse retrato exposto por Davis (2006), Souza (2022) sintetizam alertando sobre “o abandono social e político das famílias marcadas pelo cotidiano da exclusão parece ser o fato decisivo para a reprodução indefinida dessa classe social no tempo” (Souza, 2022, p. 204). No Brasil frequentemente há relatos de ações de higienização social da cidade, a exemplo das obras para a Copa do Mundo no Brasil em 2014 e os Jogos Olímpicos Rio 2016, Figura 3.

Figura 3 - Escombros remanescentes das remoções no Metro-Mangueira, Rio de Janeiro-RJ e ao fundo o Maracanã



Fonte: Ribeiro (2016).

Sarmento (2020, p. 10) propõe um olhar para o fenômeno da exclusão social, na qual atribui-se, sob a perspectiva multidisciplinar, à falta de acesso aos bens e serviços ofertados pelo Estado e dos direitos à segurança, seguridade, trabalho, moradia, terra e renda, assim como o comprometimento da vida em sociedade. Para Castel (2015a, p. 21) estar protegido é uma situação construída e não um estado natural. A insegurança social seria então uma dimensão essencial da qual os indivíduos coexistem em uma sociedade moderna.

Seguindo essa linha de pensamento, Kowarick (2009) em seu capítulo sobre a vulnerabilidade no Brasil Urbano, propõe

Em suma: vulnerabilidade em relação a direitos básicos, na medida em que os sistemas públicos de proteção social não só sempre foram restritos e precários como também, em anos recentes, houve desmonte de serviços e novas regulamentações legais que se traduziram na perda de direitos adquiridos. Quanto à vulnerabilidade civil [...] fragilidade do Estado em um atributo básico, o monopólio legítimo da violência (Kowarick, 2009, p. 68).

A exemplo do enfraquecimento de direitos básicos, Davis (2006) na leitura das favelas pelo mundo apresenta um cenário que exemplifica os processos de vulnerabilidade, onde

Ser obrigado a atender a uma necessidade orgânica em público, com toda a certeza, é humilhante para qualquer um, mas acima de tudo esse é um problema feminista. As mulheres urbanas pobres vivem aterrorizadas pelo beco sem saída de ter de obedecer

a padrões estritos de recato sem acesso a nenhum **meio privativo de higiene**. ‘A ausência de banheiros’, escreve a jornalista Asha Krishnakumar, [...] Afeta gravemente a sua **dignidade, saúde, segurança e sensação de privacidade e, de forma indireta, o seu nível de instrução e a sua produtividade**. Para defecar, mulheres e meninas têm que esperar até a escurecer, o que as expõe a assédio e até ataque sexual (Davis, 2006, p. 145, grifo nosso).

Cenário esse que expõe situação semelhante as experienciadas pelas pessoas em situação de rua. Para atender o desejo do lucro, na racionalidade neoliberal, tende à flexibilizar os direitos fundamentais (Casara, 2021, p. 32), resultando em um cenário recorrente nas cidades dos processos de vulnerabilização socioeconômica e civil (Kowarick, 2009). Um dos aspectos emblemáticos, sob a perspectiva da vulnerabilidade social nas cidades e da vida urbana, é a questão da moradia.

Considera-se, para efeito deste estudo, a existência de três situações: aqueles que têm acesso as políticas habitacionais, apesar da maioria estarem nas franjas das cidades, expondo a dicotomia centro-periferia; aqueles que tem habitação embora precária – a exemplo das favelas¹⁷ – e, aqueles que pela precarização do trabalho e insuficiência de renda e **acesso aos direitos sociais**, vê-se em situação de rua.

Nesse sentido, a vulnerabilidade social e econômica perpassa a teoria da marginalidade e expõe nas configurações espaciais das cidades, o que Kowarick (2009, p. 75) chama de *apartheid* social. Ambas derivadas da deficiente relação entre Estado-sociedade e da expansão dos direitos básicos e de cidadania. A sobreposição do neoliberalismo, impõe no campo das políticas públicas – redistribuição, regularização, proteção e assistência – limites a expansão. O neoliberalismo através do potencial desdemocratizante, modifica valores, ideias, princípios e regras democrático afim de atender a eficiência estatal e do mercado (Casara, 2021).

Essa mutação da ideia democrática, modifica o modo como o indivíduo percebe a solidariedade, o bem comum e o espaço público, onde é possível notar a perda da autonomia do individualismo (Casara, 2021). O qual assume um distanciamento entre pessoas, sociedade e no próprio uso e ocupação do solo urbano. A nesse processo coisificação da pessoa (Casara, 2021) a fragilização da seguridade social e da justiça social.

Neste processo, o indivíduo, em um quadro de enfraquecimento da sociabilidade e desemprego, desfilia-se socioeconomicamente, o que Kowarick (2009) salienta como

¹⁷ Entende as favelas como “ocupação de terra alheia, pública ou privada, cujas unidades habitacionais, barracos de madeira ou casas de alvenaria, estão presentes em boa parte das cidades médias e grandes do Brasil, muitas situadas em zonas insalubres ou em áreas de risco” (Kowarick, 2009, p. 81). Didaticamente, podemos fazer a mesma associação da urbanização (processo) e urbano (produto). A favelização com processo e as favelas como seu produto. Esses inseridos na discussão urbanização/urbano.

[...] o conceito de desfiliação [...] perda de raízes e situa-se no universo semântico dos que foram desligados, desatados, desamarrados, transformados em sobrantes e desabilitados para os circuitos básicos da sociedade. Não se trata, [...] de um estado ou condição, mas de um processo que é preciso prosseguir para delinear suas transformações, pois a questão social só pode ser equacionada através da perspectiva histórica. [...] **enfraquecimento de laços da sociabilidade primária** - família, parentela, bairro, vida associativa e o próprio mundo do trabalho; de outro, **desemprego de larga duração ou trabalho irregular, informal, intermitente ou ocasional**, que advém de várias modalidades de desinserção no sistema produtivo. No caso brasileiro, a desfiliação não pode ser equacionada enquanto decorrente da crise da sociedade salarial, pois [...] esta pressupõe um campo de conflitos, negociações e conquistas estruturado em instituições sociais e políticas [...]. Contudo parece pertinente falar em desenraizamento da condição do assalariado formal, cuja expressão recente é o aumento da fatia de desempregados e a mão de obra sem carteira assinada [...] (Kowarick, 2009, p. 86 grifo nosso).

Dignidade, igualdade, fortalecimento da autoestima e reconhecimento social de indivíduos e grupos, torna-se uma utopia. Sousa (2022) remete ainda as considerações de Taylor, observando que:

[...] para que haja eficácia legal da regra de igualdade é necessário que a percepção da igualdade na dimensão da vida cotidiana esteja efetivamente internalizada. Sem isso, como vemos todos os dias no Brasil, pode-se matar pretos e pobres sem que haja reação ou indignação social (Souza, 2022, p. 194).

Decorrendo, ao longo do tempo, eventos de patologias urbanas, a exemplo dos termos aporofobia¹⁸(Acayaba; Rodrigues, 2021) e fobópole¹⁹, como vemos em noticiários nacionais e locais. A exemplo do conjunto das imagens na Figura 4.

¹⁸ A definição deriva do Repúdio, aversão ou desprezo pelos pobres ou desfavorecidos; hostilidade para com pessoas em situação de pobreza ou miséria. Termo cunhado por Adela Cortina nos anos 90.

¹⁹ Termo utilizado por Souza (2008) em seu livro “Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana”, derivado das palavras gregas *phóbos*, que significa "medo", e *pólis*, que significa "cidade". Tratando da problemática da (in)segurança pública e da (re)estruturação do espaço e da vida urbanos, diante do cenário de medo e risco.

Figura 4 - Violência das/nas cidades, exemplo dos casos de aporofobia e segregação urbana



Fonte: Elaborado e organizado pela Autora, com base nos dados da pesquisa.

Fotos: (a) Cidade de São Paulo, Brasil (Vicenzo, 2022); (b) População em situação de rua em Los Angeles, Estados Unidos (Cowan, 2019); (c) Morumbi e Paraisópolis, em São Paulo (3 Exemplos, 2021); (d) Subúrbio de Primrose a leste de Joanesburgo, África do Sul (Maganga, 2021).

Resta acrescentar às observações dos autores citados que o processo de urbanização, o urbano e a cidade moldam-se para atender ao capital, nesse processo o fenômeno da pobreza urbana e a vulnerabilização social e econômica, resulta para a perpetuação permanente das desigualdades sociais. Resultando em fatores que (re)estruturam os espaços urbanos e a (sobre)vivência nas cidades.

A vulnerabilidade social então seria o resultado desfavorável da interação entre a disponibilidade de recursos (materiais e/ou simbólicos) dos atores, seja como indivíduos ou grupos, e o acesso às oportunidades sociais, econômicas e culturais proporcionadas pelo Estado, mercado e sociedade (Abramovay *et al.*, 2002). Segundo Brandão (2016, p. 69) “a condição de

vulnerabilidade permeia as esferas de todas as privações vivenciadas, desde os materiais, concretas e objetivas até as subjetivas e de formação identitária”.

Residindo no organismo vivo na cidade e na produção do espaço, aquilo que Meirelles e Athayde (2014) apresenta “Um país chamado favela”, sobre a experiência cotidiana de

[...] jovens, em particular, são filhos e netos daqueles cidadãos abandonados e maltratados pelo Estado. Criados a partir dessa memória familiar recente, ainda não enxergam o governo, qualquer que seja, como provedor de bem-estar. Não raro treinados em modelos espartanos de sobrevivência, convertem-se em homens e mulheres particularmente resilientes, que aprendem, enfrentam preconceitos e fazem acontecer. Em suma: vulnerabilidade em relação a direitos básicos, na medida em que os sistemas públicos de proteção social não só sempre foram restritos e precários como também, em anos recentes, houve desmonte de serviços e novas regulamentações legais que se traduziram na perda de direitos adquiridos. Quanto à vulnerabilidade civil [...] fragilidade do Estado em um atributo básico, o monopólio legítimo da violência (Meirelles; Athayde, 2014, p. 389).

Por ora, como proposto por Harvey (2005), convém-se investigar o papel desempenhado pelo processo urbano na reestruturação das atividades humanas e na dinâmica político-econômica do desenvolvimento geográfico desigual dos tempos mais recentes. Os processos que ocorrem no urbano e nas cidades, como uma urbanização rápida, de intensa evolução demográfica e com sobreposição de processos por uma modernização seletiva e conservadora que é, portanto, responsável por uma intensa concentração da pobreza e desigualdades nas cidades, parece levar um grupo considerável de pessoas a situações extremas de pobreza.

À medida que as cidades se desenvolvem, as desigualdades sociais avançam. O fato constado por Kowarick (2009, p. 78) sobre a ausência de instituição, políticas sindicais ou comunitárias com influência suficiente para garantir que os indivíduos – cidadãos, transeuntes e outros – tenham acesso aos direitos e serviços básicos para proteção das adversidades urbanas.

As leituras conflituosas sobre a crise urbana, as teorias dualistas, os aspectos políticos da pobreza e a divulgação midiática confusa sobre o tema criam barreiras para se pensar o que Santos (2013) chamou de “problema da pobreza”.

1.4 Para seguir adiante...

O objetivo dessa seção, mais do que uma visão verticalizada, foi a compreensão de como urbanização, pobreza e vulnerabilidade social não são instâncias separadas. Para além do aumento populacional proposto por algumas literaturas sobre a urbanização, que ofusca uma realidade cada vez mais complexa, a lembrar Souza (2022) que:

a percepção de países periféricos dinâmicos como se os mesmos funcionassem como sociedades pré-modernas, personalistas e corruptas serve, antes de tudo, para encobrir relações de poder injustas e desiguais, tanto na dimensão internacional quanto na dimensão doméstica, e legitimar o seu saque pelas sociedades centrais (Souza, 2022, p. 167).

Parece certo considerar,

- A urbanização como processo de transformações que ocorrem no urbano e não está desvinculada as múltiplas facetas da desigualdade, a exemplo da pobreza, do desemprego, do subemprego, da desvalorização, privatização e precarização;
- Como processo de transformações, a urbanização e os modelos espaciais constituídos por países de capitalismo periférico, a exemplo do Brasil, demonstram uma naturalização da desigualdade social e uma (sub)cidadania (Souza, 2005);
- O espaço urbano e a cidade tornam-se palco de fenômenos como a pobreza. Não desconsiderando a pobreza rural e suas facetas de conflitos da garantia da terra e do sustento, mas a correlação existente entre urbano e rural;
- A pobreza, como modelo socioeconômico e espacial (Santos, 1993), expressa na paisagem, na constituição de território e espaço, as desigualdades e vulnerabilidades de massas.
- Com a erosão dos sistemas de proteção social, os processos de vulnerabilidade socioeconômicas e civis se intensificam, à medida que há a flexibilização e/ou a perda dos direitos fundamentais, por meio da restrição, precarização, desmonte e novas regulamentações dos sistemas públicos de proteção social, seguindo a racionalidade neoliberal.
- A vulnerabilidade social traduz a forma como pessoa/sociedade/Estado/mercado se relacionam, em processo de desfiliação, com o enfraquecimento da sociabilidade primária, o desemprego e precariedade do acesso a moradia (Kowarick, 2009).

Para o contexto do estudo, o IBGE avaliou a queda da pobreza (considerando os indicadores não monetários de pobreza e qualidade de vida) nos biênios 2008-2009 e 2017-2018, contudo, revela a manutenção de desigualdades estruturais, a exemplo da raça/etnia, do acesso à moradia, à renda e trabalho, à alimentação adequada, aos serviços de saúde, educação, transporte (Rodrigues, 2023). No entanto, a exemplo do ano de 2021, o Brasil identificou-se

cerca de 62,5 milhões (29,4%) de pessoas na pobreza e 17,9 milhões (8,4%) na extrema pobreza (Belandi, 2022). O recorte feito sobre a questão da moradia, do saneamento e do trabalho/renda, no entanto, não exclui, mas sintetiza as desigualdades evidenciadas e amplificadas pela crise sanitária e humanitária da pandemia provocada pela COVID-19 (SARS-CoV-2).

Ao certo, como Davis (2006) expõe em “Planeta Favela”:

Os pobres urbanos têm de resolver uma equação complexa ao tentar otimizar o custo habitacional, a garantia da posse, a qualidade do abrigo, a distância do trabalho e, por vezes, a própria segurança. Para alguns, como muitos moradores de rua, a localização próxima do trabalho – digamos, em uma feira livre ou estação de trem – é ainda mais importante do que o teto. Para outros, o terreno gratuito, ou quase isso, compensa viagens épicas da periferia para o trabalho no centro. E para todos a pior situação é um lugar ruim e caro sem serviços públicos nem garantia de posse (Davis, 2006, p. 39).

A complexidade das relações sociais em espaços de capitalismo periféricos, ao certo, resgata a citação inicial da seção onde “pode-se ver a pobreza e a miséria de muitos e desconhecer as causas que produzem essa situação. No Brasil, por exemplo, o brasileiro médio percebe as mazelas sociais brasileiras como produto da corrupção sistêmica” (Souza, 2022, p. 167). Na seção seguinte, a leitura parte essencialmente, na identificação de como as mazelas sociais, a exemplo da desigualdade e marginalização estão distribuídas socioespacialmente pelo território brasileiro, resgatando dois pontos da citação a Davis (2006): o direito à moradia e população em situação de rua.

2 DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS: A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL

A urbanização dada em países de capitalismo periférico, como o Brasil tende a produzir e transformar o espaço urbano “moldado à imagem e semelhança do mercado, [...] estratégia para dar conta de uma política econômica que ambiciona a gestão de todo corpo social” (Casara, 2021, p. 134). Aqui a questão social do direito à moradia, onde observa-se o encaminhamento da “maioria dos pobres a margem da vida urbana [...] Finalmente, há a própria rua” (Davis, 2006, p. 102).

Esta seção da dissertação se organiza em duas partes, cujo o objetivo é compreender como as desigualdades socioespaciais encaminha para o fenômeno da população em situação de rua. A primeira trata do resgate histórico de como o Estado brasileiro atuou e atua na questão habitacional. A segunda, sobre o ponto de análise bibliográfico e estatístico, a população em situação de rua no Brasil.

Assume-se, a princípio, que uma característica comum dessa população em situação de rua é o quadro de vulnerabilidade em que se encontram, sua heterogeneidade e diferenciação sobretudo em níveis de acesso às políticas e programas sociais. O diálogo multidisciplinar torna-se necessário para compreender a complexidade do processo do crescimento da população em situação de rua nas metrópoles e a interiorização do fenômeno da população em situação de rua nos municípios menores.

2.1 Primeiras considerações

Hoje vivemos em cidades imensas que se mostram modernas, orgulhosas e até vaidosas. Cidades que oferecem numerosos prazeres e bem-estar para uma minoria feliz, mas nega-se uma casa a milhares de vizinhos e irmãos nossos, até crianças, e chamamos-lhes, elegantemente, ‘pessoas sem abrigo’. É curioso como abundam os eufemismos no mundo das injustiças. [...] Uma pessoa, uma pessoa segregada, é uma pessoa excluída, que está a sofrer devido à miséria, à fome, é uma pessoa desabrigada; expressão elegante, não é? Procurai sempre; poderia estar errado nalguns casos, mas em geral por detrás de um eufemismo esconde-se um delito. Vivemos em cidades que constroem torres, centros comerciais, fazem negócios imobiliários, mas abandonam

uma parte de si às margens, nas periferias. Como faz mal ouvir que as povoações pobres são marginalizadas ou, pior ainda, que as querem deslocar! São cruéis as imagens dos despejos, das gruas que abatem barracas, imagens tão parecidas com as da guerra. E hoje vê-se isto (Papa Francisco, 2014, p. 2-3).

Compreender a complexidade de como as relações sociais se apresenta em espaços de capitalismo periféricos torna-se um desafio. A singularidade da produção do espaço da América Latina em relação a outras sociedades "periféricas" deve-se, principalmente, a influência direta da expansão do racionalismo ocidental europeu, a exemplo dos modelos familísticos²⁰ em todas as esferas sociais. Em sociedades periféricas como a brasileira, esse racionalismo e modelos, influencia o modo como as mazelas sociais são entendidas, legitima a desigualdade como algo natural, isola grandes parcelas da população em benefício de poucos (Souza, 2022). Há nesse sentido uma construção social da subcidadania (Souza, 2004).

Para Kowarick (2000 *apud* Kowarick, 2009) a condição de subcidadania urbana é essencial para estabelecer um sistema de controle social daqueles em desvantagem social – sem emprego formal, que vivem em habitações precárias²¹ centro das cidades ou em favelas nas periferias. A interação entre pessoas de diferentes gêneros e faixas etárias, bem como sobre a instabilidade familiar, moralidade questionável e hábitos prejudiciais, seriam parte de uma construção de imaginário social quando se tratar dessa especificidade de habitação. Ou seja, esses lugares são tidos como promotores do declínio e do ócio, contribuindo para o aumento da criminalidade. Nessa linha de interpretação,

O imaginário é constitutivo da realidade. Só é possível falar em realidade porque há uma imagem que as pessoas fazem dos fenômenos, das coisas e das outras pessoas. [...] A desigualdade, por exemplo, não é um dado natural, nem mesmo um fenômeno econômico ou tecnológico, mas um produto que envolve o imaginário. Para Thomas Piketty, a desigualdade é um produto ideológico e político [...]. De fato, a desigualdade como todo fenômeno presente na realidade, é o resultado político-ideológico de um determinado imaginário. Em outras palavras, a desigualdade só existe e persiste em razão de um conjunto de imagens que levam à ideia de que ela é um dado a ser suportado pela população. O imaginário neoliberal faz com que, em pleno século XXI, a desigualdade seja naturalizada e a responsabilidade pela pobreza acabe atribuída ao pobre (Casara, 2021, p. 303-304).

²⁰ Termo utilizado por Souza (2022) se relaciona diretamente a análise também feita por Casara (2021). Casara (2021, 31-p. 32, grifo nosso) sugere que no Brasil neoliberal do século XXI, o **bolsonarismo**, uma expressão extrema do neoliberalismo autoritário, alega que a ameaça está direcionada à família brasileira. Essa concepção de família se originou a partir do colonialismo, da escravidão e do sistema de privilégios que permeia a história do Brasil. Há grupos mais radicais legitimam-se interferir, por meio da violência, na esfera pessoal do outro, a vida.

²¹ Kowarick (2000 *apud* Kowarick, 2009) utiliza o termo “cortiço”.

Desse modo, “a condição de subcidadão como morador das cidades constitui forte matriz que serve para construir o diagnóstico da periculosidade” (Kowarick 2000 *apud* Kowarick, 2009, p. 85). Em encontro a essa compreensão, há a rua. Assim como cidadão e subcidadão, passa existir uma dicotomia entre a rua como sinônimo de interação social, construção de uma identidade coletiva e formação da sociedade, e a rua como sinônimo de falta de opções, de perda da dignidade, de desesperança, da exclusão e lugar da invisibilidade²².

A produção do espaço, a exemplo do Brasil, condiciona-se a atender as demandas do mercado, não como algo natural, mas fruto de um planejamento e desenvolvimento que promove desigualdades em níveis individuais, regionais e internacionais (Santos, 2013). Conforme a perspectiva neoliberal, esse planejamento visa sobretudo a instrução-supervisão-proteção da pessoa, de modo que essa comprometa a circulação e acumulação do capital (Casara, 2021). Ao passo que se (re)configura como lugar de “morar” e (sobre)viver para alguns. Isso implica rememorar que

O capitalismo não é ‘neutro’. Esse ordenamento econômico pressupõe a eleição de uma certa visão de mundo e de como os seres humanos devem viver e se comportar. De acordo com essa seletividade, alguns vão ter privilégios positivos e outros vão ser condenados à marginalidade e à exclusão. [...] Existe uma concepção de sujeito, uma concepção de personalidade, e todo um esquema de avaliação silencioso e pré-reflexivo (ou ‘inconsciente’) que vai produzir a sensação do privilégio ou de reconhecimento social em uns e a sensação da humilhação objetiva e sem escapatória em outros. Sem explicitar ou ‘articular’ essa gramática implícita, não sabemos as causas últimas dos comportamentos sociais que observamos (Souza, 2022, p. 155).

Devido à falta de neutralidade, ocorre um favorecimento de certos indivíduos em detrimento de outros, resultando em uma marginalização ou exclusão desses últimos. Segundo Souza (2005) regionalmente, há uma tendência no país, divide-se entre partes modernas e tradicionais, empregada pelos movimentos populistas de combate à corrupção e, atualmente, pela crença de que é o avanço econômico é o meio de reduzir as desigualdades.

Na escala urbana, talvez o aspecto que mais explicita essa proposição de Souza (2005) seja a apresentada por Davis (2006, p. 105) sobre a segregação urbana, em que “não é um *status quo* inalterável, mas sim uma guerra social incessante”. Com isso o autor nos diz que essa está sujeita a mudanças e intervenções do Estado, com objetivo consiste em reestruturar os limites espaciais em benefício dos proprietários de terras, investidores estrangeiros, a elite com suas propriedades e os trabalhadores de classe média.

²² Brandão (2016) prefere chamar de “visibilidade precária” quando analisa os meninos de rua. Para a autora, a invisibilidade é uma qualidade associada ao que não pode ser visto. No entanto, o que se observa, não é a falta de visão, mas sim de uma visão limitada.

A complementariedade dessas perspectivas dos dois autores é ressaltada ao observar a forma como abordam um ponto essencial acerca do assunto em discussão: há uma geografia das desigualdades²³ (Deffner, 2011). Nesse sentido, é possível notar que as contradições sociais, segundo Sposito (2002), são resultantes do progresso do sistema capitalista ao observar a estrutura e a paisagem urbana.

Mas, por quê? Considerando os elementos mencionados, ao analisar a produção do espaço urbano, Carlos (2011) o compreende a partir da noção de “espaço-mercadoria”, como as demais mercadorias. O espaço passa a possuir valor de troca e valor de uso, sendo que o primeiro constantemente se sobrepõe ao segundo. A cidade, nesse sentido, dissimularia, invisibilizaria cultural e politicamente o surgimento da cidade ilegal, a expansão espacial da pobreza, a violência urbana nas suas diferentes formas e a exclusão, como parte de estratégias de dominação próprias do capitalismo periférico e do urbanismo de mercado (Maricato, 2000a, 2000b).

As desigualdades socioespaciais passam a influenciar de maneira significativa no uso e ocupação do solo urbano como, por exemplo, incremento demográfico, expansão dos loteamentos urbanos, valorização fundiária das áreas centrais, crescimento da pobreza urbana, dentre outros. A paisagem, até então, representada como uma criação ordenada, designada e harmoniosa, cuja estrutura e funcionamento são percebidos tanto pela mente humana quanto pelo olhar (Cosgrove, 2004), passa a revelar as contradições da sociedade.

O atual desafio consiste em identificar e expor as implicações socioespaciais. Ao certo, como Max Gonzaga (2016) nos dá pistas das contradições no cotidiano em Classe Média:

Sou classe média | Papagaio de todo telejornal | Eu acredito | Na imparcialidade da revista semanal | Sou classe média | Compro roupa e gasolina no cartão | Odeio ‘coletivos’ | E vou de carro que comprei a prestação | Só pago impostos | Estou sempre no limite do meu cheque especial | Eu viajo pouco, no máximo um pacote CVC tri-anual | Mas eu ‘tô nem aí’ | Se o traficante é quem manda na favela | Eu não ‘tô nem aqui’ | Se morre gente ou tem enchente em Itaquera | Eu quero é que se exploda a periferia toda | Mas fico indignado com estado quando sou incomodado | Pelo pedinte esfomeado que me estende a mão | O para-brisa ensaboado | É camelo, biju com bala | E as peripécias do artista malabarista do farol | Mas se o assalto é em Moema | O assassinato é no ‘Jardins’ | A filha do executivo é estuprada até o fim | Ai a mídia manifesta a sua opinião regressa | De implantar pena de morte, ou reduzir a idade penal | E eu que sou bem informado concordo e faço passeata | Enquanto aumenta a audiência e a tiragem do jornal | Porque eu não ‘tô nem aí’ | Se o traficante é quem manda na favela | Eu não ‘tô nem aqui’ | Se morre gente ou tem enchente em Itaquera

²³ O documentário titulado Uma geografia das desigualdades, da cineasta Day Rodrigues (2019) o tema da reflexão e ampliação contínua da exclusão social por meio das fronteiras territoriais nos principais centros urbanos – espaço de oportunidades transforma-se em espaços de perigo para pessoas marginalizadas. O recorte do documentário é feito sobre a questão das mulheres. A tese é a hostilidade presente no espaço urbano.

| Eu quero é que se exploda a periferia toda | Toda tragédia só me importa quando bate em minha porta | Porque é mais fácil condenar quem já cumpre pena de vida (Classe, 2016, 3min.).

Os fenômenos sociais e os processos, a exemplo da periferização e favelização, como apontado por Villaça (2007, p. 373), ou mesmo mediante a precarização dos meios de transporte coletivo, que reverberam, como apontado por Alves (2011), no fenômeno de (i) mobilidade urbana, marcam a paisagem metropolitana. Calabi (2012) aponta a preocupação com o assentamento urbano – que se origina das transformações sofridas pela atividade industrial – na alteração entre as relações entre cidade e espaço rural, não apenas por meio das intervenções nas vias de comunicação, como também no fluxo migratório para áreas urbanizadas, habitação, circulação e espaços verdes, higiene e debate estético.

Nesse sentido, o processo de valorização fundiária que ocorre nas metrópoles brasileiras direciona parte do setor produtivo às cidades médias e/ou polos regionais, processo denominado por Santos (2009) de desmetropolização, ou involução metropolitana. Dessa forma, fenômenos característicos das metrópoles, passam a interiorizar às cidades médias e/ou polos regionais, mas também as pequenas cidades.

Para compreender essa desigualdade geográfica brasileira, toma-se como suporte a Constituição Federal de 1988, onde são estabelecidos uma série de direitos sociais, abrangendo áreas como educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e infância, assim como assistência aos desamparados. Garantido assim, que os cidadãos brasileiros em situação de vulnerabilidade social recebam uma renda básica familiar de forma contínua através de um programa de transferência de renda, com diretrizes e critérios de acesso estabelecidos por meio de legislação, levando em consideração as leis fiscais e orçamentárias em vigor (Brasil, 1988).

Apesar de sua abrangência, muitas vezes ocorre um embate entre a legislação e os princípios essenciais dos direitos humanos. Já que se tem observado que o direito se encontra limitado à lei e à interpretação que é dada a ela considerando um contexto específico. A evidência desse conflito se destaca principalmente ao tratar sobre os distintos grupos étnicos e sociais que sofrem marginalização e exclusão das políticas sociais (Casara, 2021, p. 223-224). A exemplo da população em situação de rua.

No próximo tópico, discute-se como o Estado brasileiro atuou no que diz respeito a questão social do direito à moradia. Haja vista que exclusão de grandes setores da população é algo que ocorre de forma estrutural, mas também possui uma dimensão histórica. E o subtópico subsequente, como o Estado brasileiro se comporta em relação a população em situação de rua, partindo-se do pressuposto que esse

fenômeno não possui uma característica de invisibilidade e omissão, mas é dotado de visibilidade precária e um projeto político.

2.2 Estado e direito à moradia no Brasil

O ser humano tem a tendência natural de buscar abrigo. Não se limita apenas aos aspectos físicos, mas o afetivo, o integrador e o educativo, ou seja, o direito à moradia se configura como um aspecto fundamental e inalienável de cada indivíduo e de seu núcleo familiar. É elemento essencial para a manutenção da estabilidade social (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, 1993).

Segundo Matos (2001) a habitação desempenha dimensões fundamentais, ou seja,

a habitação satisfaz, na sociedade em que está integrada, um conjunto de funções, como a de abrigo e reprodução da família, sendo, ainda, um elemento fundamental na construção da personalidade individual, de integração social e de socialização, para além de ser um espaço de consumo, de produção de bens e serviços, de ócio e comunicação (Matos, 2001, p. 2).

A existência do debate sobre o direito à moradia se manifesta na consciência coletiva, principalmente em um cenário dramático que geram indignação e/ou descontentamento. A exemplo do cenário de despejos durante a pandemia da Covid-19, segundo o panorama apresentado pela “Campanha Despejo Zero”, como em São Paulo, Figura 5, em que ações de despejo por aumentaram cerca de 79% em 2021 (Bechara, 2021, 1º §). Em que pese, a situação enfrentada no Brasil com mais de 132.290 famílias em risco de despejo desde o início da pandemia, e mais de 27.600 famílias despejadas²⁴.

Para tanto, em outubro de 2021, a Lei nº14.216 proíbe desocupação ou remoção forçada coletiva em imóvel privado ou público. Segundo Art. 3º desta Lei,

Considera-se desocupação ou remoção forçada coletiva a retirada definitiva ou temporária de indivíduos ou de famílias, promovida de forma coletiva e contra a sua vontade, de casas ou terras que ocupam, sem que estejam disponíveis ou acessíveis as formas adequadas de proteção de seus direitos, notadamente: I - garantia de habitação, sem nova ameaça de remoção, viabilizando o cumprimento do isolamento social; II - manutenção do acesso a serviços básicos de comunicação, de energia elétrica, de água potável, de saneamento e de coleta de lixo; III - proteção contra intempéries climáticas ou contra outras ameaças à saúde e à vida; IV - acesso aos meios habituais de subsistência, inclusive acesso à terra, a seus frutos, a infraestrutura, a fontes de renda

²⁴ Segundo dados da “Campanha Despejo Zero”, durante a pandemia São Paulo registrou o maior número de famílias despejadas, totalizando 6.017 casos. Rio de Janeiro e Amazonas foram dois outros estados com maiores números de famílias despejadas neste período, 5.560 famílias e 3.731 famílias.

e a trabalho; V - privacidade, segurança e proteção contra a violência à pessoa e contra o dano ao seu patrimônio (Brasil, 2021, Art. 3º).

Figura 5 - Remoções e despejos em São Paulo durante a pandemia da Covid-19



Fonte: Bechara (2021)

Apesar desse cenário exposto acima e a lei proposta como objetivo de reduzir os impactos econômicos e sociais intensificados pela pandemia da Covid-19, vale rememorar o histórico de tratamento do Estado brasileiro sobre a questão da moradia. Considera-se, ainda, que a compreensão do direito à moradia é restrita, ou seja, é vista apenas como uma ampliação dos direitos humanos (Lefebvre, 2008).

A cidade capitalista revela uma evidente exclusão social, com realidades contrastantes e classes opostas coexistindo. A desigualdade é evidenciada de vários modos, especialmente a forma como as pessoas ocupam o espaço urbano (Monteiro; Veras, 2017, p. 2). Assim sendo, a vida na cidade requer infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos para seu funcionamento adequado (Sposito, 2002).

Conforme previsto por Engels (*apud* Lefebvre, 2008), a questão da moradia é negligenciada no cenário político, embora seja cada vez mais preocupante. O autor aponta uma tendência de colocar a questão da moradia em um papel secundário no âmbito político, fornecendo, neste sentido, habitações rápidas e econômicas influenciadas pela burocracia governamental em detrimento a um planejamento urbano. Em nível local, é possível citar como exemplo característico do que Engels apontou séculos atrás: o projeto habitacional aos moldes

da exclusão na cidade de Abadia de Goiás²⁵, localizado a 4,5km do centro da cidade e a 7,6km de residencial Itaipu, em Goiânia-GO, Figura 6.

Figura 6 - Projeto habitacional do programa “Pra Ter Onde Morar” com casas a custo zero, na cidade de Abadia de Goiás



Fonte: Google Earth, 2022-2023.

Essas pontualidades propostas acima nos dão algumas pistas de como a questão habitacional se configura no Brasil. Considerando isso, o Estado brasileiro modifica sua atuação na questão habitacional urbana a partir da década de 1960. Monteiro e Veras (2017, p. 2) com objetivo de analisar a questão habitacional no Brasil e como o Estado por meio de políticas públicas, levou em conta a urbanização pretérita e que ocorreu de maneira acelerada e a “mercantilização da terra urbana e da habitação”. O crescimento urbano causou uma pressão adicional sobre a infraestrutura e os serviços essenciais. A urbanização acelerada gerou, sobretudo, problemas habitacionais e condições de moradia precárias para as pessoas de baixa renda.

Historicamente no Brasil, as práticas e políticas públicas relacionadas a habitação popular e social tiveram um desenvolvimento gradual condicionados pela ótica da oferta.

²⁵ De acordo com o Censo de 2022, a cidade de Abadia de Goiás demonstrou uma explosão demográfica significativa, com 19.128 pessoas representando um aumento de 177,58% em comparação com o Censo de 2010 (População, 2023).

Segundo Almeida (2011, p. 141) “a estrutura dessa provisão tem sido predominantemente guiada pela lógica do mercado, com algumas intervenções do Estado que, entretanto, não parecem alterar substancialmente essa lógica de produção”.

À medida que o Brasil se urbanizava de modos distintos em cada localidade, com o urbano tendo maior importância na formação socioeconômica brasileira, reformas urbanas foram sendo realizadas (Monteiro; Veras, 2017).

Segundo Maricato (2000b)

As reformas urbanas, realizadas em diversas cidades brasileiras entre o final do século XIX e início do século XX, lançaram as bases de um urbanismo moderno à moda da periferia. Eram feitas obras de saneamento básico e embelezamento paisagístico, implantavam-se as bases legais para um mercado imobiliário de corte capitalista, ao mesmo tempo em que a população excluída desse processo era expulsa para os morros e as franjas da cidade (Maricato, 2000b, p. 22)

Desde o final do século XIX aos dias atuais, há políticas de higienização e moralização dos pobres, com o afastamento/expulsão destes das áreas centrais da cidade, devido a mudança de uso e ocupação do solo nos centros. Essas as mudanças evidenciaram a divisão do espaço urbano entre o centro e a periferia. Dessa forma, indivíduos de baixa renda passaram a ocupar áreas desocupadas nos subúrbios e encostas de morros como forma de lidar com a crise habitacional. De certo modo, as políticas habitacionais no Brasil falharam em atingir as populações de baixa renda nas áreas urbanas e foram caracterizadas pela falta de continuidade (Silva, 2023).

Segundo Sakatauskas e Leitão (2017)

A intervenção estatal na política habitacional brasileira iniciada no século XX se deu de forma pontual e em pequena escala. Esta interferência no processo de produção habitacional além de ser de cunho regulatório, se dava por meio de uma legislação que definiam quais seriam as condições de acesso e de crédito. No entanto, o Estado não participou diretamente na produção de moradias para a população, limitando-se a regulamentar as relações com os agentes privados. [...] Na República Velha, o Estado era ausente na provisão de moradia da classe trabalhadora. [...] a moradia de aluguel era um negócio rentável. [...] A atuação do estado brasileiro através das políticas habitacionais desde a década 1940 até 2009 ocorreu de maneira estratégica, com o principal objetivo de reverter a situação econômica na qual o país se encontrava. Tanto a criação do BNH quanto a criação do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), além da finalidade de redução do déficit habitacional e atendimento da demanda populacional com renda mensal familiar de 0 a 3 salários mínimos, o fator econômico e a necessidade de dinamizar a economia [...] (Sakatauskas; Leitão, 2017, p. 9-10)

Os principais fatores determinantes foram: os Institutos de Aposentadoria e Pensão, a Lei do Inquilinato, a Fundação da Casa Popular e, por último, o Banco Nacional de Habitação²⁶. De todo este processo, dois foram os marcos jurídicos de garantia a habitação: a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257/2001 (Brasil, 1988, 2001). Após a extinção do Banco Nacional de Habitação (BNH) e a reestruturação das cidades brasileiras, programas habitacionais a exemplo do Minha Casa, Minha Vida²⁷, instituído pela Lei nº11.977/2009, e sua reformulação pelo programa Casa Verde e Amarela²⁸, instituído pela Lei nº 14.118/2021, foram implementados (Brasil, 2009b, 2021b).

No Brasil, a questão da moradia sempre se viu vinculada à ineficiência das políticas públicas, por não conseguir resolver de forma satisfatória os problemas do déficit habitacional e da falta de infraestrutura, representando um obstáculo para a melhoria das condições sociais e econômicas da população desfavorecida (Rubin; Bolfe, 2014). Em um exercício disso, em 2019, onde a população total brasileira estimava-se em 210,1 milhões de habitantes, com cerca de 65.557.130 de domicílios ocupados, foram identificados cerca de 13.151 aglomerados subnormais, localizados em 734 municípios (13,2% dos municípios) totalizando cerca de 5.127.747 de domicílios ocupados em áreas classificadas como aglomerados subnormais nos estados, Tabela 1. De 2010 a 2019 o quantitativo de municípios com aglomerados subnormais no Brasil sofreu um acréscimo de 411 novos municípios, correspondendo a um acréscimo total de 6.822 aglomerados subnormais (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020).

²⁶ Este órgão transformou o perfil das cidades brasileiras, incentivando a verticalização, a expansão das áreas periféricas e a ampliação da infraestrutura urbana.

²⁷ No ano de 2009, o Governo Federal lançou o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) com o intuito de proporcionar moradia para famílias de baixa renda e promover a expansão do mercado habitacional, onde os recursos foram distribuídos de acordo com a estimativa do déficit habitacional de cada estado.

²⁸ Reestruturou o Programa Minha Casa Minha Vida, como o objetivo de facilitar o acesso ao financiamento habitacional e reduzir o déficit habitacional, atuando em três modalidades de acesso: regularização fundiária, à melhoria de residências e está estudando outras ações, como a implementação de programas de locação social.

Tabela 1 - Estimativa de domicílios ocupados vs domicílios ocupados em Aglomerados Subnormais por estados brasileiros e Distrito Federal, 2019

NOME DO ESTADO	POPULAÇÃO TOTAL 2019	DOMICÍLIOS OCUPADOS NO ESTADO	DOMICÍLIOS OCUPADOS EM AGLOMERADOS SUBNORMAIS	PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS OCUPADOS EM AGLOMERADOS SUBNORMAIS SOBRE O TOTAL DE DOMICÍLIOS (%)
Acre	881.935	224.578	19.148	8,52
Alagoas	3.337.357	966.293	64.568	6,68
Amapá	845.731	170.712	36.835	21,57
Amazonas	4.144.597	1.138.985	393.995	34,59
Bahia	14.873.064	4.422.073	469.677	10,62
Ceará	9.132.078	2.651.823	243.848	9,19
Distrito Federal	3.015.268	935.671	62.179	6,64
Espírito Santo	4.018.650	1.173.902	306.439	26,10
Goiás	7.018.354	2.311.126	35.801	1,54
Maranhão	7.075.181	1.843.313	144.625	7,84
Mato Grosso	3.484.466	1.128.083	22.429	1,98
Mato Grosso do Sul	2.778.986	908.456	6.766	0,74
Minas Gerais	21.168.791	6.746.617	231.385	3,42
Pará	8.602.865	2.197.240	432.518	19,68
Paraíba	4.018.127	1.266.077	64.225	5,07
Paraná	11.433.957	3.787.013	135.188	3,56
Pernambuco	95.57.071	3.100.151	327.090	10,55
Piauí	3.273.227	917.414	50.382	5,49
Rio de Janeiro	17.264.943	5.677.989	717.326	12,63
Rio Grande do Norte	3.506.853	1.054.122	41.868	3,97
Rio Grande do Sul	11.377.239	3.801.539	133.021	3,49
Rondônia	1.777.225	531.231	23.236	4,37
Roraima	605.761	142.911	3.033	2,12
Santa Catarina	7.164.788	2.226.262	32.416	1,45
São Paulo	45.919.049	15.056.590	10.66.813	7,08
Sergipe	2.298.696	722.062	53.203	7,36
Tocantins	1.572.866	454.897	9.733	2,13

Fonte: Elaborado pela Autora, com base nos dados da pesquisa realizada no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2020).

Equivale a dizer que, ao identificar esses acréscimos, identifica-se também a vulnerabilidade social acentuada dessa população. Não raro, em um cenário de crise sanitária a exemplo da Covid-19, sugere possíveis consequências para os sistemas de saúde e assistência social, e refletem o perfil socioeconômico das regiões. No que pese as legislações urbanística, o Estatuto da Cidade fornece diretrizes significativas para lidar com a precarização das moradias. No entanto, os Planos Diretores e as práticas atuais estão resumindo no oferecimento da habitação, em contrapartida da acessibilidade, mobilidade, adaptação sociocultural e ambiental. Há nesse sentido, a promoção legitimada da segregação social e espacial.

Para Maricato (2003)

A democratização da produção de novas moradias e do acesso à moradia legal e à cidade com todos seus serviços e infraestrutura exige a superação de dois grandes obstáculos – terra urbanizada e financiamento – que, durante toda a história da urbanização brasileira, foram insumos proibidos para a maior parte da população. Estamos fazendo referência mais exatamente ao contexto da relação entre terra (urbanizada), financiamento, subsídios, Estado e mercado. O mercado privado não tem atingido nem mesmo a classe média (cinco a dez salários-mínimos) quando a maior parte da população situada abaixo dos cinco salários mínimos necessita de subsídios. Esse será o grande desafio da política urbana nas primeiras décadas do século XXI, ao lado do saneamento e do transporte de massa. É para eles que a sociedade brasileira e suas instituições devem se preparar (Maricato, 2003, p. 163).

Nessa conjuntura, como bem observa Almeida (2011) o governo geralmente intervém na habitação de forma reativa, agindo somente quando os problemas já estão presentes. A articulação política é fundamental, juntamente com investimentos em setores relacionados, como uso do solo, política urbana e ambiental. Além disso, a criação de empregos, renda e distribuição também são essenciais. A luta pela moradia instiga a política habitacional brasileira a assumir seu papel como instrumento essencial de redução das vulnerabilidades e emancipação social (Sarmiento, 2020).

2.3 A população em situação de rua no Brasil (2012 A 2021): revisão bibliográfica e estatística

Ao longo dos tempos foi utilizado diferentes termos para se designar a população em situação de rua ²⁹, atribuindo-se à falta de inteligibilidade ao tema e por sua característica heterogênea, sendo os principais: mendigos, indigente, moradores de rua, vagabundos, população de rua. Essa imprecisão da utilização de termos para se referir a esse grupo social, encontra-se na limitação do próprio entendimento da representatividade dessa população, que parte de um histórico de repressão, exclusão e invisibilização (Natalino, 2022, p. 4).

A limitação encontra-se também, considerando a perspectiva brasileira, no ponto de vista da não disponibilidade de dados oficiais sobre o número e perfil socioeconômico das pessoas em situação de rua. Apesar dessa contagem oficial dessa população ser prevista pela Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPR), instituída pelo Decreto nº 7.053/2009 (Brasil, 2009a). Sarmiento (2020, p. 13) aponta que os principais desafios e

²⁹ Adota-se aqui o termo população em situação de rua, baseando-se nas observações feitas por Prates, Prates, Machado (2011, p. 194) sobre o “processo de rualização” e por Silva (2009, p. 26) sobre o fenômeno social ser uma “expressão radical da questão social” na sociedade capitalista. Aparecerá no decorrer do texto, no entanto, variações como **pessoas em situação de rua** e **famílias em situação de rua**. Em leitura a própria disposição de dados/estimativas do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS e Censo do Sistema Único da Assistência Social (Suas), principais fontes de dados dessa dissertação, e à Política Nacional para a População em Situação de Rua, Decreto nº7.053/2009 (Brasil, 2009).

problemas encontrados para quantificar e qualificar a população em situação de rua são:

- o Brasil não conta com dados oficiais atualizados sobre a população em situação de rua;
- complexidade operacional de uma pesquisa de campo;
- invisibilidade social da população de rua no âmbito das políticas sociais;
- grande mobilidade do grupo;
- risco da dupla contagem ou contagem errônea e o mapeamento do grupo;
- ausência de domicílio fixo, entre outros.

No entanto, Natalino (2022, p. 5) aponta a falta de interesse das “organizações da sociedade civil e da Defensoria Pública da União”, principalmente no que diz respeito a revisão dos métodos de contagem dos censos demográficos³⁰ realizados pelo IBGE. Pressupõe-se assim, que o não dimensionar essa população em situação de rua deixa de ser por ordem técnica ou de revisão metodológica ou até mesmo de omissão, e torna-se uma escolha por não fazer. Torna-se um projeto político pautado sobretudo pelas concepções neoliberais.

Natalino (2022, p. 5) aponta que, “sem conseguir dimensionar quantas pessoas estão em situação de rua, corre-se o risco de reproduzir a invisibilidade social da população em situação de rua no âmbito das políticas públicas.” E continua a reproduz episódios de violência, a exemplo do “Massacre da Sé”, chacina ocorrida na região central de São Paulo/SP em 2004 contra pessoas em situação de rua, e/ou relatos de vida uma década depois da chacina, como de Maria Lúcia Pereira³¹, ex-pessoa em situação de rua.

Teve um dia, aqui em Nazaré tinha um supermercado [...] era o melhor lixo que a gente tinha, porque quando eles despejavam... tinha iogurte, fruta, a gente fazia a festa. E nesse dia, a gente estava debaixo da antiga Fonte Nova [...] a gente levou muita coisa, era comida para uma semana [...]. Quando foi de madrugada, chegou o pessoal da prefeitura, aí a gente acordou debaixo de pontapés, eles pegaram aquelas panelas e latas que tínhamos cozinhado, todo nosso suprimento da semana. Fizeram uma fogueira e tacaram fogo, sem perguntar nada. Botaram a gente lá dentro da Kombi, e nos levaram [...] de madrugada, documentos foram queimados, roupas foram queimadas, colchões foram queimados, vários de nós foram espancados (Relato de Maria Lúcia Pereira, líder do Movimento de População de Rua-BA (MPR)) (Filha, 2014, 5min15s).

³⁰ O método utilizado tanto no Censo de 2010 quanto de 2021/2022 inclui apenas as populações domiciliadas (habitações coletivas e domicílios improvisados).

³¹ Web documentário **Filha da rua** (2014), de direção e roteiro de Rebeca Gonçalves, narra a trajetória de luta de Maria Lúcia Pereira, líder do Movimento de População de Rua-BA (MPR). Ex-pessoa em situação de rua, Maria Lúcia fala de vida antes da rua, o motivo de ter chegado à rua aos 16 anos, o caminho de superação das drogas e alcoolismo, a indignação das injustiças institucionais, e a trajetória como líder do Movimento de População de Rua-BA.

Ao longo da história do Brasil, a pobreza tem se mostrado um fenômeno persistente. No Brasil, a população em situação de rua tem uma relação direta com a distribuição desigual de renda. Ou seja, essa desigualdade de renda é um fator importante para o aumento do número de pessoas vivendo nas ruas. Cabe-se dizer então que, a estrutura da sociedade capitalista tem um papel importante na sustentação desse fenômeno, pois o sistema tributário e legislativo coloca o crescimento do capital nacional acima do bem-estar social (Sarmiento, 2020, p. 8).

Tiengo (2020) de modo incisivo demonstra em tese que a população em situação de rua - diante da multiplicidade da questão social - é fruto do "modo de produção capitalista". Segundo a autora, há existência de pessoas que “não têm sequer condições de obter moradia, ou acessar um trabalho que lhe garanta condições básicas de subsistência, formando uma superpopulação relativa, e nesse grupo está a população em situação de rua” (Tiengo, 2020, p. 20).

Ao refletir sobre a questão social e a população em situação de rua, Silva (2006) reconhece o fenômeno sendo de ordem multidimensional, ou seja, ambas se inter-relacionam em três principais campos: o desemprego e a precarização do trabalho, a extrema pobreza e a ausência e dificuldades de acesso a moradia. Apresenta ainda três fatores dessa inter-relação, ou seja, **fatores estruturais**, com o papel do Estado, do trabalho e moradia; **fatores biográficos**, com os aspectos qualitativos e perfil da população em situação de rua, a exemplo das trajetórias individuais e rompimentos de vínculos familiares, uso de substâncias, entre outros motivos; e **fatores de natureza**, a exemplo das intemperes naturais e provocadas pelo homem. Natalino (2022) também apresenta alguns fatores principais que explicam a população em situação de rua, em consonância aos apontamentos de Silva (2006), que são: **econômico**, inclui a pobreza, acesso à moradia e poucas oportunidades no mercado de trabalho por baixa qualificação; **social**, perda de vínculo familiar e de rede de contato de apoio; **compulsões e adicção**.

No contexto brasileiro, caracteriza-se pela fragilidade de reconhecer a população em situação de rua como detentora de direitos assegurados pela Constituição Federal de 1988. O histórico de tratamento da população em situação de rua pelo Estado brasileiro sempre se apresentou como repressor e dotado de uma “omissão” planejada. Tanto o Código Criminal de 1830, quanto o Código Penal de 1890 e a Lei de Contravenções Penais de 1941 estabeleciam punições para a prática de "vadiagem" (Brasil, 1830, 1890, 1941). Apesar de parecerem antigas, as leis que proibiam a mendicância por "ociosidade" só foram revogadas em 2009 (Natalino, 2022, p. 4-5).

Os marcos regulatórios para a população em situação de rua e de vulnerabilidade social inicia-se a partir da leitura da Constituição de 1988, onde se reconhece como direito do cidadão, dever do Estado a Assistência Social como política pública (Sarmiento, 2020, p. 55). É a partir dessa leitura e da Lei Orgânica de Assistência Social de 1993 (LOAS), que há a garantia de inclusão na rede de proteção social no município de pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade e/ou risco social.

O Conselho Nacional de Assistência Social delibera a criação da Política Nacional de Assistência Social/2004 (PNAS), resolução nº 145/2004, como uma política de seguridade social não contributiva, garante atendimento às necessidades básicas da população que vive em situação de risco e vulnerabilidade social, através de ações de iniciativa pública e da sociedade. Essa política promove dois tipos de proteção: a proteção social básica, que tem um caráter preventivo, e a proteção social especial, que tem um caráter protetivo (Brasil, 2004b).

E é no âmbito da assistência social que a proteção social especial, ou seja, de caráter protetivo localiza-se ações voltadas para a população em situação de rua no Brasil. Com a alteração em 2005 da Lei Orgânica de Assistência Social, na Lei 11.258, passa a ser obrigatório a formulação de programas para a população em situação de rua (Sarmiento, 2020, p. 55) e inaugura-se o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), composto pelo poder público e pela sociedade civil.

Em 2005, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/MDS realiza o I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua, em Brasília, contando com representantes de governos municipais, secretarias do MDS, técnicos e especialistas, organizações não governamentais e de fóruns ou entidades da população em situação de rua, de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Campinas, Rio de Janeiro, Niterói, Londrina, Vitória, Fortaleza, São Luiz e Brasília.

A definição adotada para conceituar e caracterizar a população em situação de rua, segundo o Relatório do I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua, é “grupo populacional heterogêneo, constituído por pessoas que possuem em comum a garantia da sobrevivência, por meio de atividades produtivas desenvolvidas nas ruas, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a não referência de moradia regular” (Brasil, 2006, p. 24).

Entre 2007 e 2008, o Ministério do Desenvolvimento Social realizou a Pesquisa Nacional Sobre a População em Situação de Rua em resposta os movimentos sociais, principalmente o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), criado em 2005, onde “[...] a pesquisa foi uma construção coletiva, concebida com o objetivo de quantificar e

investigar as características socioeconômicas das pessoas em situação de rua, tendo como principal foco a formulação de políticas públicas dirigidas a essa população” (Sarmiento, 2020, p. 16). Contudo, é apenas em 2009, por meio do Decreto nº 7.053/2009 que a Política Nacional para a População em Situação de Rua (grande marco regulatório) e Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento são criados. Segundo o Art.1º dessa política:

[...] considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. (Brasil, 2009a, Art. 1º).

No entanto, no Brasil as diferentes formas e graus de exclusão e omissão estatal para com esse grupo, tem configurado na perspectiva das regiões metropolitanas. Conforme consta na Tabela 2, até o último levantamento de 2014-2015 havia cerca de 559 unidades de prestação de serviços de assistência social privada sem fins lucrativos com serviço especializado para pessoas em situação de rua. Dentre as principais unidades de assistência a pessoas em situação de rua estão o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop); o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS); o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). Entretanto, Sarmiento (2020) aponta para a dificuldade de acesso aos benefícios e os aspectos burocráticos para a obtenção deles, como no caso de programas de transferência de renda, programas habitacionais e atendimentos médicos.

Tabela 2 - Regiões Metropolitanas: Total de unidades de prestação de serviços de assistência social privada sem fins lucrativos com serviço especializado para pessoas em situação de rua, por faixa etária do público-alvo, 2014-2015

(continua)

Regiões Metropolitanas	Total de serviço especializado para pessoas em situação de rua	Faixa etária do público-alvo				
		0 a 6 anos	7 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 59 anos	60 anos ou mais
Brasil	559	162	205	224	426	376
Região Metropolitana de Belém	-	-	-	-	-	-
Região Metropolitana de Fortaleza	6	1	2	1	4	3
Região Metropolitana de Recife	6	2	4	4	4	2
Região Metropolitana de Salvador	10	4	6	6	7	4
Região Metropolitana de Belo Horizonte	14	4	5	5	12	11

Tabela 2 - Regiões Metropolitanas: Total de unidades de prestação de serviços de assistência social privada sem fins lucrativos com serviço especializado para pessoas em situação de rua, por faixa etária do público-alvo, 2014-2015

(conclusão)

Regiões Metropolitanas	Total de serviço especializado para pessoas em situação de rua	Faixa etária do público-alvo				
		0 a 6 anos	7 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 59 anos	60 anos ou mais
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	17	3	6	6	14	6
Região Metropolitana de São Paulo	77	12	13	19	69	55
Região Metropolitana de Curitiba	19	7	11	9	13	10
Região Metropolitana de Florianópolis	5	1	1	1	3	3
Região Metropolitana de Porto Alegre	12	5	7	7	7	3
Região Metropolitana de Goiânia	9	4	5	6	8	5

Fonte: Oliveira (2022, p. 8-9).

Nota: Dados IBGE (2014-2015).

Os principais programas instituídos pela Política Nacional: os programas de transferência de renda (Benefício de Prestação Continuada e Bolsa Família), entretanto há a dificuldade de acesso aos benefícios. A inclusão aos programas se dá por meio voluntário ou através de encaminhamento dos CRAS e CREAS (criados pela Política Nacional de Assistência Social) e Centros POP (Decreto nº 7.053/2009 – Política Nacional para a População em Situação de Rua e Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento).

É imperativo que a principal forma de obter informações oficiais sobre o assunto ainda é o Censo SUAS, realizado anualmente pelo Ministério da Cidadania por meio de um questionário eletrônico (Natalino, 2022), com o envolvimento de agentes como: MDS, IPEA e questionamentos via Lei de Acesso à Informação (LAI) e pesquisas com dados de ótica regional. Embora os CRAS, CREAS, Unidade de Acolhimento, Centro Dia, Postos de cadastramento não seja os centros de referências especializados para pessoas em situação de rua, integram a rede de atendimento e é possível que seja o primeiro contato desse grupo (principalmente CRAS e CREAS) ao encaminhamento e ao Cadastro Único.

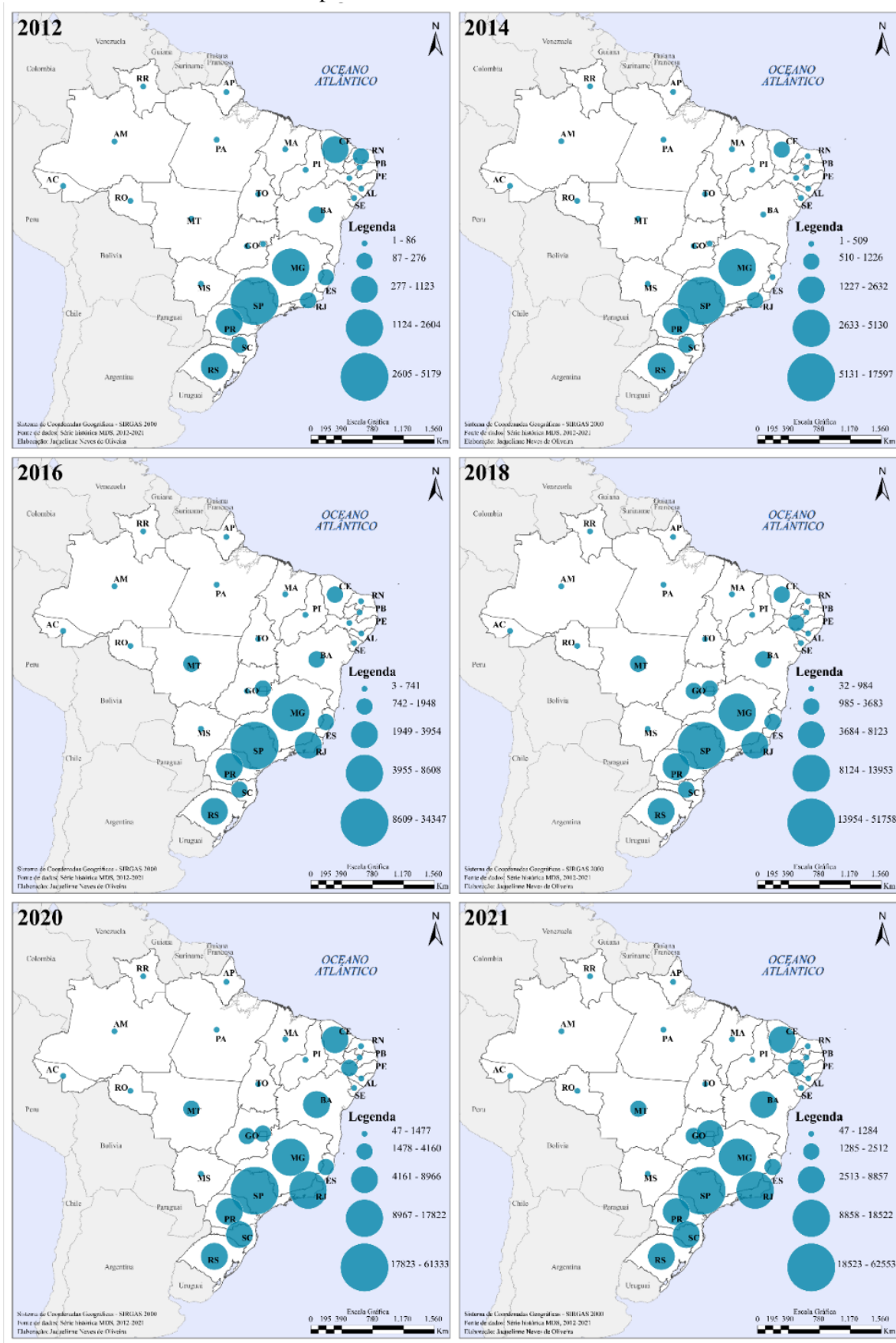
Para Natalino (2022)

O Cadastro Único, que serve como porta de entrada para uma série de programas sociais, (inclusive habitacionais). Embora o Cadastro tenha, ano após ano, ampliado em números absolutos a quantidade de pessoas em situação de rua cadastradas e mesmo reduzido, em termos relativos, o percentual de PSR não cadastradas, o número de cadastrados ainda é significativamente menor do que o número de pessoas em situação de rua (Natalino, 2022, p. 18).

Do ponto de vista institucional, no período de 2012 a 2021, utilizando dados do Ministério do Desenvolvimento Social, reconhece-se cerca de 11.739 famílias encontravam-se em situação de rua em 2012, fato que evoluiu para 157.494 famílias em situação de rua, veja Figura 7. Isso porque, a partir de 2013, todas as secretarias municipais de assistência social devem obrigatoriamente fornecer dados sobre a presença de pesquisas ou levantamentos que identifiquem o número de pessoas em situação de rua no município, incluindo o total de indivíduos nessa condição (Natalino, 2022).

Nota-se pela Figura 7, a predominância de população em situação de rua na Região Sudeste, a qual em 2012 identificava 8.266 famílias em situação de rua, evoluiu para 98.231 famílias em situação de rua. Mesmo a Região Centro-Oeste que em 2012 identificava 111 famílias, evoluiu para 6.215 famílias em situação de rua. Durante o período de 2012 a 2021 não há indícios de retardação dos valores. Esses valores identificados só são possíveis através do cadastramento dessas famílias. Segundo Sarmiento (2020, p. 17) o Censo Suas representa um importante instrumento de coleta de dados sobre o município “possuir ou conhecer o número de pessoas em situação de rua no seu território e, em caso afirmativo, quantas pessoas estariam nesta situação, devendo-se, ademais, informar a forma pela qual a informação foi coletada”.

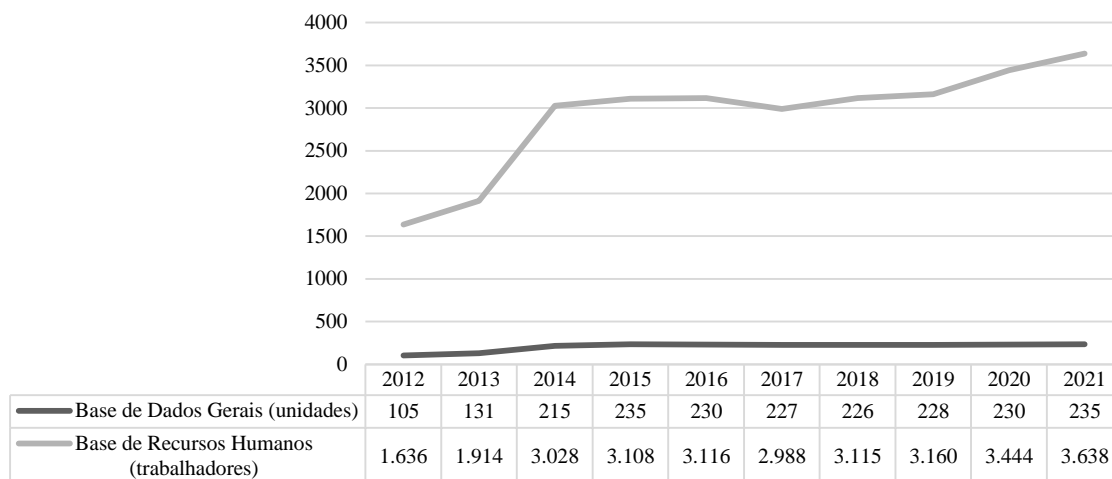
Figura 7 - Estados brasileiros: Total de famílias em situação de rua inscritas no Cadastro Único, comparativo dos anos de 2012 a 2021



Fonte: Elaborado pela Autora, com base nos dados da pesquisa realizada no MDS (2012 a 2021).

É possível notar que percorrido nove anos, o balanço crescente de preenchimento, Gráfico 3.

Gráfico 3 - Brasil: Balanço do preenchimento do questionário CENSO SUAS/Centro POP, 2012-2021

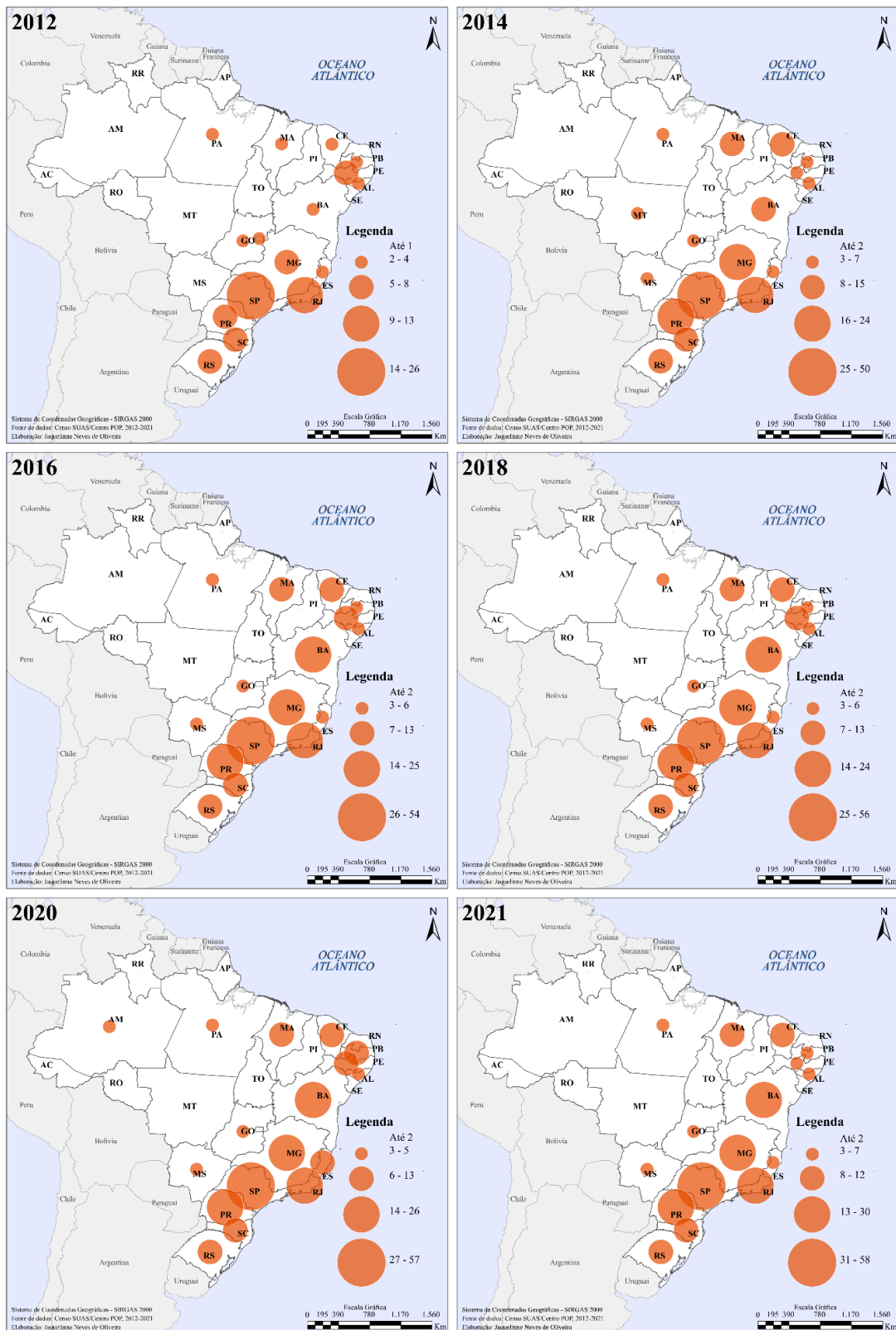


Fonte: Elaborado pela Autora, com base nos dados da pesquisa realizada no Censo SUAS/ Centro POP - Vigilância Socioassistencial, 2012-2021.

*Censo SUAS, coleta de dados das unidades Centros POP desde o ano de 2011. Os estados de Roraima e Tocantins não possuem unidades Centro Pop

Não obstante, os dados apresentados no Gráfico 3 e na Figura 8, representam o enfoque aos dados do Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua. O qual é responsável pelo oferecimento de cursos, alimentação, higiene, atendimento médico-psicológico e pela reintegração social de pessoas em situação de rua. Estima-se, no entanto, que o número de unidades não corresponda de maneira suficiente o volume de procura.

Figura 8 - Centros de Referência Especializados para Pessoas em Situação de Rua: quantidade de unidades por região, 2012-2021



Fonte: Elaborado pela Autora, com base nos dados da pesquisa realizada na Vigilância Socioassistencial - Secretaria Nacional de Assistência Social, MDS, 2012-2021.

Os dados apresentados pelo Cadastro Único, no entanto mostram-se menores que os apresentados pelo IPEA. Isso porque, os estudos pioneiros apresentados pelo IPEA, por meio do método aplicado próprio, consideram: número de habitantes (*pop*); pobreza (*pob*); grau de centralidade e dinamismo urbano (*urb*); atuação da assistência social para com a população em situação de rua (*suas*); e número de pessoas em situação de rua no Cadastro Único (*cad*).

Quadro 3 - Número de pessoas em situação de rua por porte municipal (2010-2022), segundo dados do IPEA (2022)

NÚMERO DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA POR PORTE MUNICIPAL (2010-2022)*						
Ano	Pequeno I	Pequeno II	Médio	Grande	Metrópole	Brasil
2012	5.027	8.401	6.121	36.844	34.087	90.480
2013	5.053	8.571	6.400	38.245	37.977	96.246
2014	5.397	8.761	7.840	44.201	40.451	106.650
2015	6.226	9.183	9.441	49.642	48.612	123.104
2016	6.887	9.919	9.912	56.056	56.011	138.785
2017	7.256	11.147	12.344	65.459	64.408	160.614
2018	8.707	12.338	12.362	73.658	77.684	184.749
2019	9.247	14.256	13.959	81.806	85.392	204.660
2020	12.045	17.460	22.635	79.177	83.134	214.451
2021	17.688	21.854	24.355	88.437	79.813	232.147
2022	20.929	25.281	28.386	104.296	102.580	281.472

Fonte: Natalino (2022).

* Brasil (2022; 2022b; 2022c; 2022d); IBGE (2015); Ipea (2015). Elaboração do Autor.

Assim sendo, tanto os dados do Cadastro Único quanto os estudos do IPEA apontam para valores significativos para os pequenos e médios municípios. Constatando assim que o fenômeno não atinge somente as metrópoles e grandes cidades. Além do mais, nos últimos anos esse crescimento da população em situação de rua aumentou rapidamente, superando o crescimento vegetativo da população total brasileira. Somente região Sudeste é responsável por mais de 122.255 pessoas em situação de rua no Brasil no ano de 2021. Seguidos pela região Nordeste e Sul, 43.723 e 32.562 pessoas em situação de rua no Brasil no ano de 2021, respectivamente. No entanto, antes e com a pandemia, a região Norte e Centro-Oeste, destacaram-se número de pessoas em situação de rua crescentes.

Grande parte do estado da arte sobre a tema apontam, dentre tantos fatores, as formas de exclusão e omissão estatal destinadas ao grupo, ou seja: a recusa do IBGE em incluir a população em situação de rua no Censo, a arquitetura de exclusão contra a população em

situação de rua (exclusão por meio do direito e ações institucionais, por meio da arquitetura e urbanismo e por intermédio da mídia). E principalmente a não aplicação da Lei.

Para Sarmiento (2020)

Grande parte dessa coletividade está visivelmente presente nas cidades brasileiras, ocupando logradouros públicos e marquises residenciais para se abrigar e apenas sobreviver. Em uma espécie de efeito dominó, adstrito à reestruturação produtiva, também à globalização, às numerosas e crescentes taxas de desemprego, ao aumento substancial da informalidade, à impossibilidade de se pagar salários dignificantes, violência, drogadição, dentre tantos outros inúmeros fatores que descortinam uma orientação política, social e econômica injustíssima e até desumana (Sarmiento, 2020, p. 10).

À essa insegurança, Castel (2015a) impacta desproporcionalmente sobretudo esses com rendimentos mais baixos, habitação precária e falta de proteção social. Em outros dizeres

Enfrentar las inseguridades es combatir a la par la inseguridad civil y la inseguridad social. Hoy em día existe um amplio consenso respecto de que, para asegurar la seguridad civil (la seguridad de los bienes y de las personas) se requiere una fuerte presencia del Estado: hay que defender el Estado de derecho. Lo mismo debería suceder para luchar contra la inseguridad social: habría que salvar el Estado social. En efecto, no puede existir una "sociedad de individuos", salvo que estén divididos o atomizados, sin que los sistemas públicos de regulaciones impongan, em nombre de la cohesión social, la preeminencia de un garante del interés general sobre la competencia entre los intereses privados (Castel, 2015a, p. 119-120).

Assim, para Natalino (2022)

Para as políticas de seguridade social – incluindo acolhimento institucional, abordagem social, atendimento socioassistencial, oferta de alimentos, espaços de convivência em ‘Centros Pop’, atendimento médico e odontológico, bem como procedimentos de saúde [...] O planejamento de ofertas de serviços públicos, incluindo as dotações orçamentárias, as alocações de recursos humanos, a construção de novos espaços de atendimento etc. acaba correndo atrás de uma realidade que segue em expansão, e que demanda cada vez maior atenção, sob risco de grave violação de direitos básicos de cidadania. O mesmo vale para outras intersecções do poder público com este segmento populacional, como, por exemplo, a atuação das defensorias públicas, dos órgãos emissores de documentos civis e das atividades de zeladoria urbana. Reverter tal estado de coisas ou mesmo desacelerar a atual tendência de crescimento é um desafio imenso, mas, também, um imperativo inescapável. E que passa, necessariamente, pela política habitacional (Natalino, 2022, p. 18).

A relação de tudo isso supracitado encontra-se em Davis (2006) ao falar da maior população de moradores de rua do Terceiro Mundo – Mumbai. Nas palavras do autor

O estereótipo tradicional do morador de rua indiano é o camponês que perdeu tudo, recém-chegado do interior, que sobrevive na mendicância parasitária, mas, como revelou a pesquisa em Mumbai, quase todos (97%) tem pelo menos um ganha-pão,

70% estão na cidade há pelo menos seis anos e um terço foi despejado [...]. Na verdade, muitos moradores de rua são simplesmente trabalhadores [...] forçados por causa do emprego a morar no caríssimo coração da metrópole (Davis, 2006, p. 46).

O fenômeno em questão faz-se presente nas metrópoles brasileiras como observado também no texto de Santos (2003) que, de maneira metafórica, aponta o surgimento das “cidades de plástico e papelão” na cidade de São Paulo, Figura 9.

Figura 9 - Cidade de plástico e papelão abaixo do viaduto Pacheco Chaves - São Paulo, 2019



Fonte: Kruse e Ruske (2019).

Oliveira e Martins (2022) ao debaterem as causas e consequências do racismo estrutural constituído pela estruturação social brasileira apontam a intersecção entre raça e classe na perpetuação das condições sociais e econômicas da população em situação de rua.

A pesquisa “Aprendendo a Contar” realizada pelo MDS (2008-2009) traçou o perfil dessa população, apresentando-se predomínio de pessoas do sexo masculino (82%), a maioria com idade entre 25 e 44 anos (53%) e que se declaram pardas (39,1%); dados sobre escolaridade, onde 74% sabem ler e escrever; 70,9% exercem alguma atividade remunerada, como catador de material reciclável e flanelinha; 51,9% possuem algum familiar na cidade em que se encontram, mas 38,9% não mantêm contato com seus parentes; 95,5% não são vinculados a nenhum movimento social e 24,8% não possuem nenhum documento de identificação, principais motivos relatados que levaram as pessoas a viver nas ruas é o uso

abusivo de álcool e outras drogas (35,5%), o desemprego (29,8%) e conflitos familiares (29,1%) (Brasil, 2009c). No entanto, vale ressaltar que a contagem dessa população em situação de rua considerou apenas os municípios capitais e maiores de 300 mil habitantes (Natalino, 2022).

Esse quadro sofreu alterações apenas em números. Para Tiengo (2020) as motivações e fatores são diversos, a exemplo

[...] a desvinculação familiar, o desemprego, a migração em busca de trabalho visando à saída de uma vida com condições precárias, furtos e/ou perdas de seus pertences e documentos, utilização de álcool e outras drogas pelas pessoas em situação de rua ou por seus familiares, falta de moradia, a vergonha do homem provedor em voltar para casa sem conseguir manter a sua família. Sendo que o cerne do problema se encontra no modo de produção capitalista, que produz a miséria e se materializa em diversas expressões da questão social [...] (Tiengo, 2020, p. 20)

De fato, conforme observado por Sicari e Zanella (2018) nas análises de produção científica, em que estudos realizados tanto nacionalmente quanto internacionalmente indicam a predominância do sexo masculino, onde o conjunto de fatores, a exemplo álcool e drogas, desemprego, relações familiares frágeis e/ou escolhas pessoal optar por essa forma de vida.

Tiengo (2020) faz apontamentos sobre a relação trabalho-população em situação de rua, onde identifica a informalidade como forma de subsistência. Para essa autora,

[...] a possibilidade desse trabalho é um dos motivos que fazem desse fenômeno urbano, visto que nas cidades há mais condições para a sua existência, assim como oferece uma arquitetura que lhe permite pernoitar. Nelas estão os abrigos e albergues, bem como as instituições de caridade e ONGs que oferecem alimentos nas ruas (Tiengo, 2020, p. 132).

Embora a problemática esteja posta na paisagem urbana, é possível observar a negligência com o tema no desenvolvimento de indicadores estatísticos qualitativos, uma vez que, ao não incluírem esses sujeitos, os desumanizam. Experiências sub-humanas são noticiadas com certa frequência no país como a chacina da Candelária no ano de 1993; o assassinato do índio Galdino no plano piloto da capital federal em 1997 (Caso, 2017); a atuação de agentes públicos na cidade de São Paulo ao acordar indivíduos que dormiam na praça da Sé com jatos de água fria no ano de 2017 (Bretas, 2017), e mais recentemente, as estratégias empregadas pelo mercado imobiliário e a arquitetura hostil que adotam práticas pautadas em aporofobia, demonstram o sentimento de insegurança da população em situação de rua.

2.4 Para seguir adiante...

Não é possível fazer uma leitura sobre a população em situação de rua no Brasil sem considerar o modelo de urbanização adotado, o quadro de pobreza, extrema pobreza e vulnerabilidade social das massas. Ao certo, Souza (2022, p. 204) alertava para “o abandono social e político das famílias marcadas pelo cotidiano da exclusão parece ser o fato decisivo para a reprodução indefinida dessa classe social no tempo”.

De acordo com Casara (2021, p. 136), o Estado deixaria de ter um papel direto na redução da desigualdade e passaria a concentrar-se em ações voltadas para o mercado, tanto no âmbito interno quanto externo, visando assim, promover um sistema econômico mais eficiente. Em contrapartida, legitima-se a implementação de desigualdades no Brasil, reproduzindo-as nas implementações de políticas públicas, a exemplo do direito à moradia e direitos que abrangem a população em situação de rua.

Ao certo, há outras facetas da pobreza urbana, a exemplo da fome, que representa comumente um retrato da população em situação de rua brasileira. A retomada do Brasil, em 2021, ao Mapa da Fome é fruto de uma série de processos de tomada de decisão, que incluem fragilização e redução de políticas de proteção social, ao aumento do desemprego e da precarização do trabalho e somado a isso ainda temos a elevação do custo de vida principalmente pela inflação dos custos de moradia e de alimentação. Entretanto é necessário passar por transformações significativas.

O poema de Antônio Francisco Teixeira Melo (2016) em seu poema intitulado de “A casa que a fome mora”, permite de uma forma lírica a denúncia das iniciativas e dos processos decisórios adotados.

[...] Eu pensava que a fome | Fosse magricela e feia, | Mas era uma sereia | De corpo espetacular | E quem iria culpar | Aquela linda princesa | De tirar o pão da mesa | Dos subúrbios da cidade [...] Engoli três vezes nada | E perguntei o seu nome | Respondeu-me: sou a fome | Que assola a humanidade, | Ataco vila e cidade, | Deixo o campo moribundo, | Eu não descanso um segundo | Atrofiando e matando, | Me escondendo e zombando | Dos governantes do mundo. Me alimento das obras | Que são superfaturadas, | Das verbas que são guiadas | Pros bolsos dos marajás | E me escondo por trás | Da fumaça do canhão, | Dos supérfluos da mansão, | Da soma dos desperdícios, | Da queima dos artifícios | Que cega a população. Tenho pavor da justiça | E medo da igualdade, | Me banho na vaidade | Da modelo desnutrida | Da renda mal dividida | Na mão do cheque sem fundo, | Sou pesadelo profundo | Do sonho do boia fria | E almoço todo dia | Nas cinco estrelas do mundo. Se vocês continuarem | Me caçando nas favelas, | Nos lamaçais das vielas, | Nunca vão me encontrar, | [...] (Francisco, 2006, § 16º-20º).

Uma grande muralha vai sendo construída, não somente com tijolo e cimento, mas principalmente das relações. Casara (2021, p. 242) já dizia que “[...] o ‘direito de propriedade’ é ameaçado por políticas inclusivas, pelo Estado social, pelos direitos trabalhistas, pela força

dos sindicatos, pelo crescimento da importância política das chamadas minorias [...] Essas ‘ameaças’, que muitas vezes se misturam com preconceitos, servem, então, para justificar a violência ‘defensiva’”.

Posto isso, parece certo considerar:

- Muitos são os fatores que colaboram para o aumento da pobreza urbana, tais como: decisões tomadas no âmbito político como a redução de políticas de proteção social, ao aumento do desemprego e da precarização do trabalho e somado a isso ainda temos a elevação do custo de vida principalmente pela inflação dos custos de moradia e de alimentação. Em 2022, um estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) revelou contingente de pessoas com renda domiciliar per capita de até R\$ 497 mensais atingiu 62,9 milhões de brasileiros em 2021, o que representa 29,6% da população total do país, comprometendo a renda e apresentando o ingresso a pobreza (Mapa, 2022);
- Há um grande descompasso entre a política habitacional e a ausência de habitação. Os reflexos de uma urbanização acelerada, a produção do espaço urbano fica condicionada a lógica da mercadoria. Embora a política habitacional seja um avanço para o direito à moradia, a sua prática é contraditória, prova disso é a segregação urbana e a existências dos aglomerados subnormais;
- A precarização do trabalho tem influências diretas ao acesso de bens e serviços; Segundo Casara (2021, p. 160, grifo nosso) “[...] a ideia de **empreendedorismo** disfarça as novas formas de servidão, pois o empresário-de-si, que **livremente** adere as propostas de ‘uberização’” das relações de trabalho, suporta efeitos exploratórios similares aos da escravidão, sem que exista o ônus social de existirem escravos sob a égide neoliberal;
- O modelo de urbanização e de cidade são excludentes, assim como as relações sociais;
- Expressão máxima da questão social e fruto necessário ao modo de produção capitalista, a população em situação de rua é marcada vulnerabilidade social, pela fragilidade do Estado em reconhecer a população em situação de rua como detentora de direitos assegurados pela Constituição Federal de 1988;
- O fenômeno da população em situação de rua sofre duplo processo de violência, a primeira – pelo Estado – com a visibilidade precária e exclusão. A negligência, torna-se um projeto político pautado aos moldes do capitalismo e neoliberalismo;

a não inclusão do grupo no censo, ou um censo atualizado próprio dificulta o acesso dessa população à direitos básicos e essenciais. Não obstante, a exclusão se dá pela arquitetura, pelo direito e ações institucionais, pela mídia; A segunda – pela sociedade – com uma visão carregada de preconceitos e estigmatismo, e um assistencialismo;

- O Cadastro Único é um instrumento estratégico de diagnóstico para a população em situação de rua, no entanto não substitui a necessidade de realização de um estudo nacional atualizado;
- O Sistema Único de Saúde (SUS) e ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS) são agentes fundamentais no contato com as pessoas em situação de rua, no entanto faz necessário a intersetorialidade para o alcance da integralidade dos direitos sociais e humanos (Vaz, 2022, p. 152).

Ao certo a citação inicial dialoga com o alerta de Lefebvre (2008) para a necessidade de “abrir os olhos para o quadro de miséria generalizada em consequência do quadro das satisfações que a dissimulam e que se tornam os meios de eludir e de evadir-se dela”.

Na última seção, a análise parte essencialmente, na identificação de como a urbanização goiana promoveu impactos para o fenômeno da população em situação de rua. Apesar dos dados para Goiás relevarem a pouca expressividade em relação aos outros Estados, a modernização assimétrica do seu território promove diferenciação dos estratos sociais, gerando desigualdades e exclusão social.

3 A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NOS MUNICÍPIOS GOIANOS: ANÁLISE ESTATÍSTICA ENTRE 2012 E 2021

Esta última seção da dissertação tem por objetivo compreender o fenômeno da população em situação de rua nos municípios goianos. Para tanto, organiza-se em duas partes. A primeira trata da natureza da urbanização goiana. A segunda, sobre o ponto de análise estatística, a população em situação de rua nos municípios goianos entre 2012 e 2021. No entanto, os dados principalmente do Cadastro Único/MDS, incluem apenas as pessoas que foram cadastradas no sistema, por meio do Centro, CREAS, CRAS e pelo serviço de Abordagem Social dos Municípios. Portanto, pode-se considerar, que uma parcela significativa de pessoas não teve condições de realizar o cadastro nos sistemas oficiais.

Pode-se dizer que esses valores, embora muito preocupantes, podem não representar todo o universo de pessoas em situação de rua. Os dados são confiáveis e oferecem informações estatísticas que permite reconhecer que a problemática existe, está em crescimento e se espacializa para além de áreas metropolitanas, ou seja, o problema está se tornando mais completo e geograficamente mais disperso. Lida-se assim, com fontes de dados secundários e documentais, estudos técnicos e relatórios.

Embora se reconheça a limitação qualitativa *in loco* da análise.

3.1 A natureza da urbanização goiana

Foi no decorrer da integração da economia nacional, que o estado de Goiás passou a fazer parte do grupo de produtores de matérias-primas. Segundo Arrais (2007)

O processo de modernização da agricultura goiana deu-se, prioritariamente, a partir da região Sul do Estado. O adjetivo modernização não guarda, em si, um conteúdo positivo. Na verdade, por modernização, compreende-se toda uma nova forma de ocupar e produzir, de forma sistemática, planejada e intensiva, nos cerrados do Centro-Oeste brasileiro. Essa modernização ocorreu tanto pela ampliação da área plantada, quanto pela intensificação da produtividade, por meio da utilização de

maquinário e insumos agrícolas, o que causou profundos impactos na estrutura fundiária, aumentando o êxodo rural (Arrais, 2007, p. 2)

Por conta da distância, do isolamento e das dificuldades de acesso, durante as décadas de 1940 a 1970, Goiás foi diretamente beneficiado pelas políticas federais de integração do território nacional por meio das ferrovias e a interiorização das indústrias. Houve nesse sentido impactos positivos sob o ponto de vista econômico e de integração territorial, e impactos regionais de uma modernização agrícola transformadora. Este procedimento resultou na criação de novas áreas dinâmicas dentro do Estado, impulsionadas pelas políticas de incentivos fiscais implementadas pelo governo estadual.

Lima (2005) as cidades goianas, do universo das cidades brasileira, apresenta em seu bojo uma expansão econômica e territorial ligadas aos ciclos econômicos ocorridos em períodos diferentes. Segundo o autor, a decadência da mineração, há a dispersão e ruralização da população goiana. Ora a mineração foi responsável pela produção de espaços irregulares, ora foi responsável por uma lenta ocupação.

Para Estevam (1998 *apud* Arrais, 2007) o processo de modernização do território goiano foi excludente (dado o perfil dos atores selecionados), seletivo (por eleger produtos específicos, a exemplo da soja), e localizada (privilegiando especialmente o sul e sudoeste goiano). Assumindo o papel de protagonista da produção do território, principalmente durante o século XX, o Estado passou atuar sobre este, de modo a interferir na integração regional. Consequência disso foi a reprodução da desigualdade regional devido a rápida transformação socioeconômica (Arrais, 2007). Entre 2000 e 2010, o Estado apresentava um elevado e significativo número de centros urbanos com mais de 100 mil habitantes.

Para Salgado (2017)

A expansão das fronteiras agrícolas atraiu um número expressivo de migrantes para o estado e, em associação com as altas taxas de natalidade registradas até o final da década de 1970, promoveu considerável aumento demográfico. A modernização territorial, incluindo a modernização das técnicas produtivas do campo, impõe o deslocamento maciço das populações rurais para os núcleos urbanos. Porém, essas mudanças não ocorreram de forma homogênea pelo território, fato comprovado pelos diferentes índices de urbanização verificados em Goiás (Arrais, 2007, p. 2 *apud* Salgado, 2017, p. 19-20).

Um conjunto de impactos passaram a refletir as desigualdades regionais, sob a ordem da estrutura agrária, o surgimento de novos municípios/cidades, a integração regional, mercado de consumo e industrialização, Quadro 4.

Quadro 4 - Principais conjuntos de impactos que atuaram sobre a urbanização goiana

PRINCIPAIS CONJUNTOS DE IMPACTOS QUE ATUARAM SOBRE A URBANIZAÇÃO GOIANA	
ESTRUTURA AGRÁRIA	A edificação de Goiânia e Brasília, a rodovia BR-153, a CANG, o Polocentro etc., tiveram implicações direta na valorização da terra. A mudança na estrutura agrária, com o aumento da concentração de terras, resultou em uma rápida mudança do uso do solo rural que, por sinal, implicou na migração de novos atores sociais, como os grandes empresários do campo.
CIDADES	Entre 1940 e 1963 foram criados 128 municípios no território goiano. Até 1988 foram mais 42. Parte significativa destes municípios surgiram na região do Mato Grosso goiano e no Entorno de Brasília, influenciados pela edificação das duas capitais e pela Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), instalada no município de Ceres. A capitalização do território foi fator fundamental para sua fragmentação interna, especialmente na porção Centro-Sul do Estado.
INTEGRAÇÃO REGIONAL	O aumento no número e na população das cidades, a substituição da agricultura de subsistência por culturas intensivas, a intensificação do tráfego rodoviário que possibilitou o escoamento de mercadorias primárias, foram possíveis diante da consolidação do pacote rodoviário podem-se identificar dois processos concomitantes que são a integração interna do território (a partir da hegemonia político-econômica do Centro-Sul goiano e da Capital do Estado) e a integração ao Centro-Sul do país.
MERCADO DE CONSUMO	Cidades como Goiânia e Brasília já representavam importantes mercados de consumo urbano na década de 1960 Como cidade planejada-administrativa, Goiânia teve o papel de canalizar e distribuir as demandas urbanas de um Estado em pleno ambiente de modernização. Outras cidades, centros regionais, como Anápolis, Rio Verde, Catalão, Jataí, Itumbiara etc., também promoveram o crescimento das demandas urbanas. Os setores do comércio e da prestação de serviços ampliaram-se no território, também de forma desigual [...] (p. 8).
INDUSTRIALIZAÇÃO	Se deu a partir do campo. Nesse ponto os programas de incentivos fiscais tiveram papel fundamental, uma vez que tentaram minimizar as desvantagens competitivas diante de outros Estados (p. 8).

Fonte: Arrais (2007).

Quando o sistema capitalista não possui um planejamento adequado, acaba por gerar uma significativa concentração populacional, aumentar a oferta de empregos e impulsionar a produção em larga escala. Na região de Goiás, pesquisas anteriores revelaram a existência de uma dinâmica no desenvolvimento urbano conhecida como "Brasília - Anápolis - Goiânia", além do Sul e Sudoeste do Estado. Ou seja, conforme Arrais (2007) apresenta que é errôneo supor que o crescimento econômico ocorra de maneira igual em todo território goiano.

Devido à sua proximidade com o triângulo mineiro, a região Sul de Goiás foi a primeira a se desenvolver economicamente. No entanto, acabou sendo ultrapassada pelo centro goiano com a construção da ferrovia em Anápolis e o surgimento de Goiânia e Brasília. Devido sua posição como capital, Goiânia tornou-se um polo essencial para atividades econômicas e decisões estratégicas. Conforme as atividades avançaram, Brasília e Anápolis juntos se consolidaram como na geração de novos empreendimentos, empregos e renda. Por outro lado,

passaram a abrigar desigualdades social, pobreza e mazelas sociais. Configurando-se como região complexa. O que se tem em Goiás são espaços rurais que vão assumindo contornos de urbanização.

Por fim, interpretação da urbanização de Goiás só é compreensível por meio do vínculo entre expansão da fronteira agrícola, modernização territorial e aglomeração demográfica (Salgado, 2017). Apesar das transformações ocorridas nas últimas décadas, a indústria que mais tem se desenvolvido em Goiás ainda é a que está vinculada à produção agrícola e pecuária.

3.2 Espacialização da população de rua em Goiás

O ano era 1987, quando Maria Avelina Carvalho testemunhou a deficiência de políticas públicas e negligência para com a população em situação de rua na cidade de Goiânia, capital do Estado de Goiás. Ao analisar a situação dos “meninos de rua” em cidade, constatou o sentimento de insegurança vinculado à diferentes agentes sociais como a polícia, da qual “eles têm pavor”³², ou mesmo do “petrão”, denominação concedida ao “chefe das malas”³³. No dia 4 de abril de 1988, a autora descreveu a experiência de passar uma noite com os sujeitos de sua investigação, em suas palavras:

Dormi mais uns minutinhos até que o relógio bateu quatro horas da manhã. Faltavam somente duas horas que não devia ser nada, para quem ficou até então. Às seis horas acordei as meninas. As pessoas passavam e nos olhavam ali, aquele amontoado de gente. GENTE? Dormindo sobre chuva e sob chuva e sob o frio. Por nenhum momento me senti gente por ali. Os ratos têm mais dignidade, pois gente não foi feito para viver ao relento desse jeito. Criança não foi feita para dormir na rua e ficar doente por omissão dos que mantêm o poder global. [...] Eu não sentia medo, mas nojo de uma situação de vida, ou sobrevida em que vivem os meninos de rua (Carvalho, 1987, p. 143).

Apesar de ter se passado mais de três décadas desde o relato da autora, é possível perceber indícios de que esse fenômeno não é recente em Goiás. Ao analisar a distribuição espacial da população em situação de rua nos municípios goianos, faz-se necessário considerar a forma e desenvolvimento do território goiano. Na análise literária do fenômeno em nível

³² No livro “Tô Vivu. Histórias dos meninos de rua”, a autora e pesquisadora Maria Avelina relata o medo que meninos e meninas de rua sentem dos policiais. Relata também a violência física e psicológica envolvida nessa relação (Carvalho, 1987, p. 38).

³³ No livro “Tô Vivu. Histórias dos meninos de rua”, a autora e pesquisadora Maria Avelina coletou alguns dados do repertório verbal dos meninos de rua com base na vivência direta com a realidade a qual eles eram expostos diariamente. As denominações “petrão” e “chefe das malas” se referem a uma pessoa adulta (maior) que controla os grupos de menores (crianças ou adolescentes), tomando o dinheiro que esses menores porventura tenham conseguido (Carvalho, 1987, p. 30).

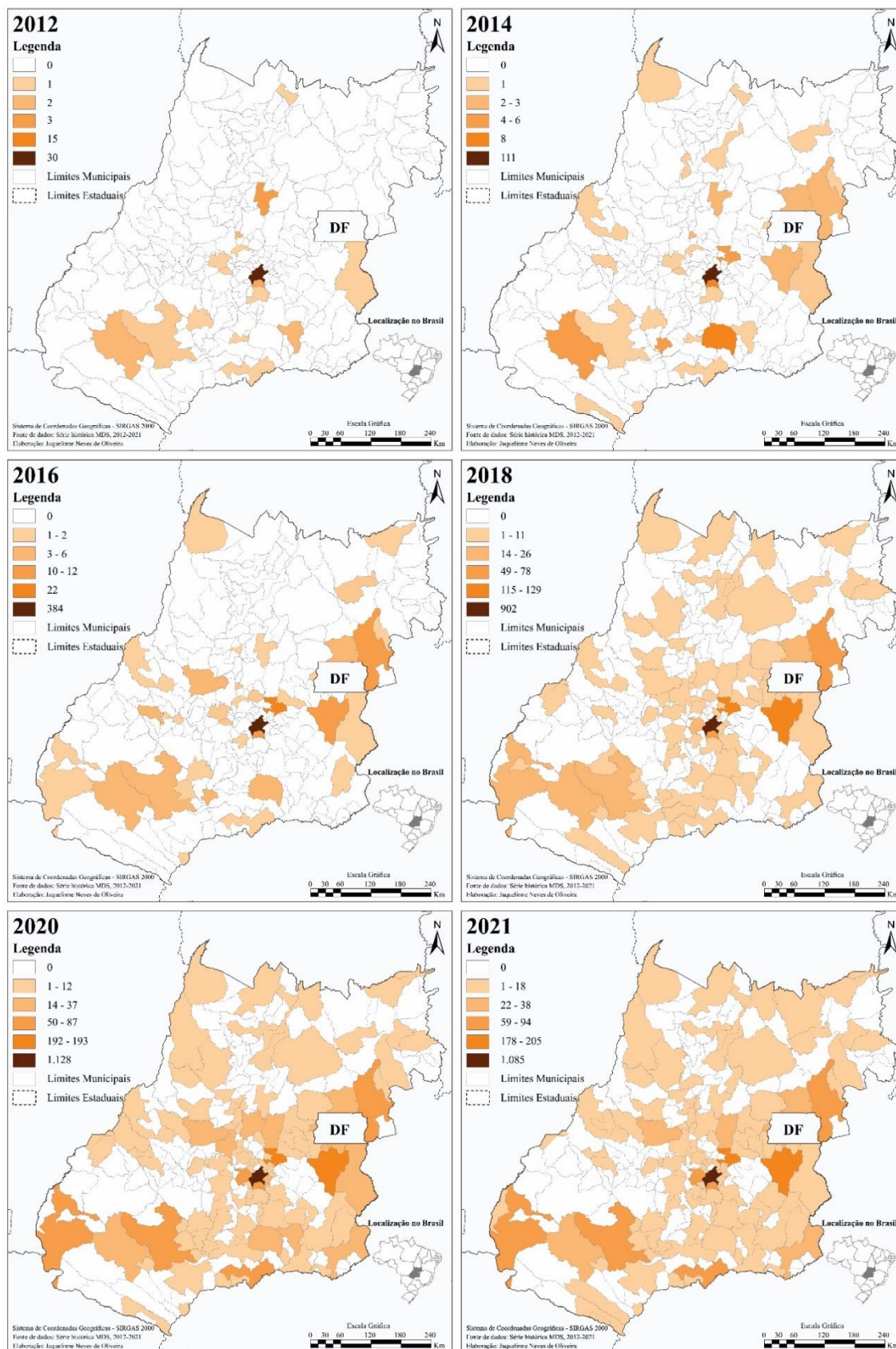
nacional, há fortes indícios que apontam para o cerne da problemática encontra-se no capitalismo. Ou seja, capilariza-se do modo de produção do espaço – em um processo de urbanização acelerada e desigual - influencia as desigualdades regionais e socioespaciais brasileira, expondo sobretudo a pobreza urbana e a vulnerabilidade social. Isso significa que os princípios da globalização³⁴, principalmente no nível econômico e de gestão, encontram-se quase que personificados no território goiano.

Em nível regional, faz-se possível distinguir três processos socioespaciais fundamentais: integração de Goiás na economia de mercado resultando em um aumento das redes ferroviárias na região para suprir a demanda por alimentos e distribuição derivados do processo de industrialização no sudeste brasileiro; a construção de Goiânia, onde a mudança da capital reorienta de certo modo a organização socioeconômica de Goiás; e a construção de Brasília e transferência da capital nacional.

Tendo dito isso, é importante destacar o papel significativo do eixo Goiânia - Anápolis - Brasília e da mesorregião Sul goiano, para compreender as características da população em situação de rua no Estado de Goiás. De fato, nessas localidades encontra-se, mais evidenciados, os problemas sociais como pobreza urbana, desemprego e violência. Segundo os dados disponibilizados pelo Cadastro Único, oficialmente reconhece-se um incremento significativo de 2.237 novas famílias em situação de rua, entre 2012 a 2021, especializados na Figura 10.

³⁴ Parte-se do princípio de que a globalização tem origem na integração dos aspectos econômicos, políticos e sociais em escala global. A expansão da competição entre locais e empresas vem gerando mudanças significativas no papel desempenhado pelo Estado, devido ao crescente envolvimento do mercado. Adicionalmente, as correntes de investimentos internacionais entre empresas e localidades têm se acentuado, gerando uma maior sincronização entre os espaços e o estabelecimento de novas conexões geográficas.

Figura 10 - Municípios Goianos: Total de famílias em situação de rua inscritas no Cadastro Único, comparativo dos anos de 2012-2021



Fonte: Elaborado pela Autora, com base nos dados da pesquisa realizada no MDS, 2012 a 2021.

Em primeiro momento, a dinâmica territorial indicada na Figura 10 incide na interiorização de uma problemática que anteriormente predominava nos principais núcleos urbanos do Estado. Segundo o Cadastro Único, em dezembro de 2012³⁵, havia 62 famílias em situação de rua, com uma evolução registrada, para o mesmo mês de 2021, de 2.299 famílias em situação de rua. A evolução absoluta de famílias em situação de rua é acompanhada de erosão dos sistemas de proteção social, a vulnerabilidade das relações sociais e o questionamento da intervenção estatal (Bógus; Yazbek ; Belfiore-Wanderley, 2019). Mas também, pela crise do capital, a precarização do trabalho e nos últimos anos (2020-2021) a pandemia da Covid-19.

Em dezembro de 2014, por exemplo, o município de Goiânia concentrava 122 famílias em situação de rua, correspondendo a cerca de 65,5% de todo território goiano. Seguidos de Anápolis e Morrinhos (8 famílias, cada), Aparecida de Goiânia (7 famílias), Jataí (4 famílias) e Luziânia e Planaltina (3 famílias, cada). Já em dezembro de 2019, o município de Goiânia passou a concentrar 1.089 famílias em situação de rua, correspondendo a cerca de 48,07% de todo território goiano, seguido por Luziânia (174 famílias), Anápolis (163 famílias) e Formosa (84 famílias).

Mas o que isso significa? Em linhas gerais, ao tomarmos os anos 2014 e 2019 como referência, considera-se os impactos de dois contextos políticos e econômicos nacionais diferentes. A dispersão do número de famílias em situação de rua resulta das contradições de diversos aspectos como trabalho, produção, distribuição, consumo e lazer, e principalmente da falta de atenção por parte das autoridades governamentais em relação às necessidades crescentes de áreas menos favorecidas, a exemplo do Norte goiano.

Obviamente, em ambiente metropolitano assume contornos mais emblemáticos, uma vez que a dinâmica de serviços, emprego e renda é mais significativo. O crescimento rápido populacional, a complexidade de dinâmicas e processos como a urbanização, assume também o aumento da condição para a pobreza e extrema pobreza, dada vulnerabilidade social que se manifesta na ausência de renda regular, moradia e falta de acesso a serviços públicos e benefícios sociais. Segundo Sarmiento (2020), a população em situação de rua enfrenta dificuldades para acessar os benefícios, por exemplo, dos programas transferência de renda e habitação e cuidados médicos, devido aos aspectos burocráticos – principalmente a condição de não possuir documentos de identificação.

³⁵ Os dados do Cadastro Único para as famílias em situação de rua só são disponibilizados a partir de agosto do ano de 2012.

A interpretação da distribuição espacial das famílias em situação de rua nos municípios goianos deve considerar as características gerais disponibilizadas, a exemplo, de pobreza, extrema pobreza, sexo, trabalho e renda, saúde, documentação, acesso aos programas governamentais, essencialmente.

O total de famílias em situação de rua oferece, no entanto, poucos detalhes acerca do perfil socioeconômico desse grupo social. Porém, com esses dados disponíveis torna-se possível proceder com a espacialização dos dados obtidos das duas principais plataformas de dados secundários disponíveis para acesso público.

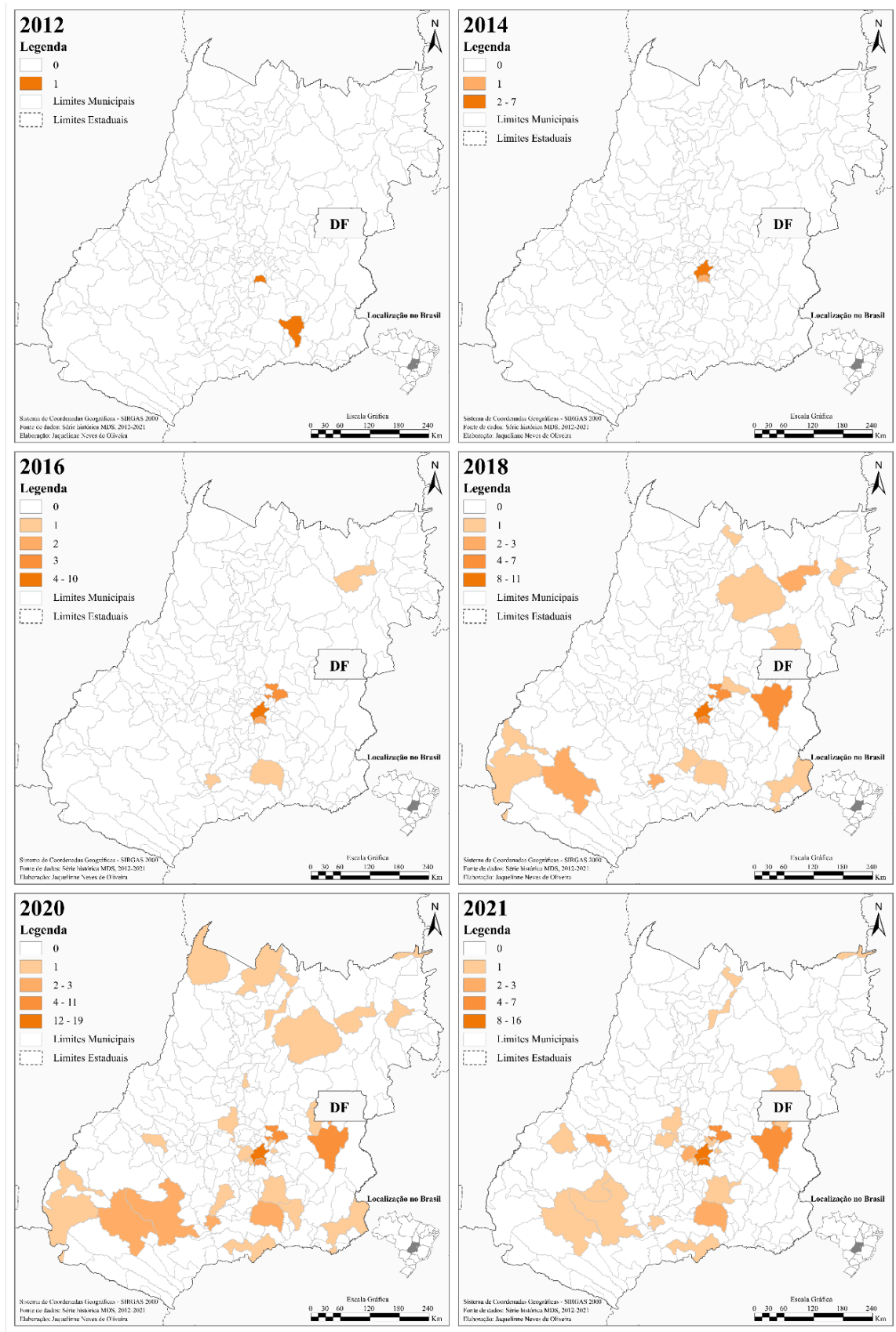
Considerando-se os apontamentos de Cortina (2020) é preciso considerar alguns índices para além da renda e consumo, como educação, moradia, alimentação entre outros. Segundo a autora quando utiliza as considerações de Jefferey Sachs sobre a ordem qualitativa de graus de pobreza, apresenta: extrema pobreza ou absoluta, moderada e relativa. Em suas palavras:

[...] distinguem três graus de pobreza: 1) Extrema pobreza ou absoluta, quando as famílias não podem atender às necessidades básicas de sobrevivência e sem ajuda externa são incapazes de sair da pobreza. Só ocorre em países em desenvolvimento. 2) Moderada, quando as necessidades básicas são atendidas, mas de modo precário. 3) Relativa, quando o nível de renda familiar a coloca abaixo de uma proporção da renda nacional média (Jeffrey Sachs, 2005 *apud* Cortina, 2020)

Quando se analisa a população em situação de rua nos municípios goianos, dentro do período de análise, nota-se duas condições: pobreza e em extrema pobreza. Comparando a Figura 11 e 12, parte significativa da coletividade encontra-se em extrema pobreza. O que significa, 1.974 famílias em situação de rua em 2021 vivendo em extrema pobreza. Ao observar ambos os mapas, nota-se, uma concentração Sul-Centro-Leste do fenômeno, principalmente a partir de 2018, quando se torna mais disperso. Neste ano em questão, 2018, para o mês de setembro, foram identificadas cerca de 1.433 famílias em situação de rua em extrema pobreza. Dessa totalidade, Goiânia apresentou 840 famílias em situação de rua, seguida por Anápolis (115 famílias) e Luziânia (91 famílias). Para tanto, localidades como Iporá, Caldas Novas e Cristalina apresentaram 3 famílias.

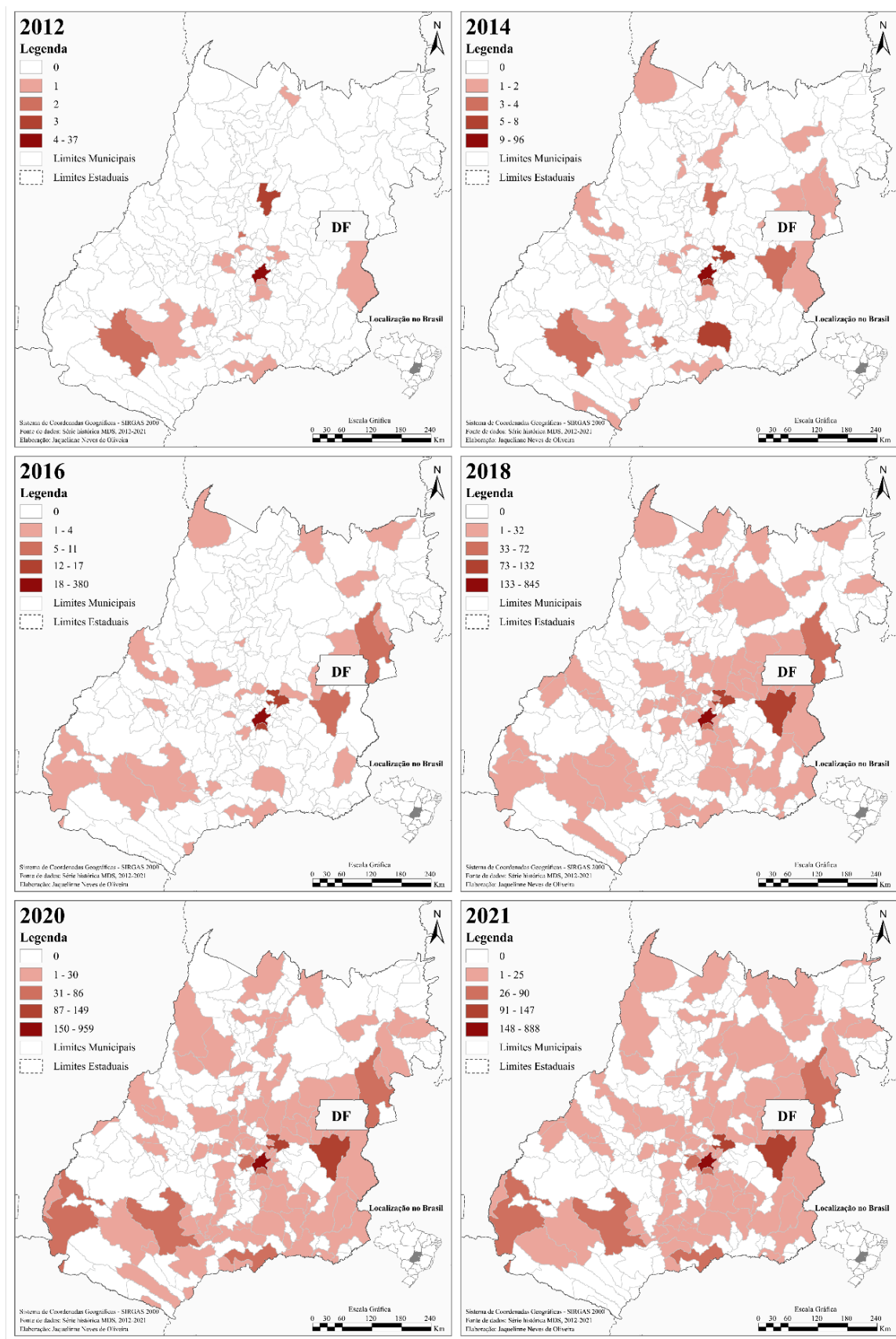
De 2012 a 2021 foi acrescido um número de 1.918 famílias em situação de rua em extrema pobreza, enquanto no Brasil o acréscimo de deu a 128.334 famílias em situação de rua em extrema pobreza.

Figura 11 - Municípios goianos: Famílias em situação de rua e em pobreza inscritas no Cadastro Único, comparativo dos anos de 2012 a 2021



Fonte: Elaborado pela Autora, com base nos dados da pesquisa realizada no MDS, 2012 a 2021.

Figura 12 - Municípios goianos: Famílias em situação de rua e em condição de extrema pobreza inscritas no Cadastro Único, comparativo dos anos de 2012 a 2021



Fonte: Elaborado pela Autora, com base nos dados da pesquisa realizada no MDS, 2012 a 2021.

Há alguns desafios para a superação da pobreza e extrema pobreza. A persistência da pobreza extrema em países em desenvolvimento, países do continente africano e nações em conflito (Martin, 2020). Significa dizer que, embora um dos 17 Objetivos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável seja combater e erradicar a pobreza, há pessoas vivendo com menos de 1,90 dólar por dia.

Cortina (2020), em suas palavras

Enquanto medidas para proteger os indivíduos, permitem atender às necessidades mais básicas e, portanto, são justificadas quando são tomadas conjuntamente para evitar a perda de vidas. Mas, uma vez que essas necessidades urgentes forem atendidas, as medidas antipobreza podem levar à cronificação da pobreza e ao que tem sido chamado de “armadilha da pobreza”, porque as pessoas ganham o suficiente para sobreviver, mas não para sair dela (Cortina, 2020, e-book).

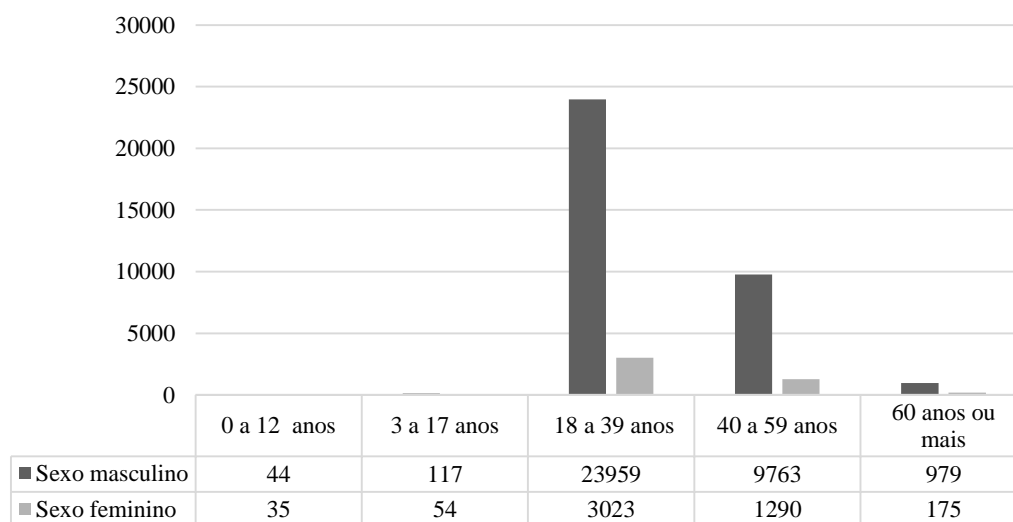
Diante disso cumpre afirmar a sobrevivência em condições sub-humanas, a qual Eddy'Black nos apresenta em “Relatos de um morador de rua” (2011)

[...] Sou um morador de rua, já tenho 30 anos de idade [...]. Triste é ver e é difícil de entender | Que muitos de mim tem que se manter | Morando na rua lutando pra sobreviver | Com um sonho de poder, comprar um ap | Mas o que vamos fazer se nem sabemos ler? | O papelão sempre foi meu colchão quando tem [...] Que depois de dois dias há de vir uma doença, sempre ando nas ruas e peço licença | Mas o povo nem nota minha presença o céu sim é o meu [...] A realidade não é fácil todo mundo tá cansado com tanto espaço | Eles criam estádios isso sim é um pecado | O mundo tá todo errado, vejo vários aliado | Os políticos estão parado e pensam que não tão sendo notado | Me sinto esquecido foram muitas chibatadas | Diante dessa sociedade que nos esculacha | Vivo nas calçadas e todo mundo passa | Às vezes eu penso que sou um bicho | Vivo procurando algo pra comer olhando o lixo [...] Fui perguntar as horas mas o polícia pensou que eu ia roubar | O celular da senhora, é muita injustiça [...] Que conviver sempre sujo dormindo com os rato e caramujo | Com todo dinheiro que existe, poderia acabar com essa vergonhice | Mas cadê quem vai fazer? Mas cadê qm vai se comprometer? | Mas só pensam na vaidade, são vítimas. | De um sistema covarde | Eu não tive pai a minha mãe faleceu e infelizmente só restou eu | Sem família, sem ninguém quem vai fazer o bem? É triste | Os parentes nunca ligaram pra mim eu corro risco nas ruas | E tenho que dormir, sim com medo, de jogarem álcool em mim | Sempre vou dormir receoso com medo de tacarem fogo | Vejo todo mundo disposto queria tá lá, mas o mundo não dá | Oportunidade, talvez eu já não tenha mais idade [...] Muitos passam por mim e não estão nem ai | Vivem com um olhar de pena e é centenas de vezes que vejo essa cena | Passam desconfiado muitos vezes acompanhado e em mim nem estão interessados | Às vezes eu penso que sou um bicho, desprezado, desamparado sou um ser humano | Mas a sociedade me esqueceu agora olha eu | Quem sou eu? Percebeu? Sei que Deus não me esqueceu | É difícil de mais continuar, mas não posso me matar | Se eu estou aqui é que minha missão, tenho que terminar | Eu oro e sei que Jesus a de me salvar! | Só queria saber onde tá o direito à moradia | E muita covardia porque tanta mentira? Se eu tivesse um barraco eu | Agradeceria [...]. Sou apenas um ser humano que a sociedade ignora ou faz de conta que não vê | Depoimentos de um morador de rua (Relatos, 2011, 5min40s).

É a partir deste relato que se propõe analisar as características étnico-raciais, idade, escolaridade, renda e acesso aos benefícios entre outros. Para ampliar a possibilidade de análise das características socioeconômicas desse grupo populacional, os dados disponibilizados pela Vigilância Socioassistencial através do Censo SUAS e o Registro Mensal de Atendimentos se tornam essenciais.

De acordo com os dados extraídos da base de dados do Registro Mensal de Atendimentos – o qual é preciso considerar que somente cinco municípios apresentam respostas ao questionário, sendo eles Goiânia, Formosa, Aparecida de Goiânia, Valparaíso de Goiás e Anápolis – a média de pessoas atendidas Centros de Referência Especializados para pessoas em situação de rua variam de acordo com a idade e sexo, Gráfico 4. Segundo o gráfico abaixo, é possível identificar a predominância de pessoas em situação de rua do sexo masculino entre 18 a 39 anos. Significa dizer que o valor mais significativo corresponde a população economicamente ativa. Tiengo (2020) identifica, nesse sentido, a informalidade do trabalho desse grupo.

Gráfico 4 - Média da quantidade e perfil das pessoas em situação de rua atendidas no Centro POP, comparativo dos anos de 2014* a 2021



Fonte: Elaborado pela Autora, com base nos dados da pesquisa realizada no Registro Mensal de Atendimentos/Centro POP, Censo SUAS/Vigilância Socioassistencial, 2014-2021.

*Não há registro mensal de atendimento em Centro POP para os anos de 2012 e 2013.

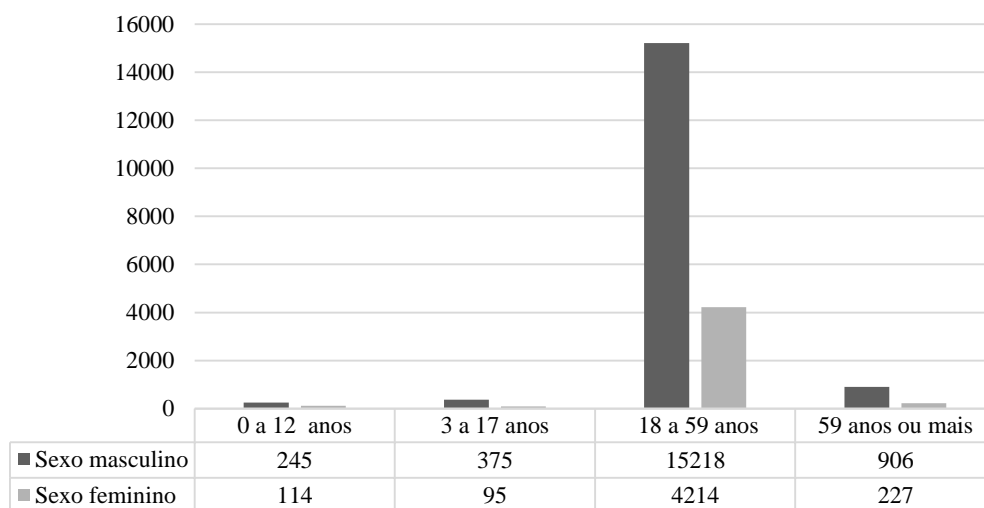
Segundo levantamento mais recente sob o título de Censo e Perfil da População de Rua na cidade de Goiânia data-se em 2014-2015. Em 2019, os estudos do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Criminalidade e Violência (NECRIVI) identificou nas ruas de Goiânia, 353 pessoas em situação de rua, dentre idosos, adultos, adolescentes e crianças. Dentre essas pessoas

identificadas pelo estudo, Figura 3, não se incluiu catadores de reciclados, trabalhadores de rua e outros, uma vez que “embora tenham a rua como espaço de sociabilidade e de sobrevivência econômica, possuem um local de moradia” (Universidade Federal de Goiás, 2019). O estudo, no entanto, identificou que quanto as atividades remuneradas, cerca de 48,1% não possuem trabalho, e cerca de 61,5% já trabalhou de carteira assinada.

Desse perfil das pessoas em situação de rua atendidas no Centro POP, as principais características específicas identificadas são pessoas usuárias de crack ou outras drogas ilícitas, migrantes e pessoas com doença ou transtorno mental. Somente em 2021, foram identificadas 3.888 pessoas usuárias de crack ou outras drogas ilícitas, em contrapartida aos 2.518 migrantes. Considerando este mesmo ano, Anápolis apresentou o maior valor para usuárias de crack ou outras drogas ilícitas (1.194) e Goiânia apresentou o maior valor para migrantes (1.214). Ou seja, esse quantitativo de migrantes em Goiânia representa a procura por bens e serviços.

Da mesma forma média da quantidade e perfil das pessoas em situação de rua abordadas pela Abordagem Social, Gráfico 5, apontou para a abordagem do sexo masculino entre 18 a 59 anos.

Gráfico 5 - Média da quantidade e perfil das pessoas em situação de rua abordadas pela Abordagem Social, comparativo dos anos de 2014* a 2021



Fonte: Elaborado pela Autora, com base nos dados da pesquisa realizada no Registro Mensal de Atendimentos/Centro POP, Censo SUAS/Vigilância Socioassistencial, 2014-2021.

*Não há registro mensal de atendimento em Centro POP para os anos de 2012 e 2013

**Foi feita a soma de todos os meses, portanto as variáveis de idade representam essa soma. Os dados expressam a quantidade de pessoas acompanhadas

No entanto, o quantitativo da Abordagem Social apresentou três variáveis mais descritivas: Crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil (até 15 anos), crianças ou

adolescentes em situação de exploração sexual, crianças ou adolescentes usuárias de crack ou outras drogas, Quadro 5.

Quadro 5 - Situações identificadas pelo Serviço Especializado em Abordagem Social, em 2017 e 2021 por município

ANO	Município	Crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil (até 15 anos)	Crianças ou adolescentes em situação de exploração sexual	Crianças ou adolescentes usuárias de crack ou outras drogas	Pessoas adultas usuárias de crack ou outras drogas ilícitas	Migrantes
2017	Anápolis	0	0	0	297	97
	Aparecida de Goiânia	0	0	0	0	0
	Goiânia	33	2	0	300	312
	Formosa	0	0	34	434	73
	Valparaíso de Goiás	0	0	2	217	61
2021	Anápolis	0	0	2	2208	1210
	Aparecida de Goiânia	0	0	0	9	2
	Goiânia	3	0	2	4367	54
	Formosa	0	0	0	210	46
	Valparaíso de Goiás	2	0	7	59	34

Fonte: Elaborado pela Autora, com base nos dados da pesquisa realizada no Registro Mensal de Atendimentos/Centro POP, Censo SUAS/Vigilância Socioassistencial, 2014-2021.

*Foi feita a soma de todos os meses, portanto as variáveis de idade representam essa soma. Os dados expressam a quantidade de pessoas acompanhadas

Goiânia, como capital e cidade metropolitana, apresenta uma característica de atração de fluxos migratórios socioeconômicos, no qual, em parte, as pessoas estão em busca de trabalho e equipamentos. Apesar de os dados desses estudos se mostrarem um grande passo para quantificar e qualificar a população de rua, é fundamental compreender que não se pode apontar que eles sejam um padrão característico da população em situação de rua nos municípios goianos, principalmente nos municípios interioranos.

Segundo as características étnico-raciais, dados do Cadastro Único, tanto homens quanto mulheres pretos e pardos correspondem quase a totalidade da população em situação de rua nos municípios goianos. Pode-se aferir que, a cada cinco mulheres em situação de rua, três são pretas e pardas, e a cada cinco homens em situação de rua, quatro são pretos e pardos. Em Goiás-Go, por exemplo, das 22 pessoas em situação de rua em 2019, 75% das mulheres eram pretas e pardas e 94,44% dos homens eram pretos e pardos. Segundo estudos qualitativos do NECRIVI na cidade de Goiânia, em sua maioria são pessoas sozinhas (91,8%), do sexo masculino e que se identificam como negros (75,4% - frequência de 266 pessoas).

Segundo a posse de documentação, considerando pelo Cadastro Único, para dezembro de 2019, Goiânia registrou 1.089 famílias em situação de rua (Brasil, 2019c), o estudo NECRIVI indicou que cerca de 119 pessoas (33,7%) desse público não dispõe do Registro de Identidade, cerca de 113 pessoas (32,1%) não dispõe da Certidão de Pessoa Física – CPF, e cerca de 175 pessoas (49,7%) não dispõe da Carteira de Trabalho (Universidade Federal de Goiás, 2019), fato que indica para valores ainda mais emblemáticos quando se considera o acesso ao trabalho, a renda regular, a moradia, aos serviços públicos e aos benefícios sociais a exemplo do acesso ao Programa Bolsa Família. Expondo, para além da vulnerabilidade às políticas públicas, a exposição à insegurança, como nos casos de ataques violentos e acesso a substâncias psicoativas (Universidade Federal de Goiás, 2019). O fato de não possuírem documentos de identificação, dificultam o acesso a benefícios

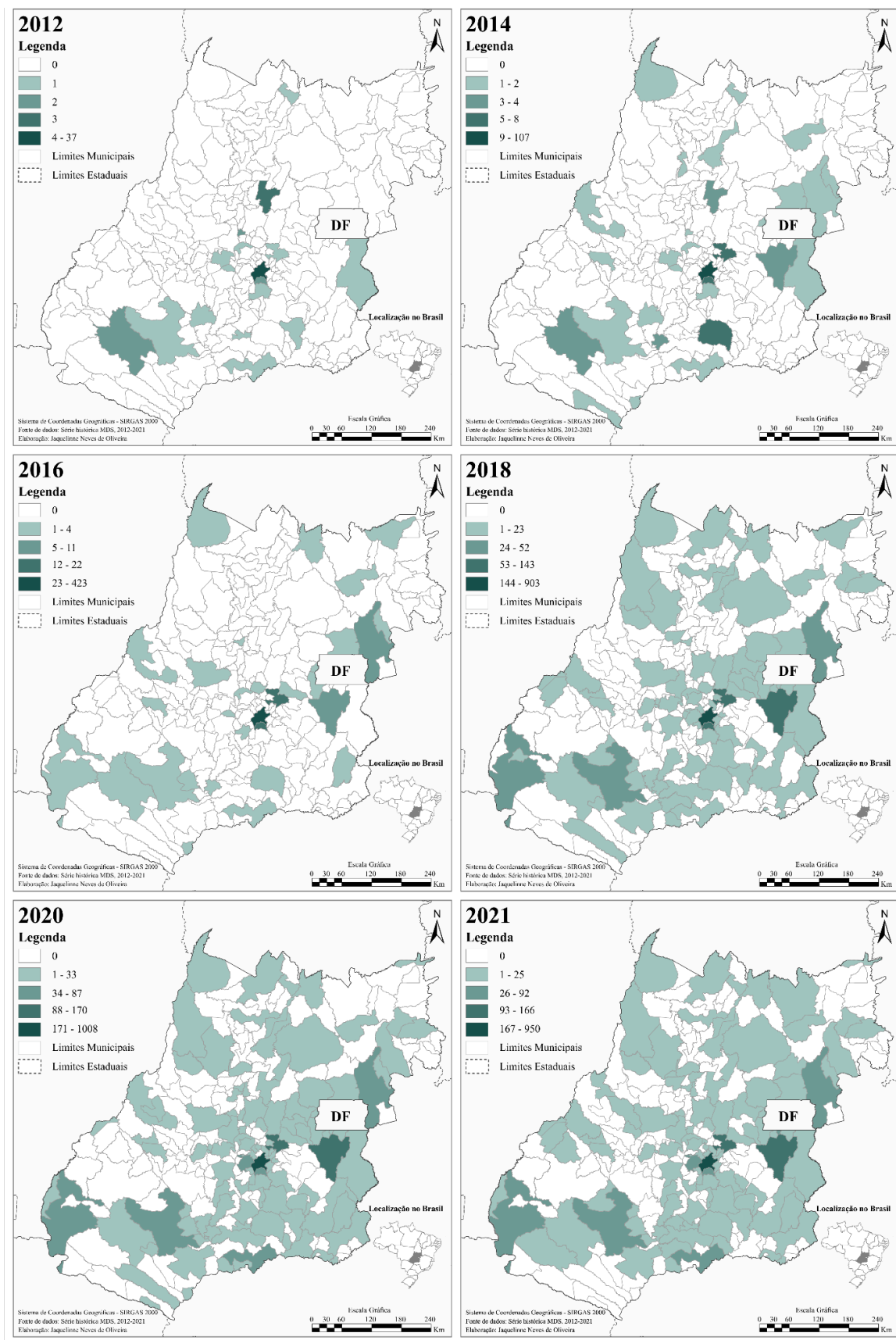
Os dados oficiais não são claros quanto os motivos e o tempo de estarem em situação de rua. No entanto, segundo os estudos iniciais para a cidade de Goiânia, que grande parcela dessa população se encontra há mais de dois anos nas ruas e o principal motivo são problemas familiares. Embora o problema com drogas esteja entre os três principais motivos, foi identificado que o consumo de álcool (Universidade Federal de Goiás, 2019). O tempo de permanência nas ruas é um indicativo das falhas do sistema públicos de assistência.

Para Tiengo (2020)

a situação de rua é síntese de diversas determinações, e não somente uma. Associados à perda de trabalho, há diversos outros fatores, tais como os desentendimentos com familiares, a perda de laços afetivos importantes por causa da morte de um parente ou cônjuge, a utilização de álcool e outras drogas, a migração, o sofrimento psíquico, entre outros (Tiengo, 2020, p. 41).

Assim é importante frisar que a vulnerabilidade social que leva pessoas à situação de rua também está relacionada a escolaridade, que variam desde o analfabetismo a escolarização básica. Entre os fatores mais relevantes que condiciona pessoas a estarem em situação de rua destacamos as dificuldades de acesso a trabalho e renda, Figura 13, principalmente tratando-se de uma sociedade de relações sociais aos moldes do capitalismo, onde todo consumo é mediado por relações monetárias. Fatores como os vivenciados pelo contexto político e econômico de desemprego e precarização do trabalho. Segundo o Instituto Mauro Borges de Pesquisas e Estatísticas (IMB), em 2021, Goiás teve a menor taxa de pessoas desocupadas do país, 0,5%, em comparação com a média nacional de mais de 2,4% (Instituto Mauro Borges, 2022).

Figura 13 - Municípios goianos: Famílias em situação de rua com renda por pessoa mensal até meio salário-mínimo, comparativo dos anos de 2012 a 2021



Fonte: Elaborado pela Autora, com base nos dados da pesquisa realizada no MDS, 2012-2021.

A uma relação estrita entre a extrema pobreza e renda por pessoa mensal até meio salário-mínimo. Segundo Alencar e Oliveira (2021)

A expansão quantitativa e territorial ocorre em consonância com a redução do Estado Social Brasileiro. O cenário pandêmico agravou uma situação já delicada, tendo em vista que entre dezembro de 2020 e março de 2021 o crescimento desse grupo populacional foi de 2,15%, o que representa mais de 3.226 famílias brasileiras vivendo nas ruas de diferentes cidades. O período em questão é marcado pela elevação dos indicadores inflacionários, sobretudo de itens básicos da subsistência humana, a exemplo do preço da cesta básica, que apresentou maiores elevações em Florianópolis/SC (R\$ 126) e Campo Grande/MS (R\$ 118), e a inflação do aluguel, que encerrou o ano com alta de 23,14% (Alencar; Oliveira, 2021, 3º§).

Estar em situação de rua não se manifesta apenas por aspectos econômicos e moradia, apesar desses se mostrarem como aspectos mais marcantes. Para Sarmiento (2020, p. 127)

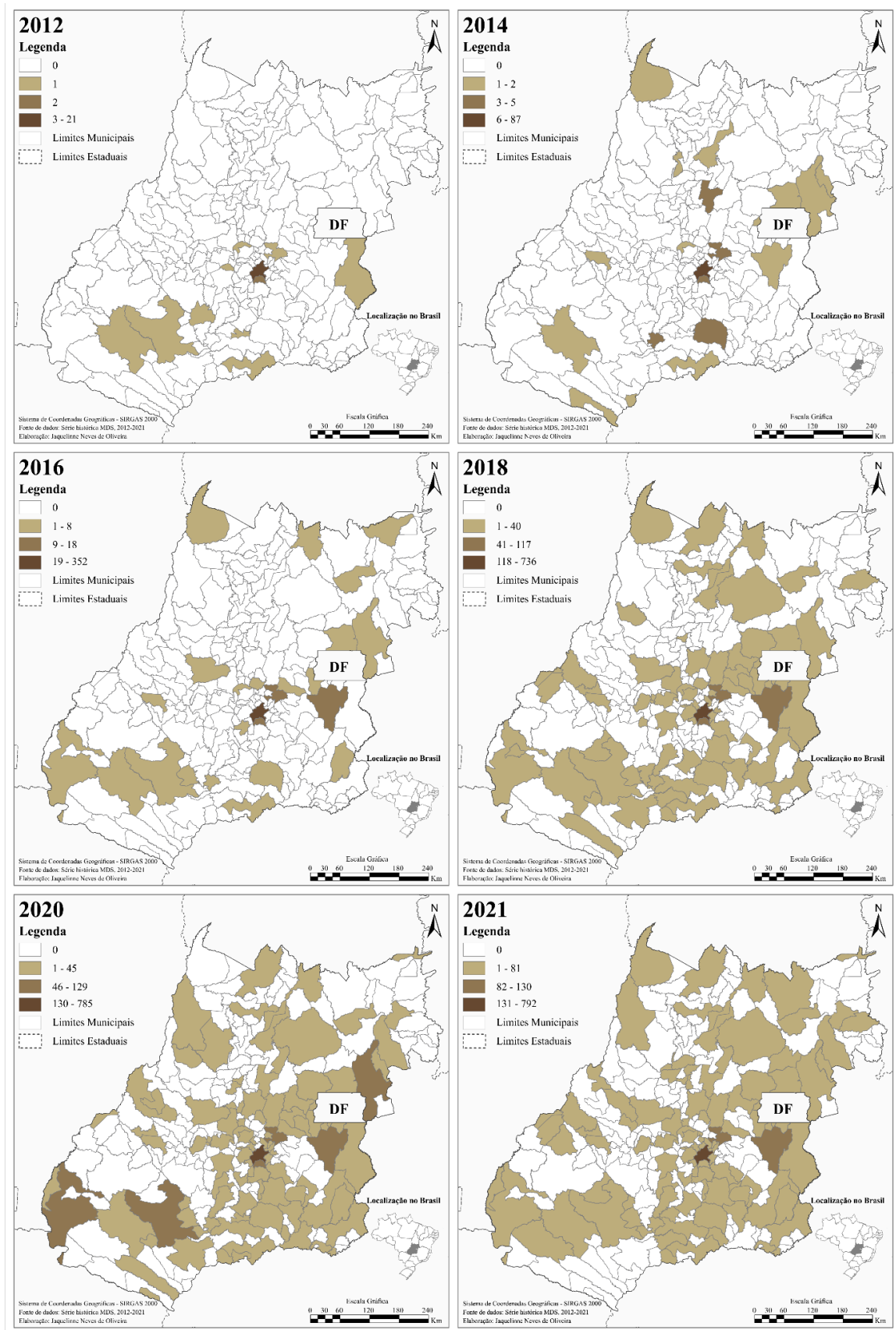
[...] não estar abrigado em um lar é apenas o aspecto mais marcante de sua realidade que também os faz carecer de todo aparato constituidor de uma vida digna. Tais pessoas não tem acesso ao saneamento básico, nem para higiene pessoal, tampouco para consumo próprio, [...] alimentação diária garantida, e, conseqüentemente, não desfrutam de boa saúde (Sarmiento, 2020, p. 127).

É uma situação que leva a diferentes formas de degradação do estado de saúde física e mental das pessoas já vulnerabilizados. Segundo a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) estabelece a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do SUS, como a participar do processo de territorialização e mapeamento da área de atuação da equipe, identificando grupos, famílias e indivíduos expostos a riscos e vulnerabilidades. Embora as condições de saúde mental estejam entre os principais motivos de visita à UBS pela PSR, não são exclusividade dessa população. No entanto é possível notar, principalmente nas proximidades de unidades de saúde, como na cidade de Goiânia, a presença de pessoas em situação de rua.

Embora falte Interseccionalidade entre instrumentos e agentes, é importante destacar que no Brasil, o atendimento de saúde oferecido pelo Sistema Único de Saúde não faz distinção da situação socioeconômica, dessa forma o sistema é um importante estrutura de atendimento a pessoas em situação de rua.

Além do SUS, o PBF/Programa Auxílio Brasil é um importante instrumento para esse grupo populacional. A cobertura do programa atendeu por exemplo, somente 32 famílias em situação de rua goianas em 2012, ou seja, das 62 famílias, metade foi assistida, Figura 14.

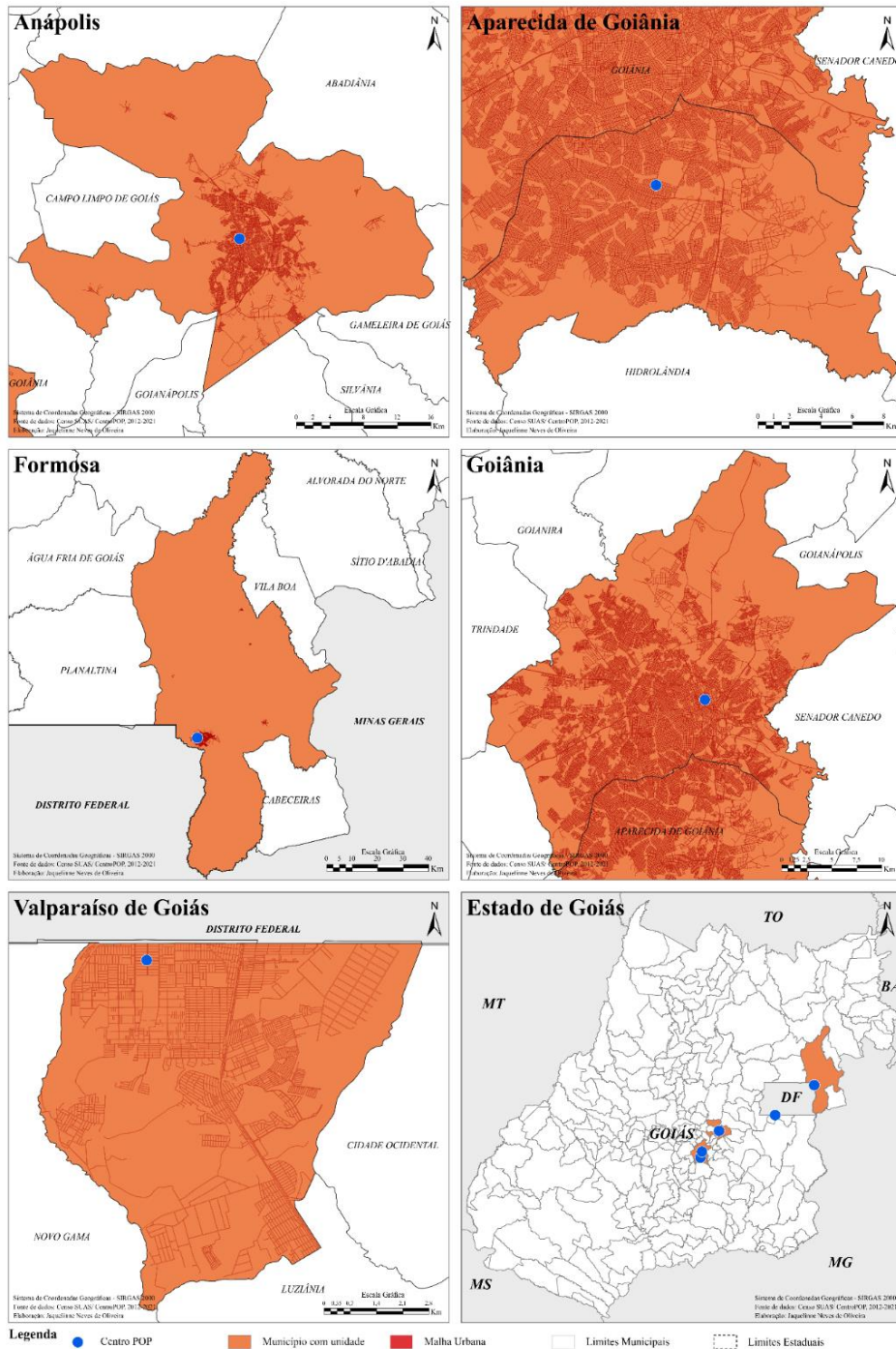
Figura 14 - Municípios goianos: Famílias em situação de rua beneficiárias do PBF Programa Auxílio Brasil, comparativo dos anos de 2012 a 2021



Fonte: Elaborado pela Autora, com base nos dados da pesquisa realizada no MDS, 2012-2021.

Em 2021, das 2.299 famílias em situação de rua em Goiás apenas 1.832 famílias foram beneficiadas pelos programas governamentais. A concentração está principalmente nas cidades de Goiânia e Entorno de Brasília. Assim com os Centros de Referência Especializados para Pessoas em Situação de Rua, Figura 15.

Figura 15 - Municípios goianos: Localização dos Centros de Referência Especializados para Pessoas em Situação de Rua, 2012-2021



Fonte: Elaborado pela Autora, com base nos dados da pesquisa realizada na Vigilância Socioassistencial - Secretaria Nacional de Assistência Social, MDS, 2012-2021.

A centralidade dos centros especializados torna-se um obstáculo em atender a atual espacialização do problema social que é pessoa em situação de rua. A região Norte do Estado de Goiás, não consta com nenhum centro especializado, mesmo em cidades que são polos regionais com Uruaçu (não apresentava famílias em 2012, apresentou 7 famílias em situação de rua em 2021) e Porangatu (não apresentava famílias em 2012, apresentou 2 famílias em situação de rua em 2021). Ou mesmo o município de Rio Verde (apresentava 1 família em 2012, apresentou 80 famílias em situação de rua em 2021), importante polo agronegócio não consta de modo oficial com centro especializado para população em situação de rua.

Por fim, em Goiás, fenômenos como a urbanização, metropolização e industrialização (predominantemente a agroindústria) contribuíram significativamente para o processo a transformação das relações socioespaciais. Embora os municípios goianos representem valores inferiores de pessoas/famílias em situação de rua, em comparação com as localidades de outras unidades federativas, com o Sudeste e Nordeste brasileiro, demonstram uma evolução significativa e continua desse fenômeno.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Posto que o objetivo da dissertação foi problematizar e compreender a dinâmica socioespacial da população em situação de rua no Estado de Goiás entre 2012 e 2021, e a ideia central seguiu no caminho de verificar a hipótese de que esse fenômeno se interioriza para municípios de baixo padrão demográfico, chegou-se aqui uma resposta provisória. Provisória no sentido de reconhecer a necessidade do levantamento *in loco* com a população em situação de rua. Reconhece-se a necessidade de novas pesquisas, sobretudo qualitativas, para as implicações do fenômeno nos municípios interioranos.

Ao certo, o que aqui foi pontuado permitiu compreender que uma vez que a participação de uma pessoa esteja fragilizada, sua imagem em sociedade também está. Ou seja, a divisão do trabalho é o marco organizador de todas as atividades produtivas na sociedade e que a noção de sistema induz à ideia de concentração do trabalho. O social é expresso pela divisão de pessoas no trabalho e pessoas fora do trabalho, pessoas com poder de consumo e pessoas sem poder de consumo. Há, portanto, uma dicotomia. O capitalismo e as concepções neoliberais interferiram na produção do espaço, aos moldes do capital, nas desigualdades socioespacial, na pobreza urbana e vulnerabilidade social. No Brasil, muito embora o sentido de desenvolvimento e crescimento sejam expressos com muita positividade, o padrão da urbanização, o crescimento populacional, a fragilização do acesso a serviços públicos e precarização do trabalho tendem a atingir se forma pontual grupos vulneráveis e vulnerabilizados diante dos reflexos econômicos, políticos e sociais (Arrais *et al.*, 2020). Dificilmente se garantirá o direito à moradia. Pois essa deve ser prescindida de infraestrutura e elementos que lhe dão suporte, a fim de evitar a segregação social e/ou exclusão.

Compreendeu-se que de fato é na paisagem urbana que o fenômeno da população em situação de rua demonstra a expressão máxima da vulnerabilidade social e as desigualdades socioespaciais. Assim como a urbanização está para o capitalismo, a população em situação de rua está para a pobreza e vulnerabilidade social.

A terceira seção encarregou-se de fazer apontamentos sobre a urbanização goiana e a população em situação de rua nos municípios goianos. Ao realizar isto, tendo partido da hipótese da interiorização do fenômeno da população em situação de rua, observou, que ao passo que as cidades pequenas e médias vão se modernizando, o espaço passa a receber os reflexos de valorização da terra, migração rural-urbano advinda da expulsão de terra rurais.

Aos moldes da produção capitalista, essas localidades vão assumindo problemas urbanos vistos em grandes cidades, como violência urbana, pobreza, concentração fundiária, mobilidade interurbana, déficit habitacional, carência de infraestrutura urbana, degradação ambiental, desemprego, e inconsistências institucionais.

Identificou-se que em diferentes temporalidades o fenômeno da população em situação de rua em Goiás, assim como no Brasil, evolui acima do crescimento populacional nacional, é formado por pessoas em idade economicamente ativa, homens em sua maioria, pretos e pardos. O fenômeno da população em situação de rua é, pois, expressão radical da questão social. É urbano, pois se concentram são nos centros urbanos onde se encontram trabalho e estratégias de sobrevivência.

Uma pausa.

Em uma tentativa de apreender tudo exposto até esse momento da pesquisa e os aprendizados do percurso de mestrado oferecido pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia, Campus Cora Coralina na cidade de Goiás-Go, e o modo como a pesquisa modificou o olhar sobre o fenômeno da população de rua, escreve-se....

Entre ver e olhar...

Antes não o olhava? Como posso te chamar? Você, senhor A, estava aqui antes? Nos últimos dois anos tenho certeza. Cruzava com o senhor depois de uma caminhada. Lockdown. Vejo seu rosto. Sabe como é o meu? Máscara. O quanto o senhor caminhou? Parece que não dormiu bem. Digo bom dia. Bom dia respondido cantado. Outro dia, irritado. Rotina. A cada página dos livros e artigos que lia, cada dado que analisava. Desnudava-me os olhos. Pelos jornais, misérias, violências, fome. Indignação diante das mazelas sociais. Pandemia, frio. Um pão com ovo, um copo de café bem quente faz diferença? Manhã fria. Qual a última vez que se alimentou? Que se higienizou?

Andei pelas ruas da capital goiana. Outros, muitos outros. O senhor conhece o casal da barraca abaixo da passarela da GO-060? Direito à moradia, direitos... trabalho, soluções, como tornar a cidade melhor. Para quem? Para todos? Os via, os muitos outros. Mas meu olhar não tinha se desnudado. Foram os anos de idade a mais? 26. Qual sua idade? Ou tem um tempo próprio para parar e direcionar o olhar. Alguém, alguéns, o senhor, senhor A! Mulheres, crianças. Pessoas de rua desde o nascimento? Ou pelo despejo, pelo desemprego, pelo... Violência. Naturalização da desigualdade!

Educar dia a dia, a olhar sem preconceitos, estigmas, julgamentos. Vejo suas cicatrizes, suas roupas, sua barba e cabelo grandes, pés descalços, os cachorros que o acompanham. Qual sua história? Sua voz? Sonhos, esperança? Porque antes o via, sentido humano, visão. Agora olho, dia após dia. Deitado, às três da tarde, dormindo

sob uma marquise de um comércio de periferia, onde é bem-vindo. Em todos os lugares, o senhor, é bem-vindo? Alguém o protege? E muitos outros? O Estado? A sociedade?

O passado ensinou? Futuro idealizado? Mas, oh presente. A voz soa. Ação! (Neves, 2021).

Sigamos.

Por fim, é crucial não ignorar as particularidades estruturais de uma economia subperiférica e reconhecer a importância da intervenção do Estado, que contrasta com as práticas atuais. O Estado deve reconhecer seu papel na produção e intervenção do território, assim como sua responsabilidade no planejamento e implementação de políticas de distribuição de renda e infraestrutura (Arrais, 2007). O diálogo entre sociedade, Estado, com a própria população em situação de rua e com os movimentos de apoio a grupo em questão, tornam-se essenciais, uma vez que **“não fale da rua sem a rua”**.

REFERÊNCIAS

3 EXEMPLOS de segregação socioespacial. **Estadão**, São Paulo, 7 dez. 2021. Disponível em: <https://summitmobilidade.estadao.com.br/urbanismo/3-exemplos-de-segregacao-socioespacial/>. Acesso em: 11 dez. 2021

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia; PINHEIRO, Leonardo de Castro; LIMA, Fabiano de Sousa; MARTINELLI, Cláudia da Costa. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina**: desafios para políticas públicas. Brasília: UNESCO, 2002. Disponível em: <https://biblioteca.sophia.com.br/terminal/6681/Busca/Download?codigoArquivo=165>. Acesso em: 12 dez. 2021.

ACAYABA, Cíntia; RODRIGUES, Rodrigo. Aporofobia: conheça o significado da palavra usada em campanha por Padre Júlio Lancellotti no país. **G1**, São Paulo, 10 dez. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/12/10/padre-julio-lancellotti-faz-campanha-contra-a-aporofobia-no-pais-conheca-o-significado.ghtml>. Acesso em: 11 dez. 2021

ALENCAR, Diego Pinheiro. **A questão social e as transferências de renda**: o programa Bolsa Família nos municípios goianos. 2019. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Estudos Socioambientais, da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1275/o/TESE_DIEGO_PINHEIRO_ALENCAR_VERS%C3%83O_FINAL_DIA_27.04.2020_PARA_PUBLICA%C3%87%C3%83O-dia_14.08.2020.pdf. Acesso em: 10 jan. 2023

ALENCAR, Diego Pinheiro; OLIVEIRA, Jaqueline Neves. Porque o Estado importa: o estado social e a população em situação de rua. **Jornal UFG**, Goiânia, 28 jul 2021. Disponível em: https://jornal.ufg.br/n/144292-porque-o-estado-importa?fbclid=IwAR24VQ1er-tmTe_3MhE_dermSIXTj-lzeZf92GK-YAj3dVcY1sRBc5MFZmw. Acesso em: 11 ago. 2021.

ALMEIDA, Isaura Florisa Gottschall de. **Desigualdades e políticas públicas de habitação no Brasil**. 2011. 158 p. Dissertação (Mestrado em Economia) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/8907/1/Isaura%2520Almeida.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2022

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro ; Polén, 2019.
ALVES, Glória da Anunciação. A mobilidade/imobilidade na produção do espaço metropolitano. *In*: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. **A produção do**

espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011. p. 109-122.

ARRAIS, Tadeu Alencar. **A produção do território goiano:** economia, urbanização, metropolização. Goiânia: Cegraf/UFG, 2011.

ARRAIS, Tadeu Alencar. O território goiano: uma abordagem quase contemporânea do desenvolvimento regional. *In:* ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 12., 2007, Belém. **Anais [...]**. Belém: ANPUR, 2007. Disponível em: <https://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/1285/1268>. Acesso em: 9 dez. 2022.

ARRAIS, Tadeu Alencar *et al.* Celeiros da pobreza urbana: suplementação de renda e isolamento social em ambientes metropolitanos nos tempos pandêmicos. **Revista Visa em debate**, v. 8, n. 3, p. 11-25, 2020. Disponível em: <https://visaemdebate.incqs.fiocruz.br/index.php/visaemdebate/article/view/1609/1154>. Acesso em: 8 nov. 2021.

BECHARA, Victoria. Sob pandemia, ações de despejo em SP aumentam 79% em 2021, São Paulo. **UOL**, São Paulo, 27 maio 2021. Disponível em: <https://www.bol.uol.com.br/noticias/2021/05/27/acoes-pedido-de-despejo-sp-aumentam.htm>. Acesso em: 20 out. 2022

BELANDI, Caio. Em 2021, pobreza tem aumento recorde e atinge 62,5 milhões de pessoas, maior nível desde 2012 **Agência IBGE**, Rio de Janeiro, 2 dez. 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35687-em-2021-pobreza-tem-aumento-recorde-e-atinge-62-5-milhoes-de-pessoas-maior-nivel-desde-2012>. Acesso em: 20 jan. 2023.

BÓGUS, Lucia; YAZBEK, Maria Carmelita; BELFIORE-WANDERLEY, Mariangela (org.). **Desigualdade e a questão social**. 4. ed. rev. Ampl. São Paulo: EDUC, 2019.

BRANDÃO, Beatriz. **Entre a rua e o refúgio:** juventude e abrigo no Rio e em Roma. Curitiba: Appris, 2016.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição Federal de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 20 dez. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890**. Promulga o Código Penal. Rio de Janeiro: Império do Brasil, 1890. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm. Acesso em: 27 jun. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009**. Política Nacional para a população em situação de rua e seu comitê intersetorial de acompanhamento e monitoramento. Brasília: Presidência da República, 2009a. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=7053&ano=2009&ato=>

b99MzZE5UeVpWT33d. Acesso em: 27 jun. 2021.

BRASIL. **Decreto-lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941.** Lei das Contravenções Penais. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1941. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3688.htm. Acesso em: 27 jun. 2021.

BRASIL. **Lei de 16 de dezembro de 1830.** Manda executar o Código Criminal. Rio de Janeiro: Império do Brasil, 1830. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm. Acesso em: 27 jun. 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001.** Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: 27 jun. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009.** Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas [...]. Brasília: Presidência da República, 2009b. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11977.htm. Acesso em: 27 jun. 2021.

BRASIL. **Lei nº 14.118, de 12 de janeiro de 2021.** Institui o Programa Casa Verde e Amarela; altera as Leis nº 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.100, de 5 de dezembro de 1990, 8.677, de 13 de julho de 1993 [...]. Brasília: Presidência da República, 2021b. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/14118.htm. Acesso em: 27 jun. 2021.

BRASIL. **Lei nº 14.216, de 7 de outubro de 2021.** Dispõe sobre a suspensão de despejo ou a desocupação de imóveis. Brasília: Presidência da República, 2021a. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.216-de-7-de-outubro-de-2021-351591984>. Acesso em: 27 fev. 2022.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Política Nacional de Habitação.** Brasília: Ministério das cidades, 2004. Brasília: MDS, 2004a. Disponível em: <https://antigo.mdr.gov.br/auditoria/58-snh-secretaria-nacional/departamentossnh/1375-politica-nacional-de-habitacao-pnh>. Acesso em: 27 jun. 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único. **Vis Data 3 beta:** visualizados de dados sociais. MDS: Brasília, 2021. Disponível em: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/data-explorer.php>. Acesso em: 10 dez. 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Resolução CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004.** Política Nacional de Assistência Social. Brasília: MDS, 2004b. <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/123456789/1034>. Acesso em: 27 jun. 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Relatório do I Encontro Nacional sobre População em Situação de**

Rua. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2006. <https://fpabramo.org.br/acervosocial/wp-content/uploads/sites/7/2017/08/017-1.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Rua**: aprendendo a contar: pesquisa nacional sobre a população em situação de rua. Brasília, DF: MDS, 2009c. <https://fpabramo.org.br/acervosocial/wp-content/uploads/sites/7/2017/08/052.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2021.

BRESCIANE, Maria Stella M. **Londres e Paris no século XIX**: o espetáculo da pobreza. Brasília: Brasiliense, 1982.

BRETAS, Valéria. Moradores de rua são acordados com jatos de água fria em SP, diz CBN. **Exame**, São Paulo, 20 jul. 2017. Disponível em: <https://exame.com/brasil/moradores-de-rua-em-sp-sao-acordados-com-jatos-de-agua-diz-cbn/>. Acesso em: 17 jan. 2021.

CALABI, Donatella. O mal da cidade – diagnóstico e terapia. In: CALABI, Donatella. **História do urbanismo europeu**. São Paulo: Perspectiva, 2012. p. 2-39.

CARLOS. Ana Fani Alessandri. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, A.F.A. Souza, M.L. SPOSITO, M.E.B (org.). **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011. p. 56-73.

CARVALHO, Maria Avelina de. **Tô vivo**: histórias dos meninos de rua. Goiânia, CEGRAF, 1987.

CASARA, Rubens. **Miséria e neoliberalismo**: racionalidade, normatividade e imaginário. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.

CASO Galdino: o que aconteceu com os envolvidos? **Jornal de Brasília**, Blogs e Colunas, Brasília, 15 ago. 2017. Disponível em: <https://jornaldebrasil.com.br/blogs-e-colunas/brasil-assombrada/caso-galdino-o-que-aconteceu-com-os-envolvidos/>. Acesso em: 20 jan. 2021

CASTEL, Roberto. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015b.

CASTEL, Robert. **La inseguridad social: ¿qué es estar protegido?** Buenos Aires: Manantial, 2015a.

CASTEL, Robert; WANDERLEY, Luiz Eduardo W.; BELFIORE-WANDERLEY, Mariangela. In: BÓGUS, Lucia; YAZBEK, Maria Carmelita; BELFIORE-WANDERLEY, Mariangela (org.). **Desigualdade e a questão social**. 4. ed. rev. ampl. São Paulo: EDUC, 2019.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1983.

CLARK, David. **Introdução à Geografia urbana**. 2. ed. São Paulo: DIFEL, 1991.

CLASSE média. Compositor e intérprete: Max Gonzaga. São Paulo: Tratore Distribuidora de CD, 2016. 1 vídeo (3min. 21s). Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=AHHWIPEno3I&t=7s>. Acesso em: 15 jul. 2022.

CODES, Ana Luiza Machado de. **A trajetória do pensamento científico sobre pobreza**: em direção a uma visão complexa. Brasília: IPEA, 2008. (Coleção Texto para discussão N. 1332). Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/1489> Acesso em:

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Campanha da fraternidade: fraternidade e moradia - Onde moras?** Brasília: CNBB, 1993. <https://campanhas.cnbb.org.br/campanha/fraternidade1993>

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.) **Geografia: conceitos e temas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2000. p. 15-48.

CORTINA, Adela. **Aporofobia, a aversão ao pobre**: um desafio para a democracia. São Paulo: Contracorrente, 2020.

COSGROVE, Denis. A Geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org.) **Paisagem, tempo e cultura**. 2. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. 92-123p.

COWAN, Jill. Homeless populations are surging in Los Angeles. Here's Why. **The New York Times**, New York, 5 jun. 2019. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/06/05/us/los-angeles-homeless-population.html>. Acesso em: 11 dez. 2021

DEFFNER, V. Geografia da desigualdade social: uma perspectiva de geografia urbana crítica apresentada a partir do exemplo da produção social da favela em Salvador-BA. **GeoTextos**, [S. l.], v. 6, n. 2, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/4833>. Acesso em: 1 nov. 2022.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

FILHA da rua. Direção de Rebeca Gonçalves. Salvador, BA: Unime, 2014. 1 vídeo (19 min). https://www.youtube.com/watch?v=C8O2_Ow8AGk

FRANCISCO, Antônio. A casa que a fome mora. **Mundo do Cordel**, Mossoró, RN, out. 2006. Disponível em: <https://mundocordel.blogspot.com/2011/04/comentario-de-jose-romero-ao-cordel-de.html>. Acesso em: 1 jan. 2023.

GERMINAL. Direção de Claude Berri. Roteiro de Claude Berri e Arlette Langmann. Paris: Hervé de Luze. 1993. 1 vídeo (192 min). Disponível em: <https://vimeo.com/533702594>. Acesso em: 17 set. 2022.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Aglomerados subnormais 2019**: classificação preliminar e informações de saúde para o enfrentamento à Covid-19. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101717>. Acesso em: 07 jan. 2021.

INSTITUTO MAURO BORGES (Goiás). **Goiás tem a menor taxa de desemprego a longo prazo do país**. Goiânia: IMB, 2022. Disponível em: https://www.imb.go.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2368:goias-tem-a-menor-taxa-de-desemprego-a-longo-prazo-do-pais&catid=8&Itemid=208. Acesso em: 11 set. 2023

KOWARICK, Lúcio. **Viver em risco**: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil. São Paulo: Ed. 34, 2009.

KRUSE, Túlio; RESK, Filipe. Baixos de viadutos em São Paulo têm lixo, barraco e até casa de alvenaria. **Estadão**, São Paulo, 25 jun. 2019. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/sao-paulo/baixos-de-viadutos-em-sao-paulo-tem-lixo-barraco-e-ate-casas-de-alvenaria/>. Acesso em: 12 out. 2023.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo, Centauro, 2008.

LIMA, Valdivino Borges de. A urbanização goiana: os fatores de origem e crescimento da cidade. *In*: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: USP, 2005. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/27.pdf>. Acesso em: 22 out. 2021.

MAGANGA, Matthew. Um país dividido: segregação e desigualdade urbana na África do Sul. **Archdaily**, [S. l.], 31 maio 2021. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/961944/um-pais-dividido-segregacao-e-desigualdade-urbana-na-africa-do-sul>. Acesso em: 20 out. 2022

MAPA da nova pobreza: estudo revela que 29,6% dos brasileiros têm renda familiar inferior a R\$ 497 mensais. **FGV**, Rio de Janeiro, 18 jul. 2022. Disponível em: <https://portal.fgv.br/noticias/mapa-nova-pobreza-estudo-revela-296-brasileiros-tem-renda-familiar-inferior-r-497-mensais>. Acesso em 18 abr 2023.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. *In*. ARANTES, Oflia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000b.

MARICATO, Ermínia. MetrÓpole, legislação e desigualdade. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 48, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/LJf4kyjgFBw9PyLxBxbNRbf/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 12 dez. 2022.

MARICATO, Ermínia. Urbanismo na periferia do mundo globalizado. **Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 21-33, 2000b. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010288392000000400004&script=sci_arttext. Acesso em: 11 dez. 2021.

MARTIN, Jamie. Pobreza extrema aumenta pela primeira vez em 20 anos, diz Banco Mundial. **ONU News**, 7 out. 2020. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2020/10/1728962>. Acesso em: 11 dez. 2021.

MATOS, Fátima Loureiro de. **A Habitação no Grande Porto**: uma perspectiva geográfica da evolução do mercado e da qualidade habitacional desde finais do séc. XIX até ao final do milénio. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2001. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/14995>. Acesso em 15 abr 2022.

MEIRELLES, Renato; ATHAYDE, Celso. **Um país chamado favela**. 5. ed. São Paulo: Gente, 2014.

MONTEIRO, Adriana Roseno; VERAS, Antonio Tolrino de Rezende. A questão habitacional no Brasil. **Mercator**, Fortaleza, v. 16, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mercator/a/ZkVrVHZqbHWQwK6HRpGrcXN/>. Acesso em: 11 nov. 2022.

NATALINO, Marco. **Estimativa da população em situação de rua no Brasil (setembro de 2021 a março de 2020)**. Brasília: Ipea, 2020. (Nota técnica, n. 73). Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10074/1/NT_73_Disoc_Estimativa%20da%20populacao%20em%20situacao%20de%20rua%20no%20Brasil.pdf. Acesso em: 27 jun. 2021.

NATALINO, Marco. **Estimativa da população em situação de rua no Brasil (2012 a 2022)**. Brasília: Ipea, 2022. (Publicação preliminar). Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11604/1/NT_Estimativa_da_Populacao_Publicacao_Preliminar.pdf. Acesso em: 27 jun. 2021.

NEVES, Jaquelinne. **Carta ao senhor A, rabiscos de uma madrugada fria**. Goiânia: Da Autora, 2021.

OLIVEIRA, Bruno José. Capitalismo periférico e universalização de direitos no Brasil: uma relação impossível. **SER Social**, Brasília, v. 17, n. 37, p. 481-497, jul.-dez./2015. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/download/14258/12577/24741. Acesso em: 15 jan. 2023.

OLIVEIRA, Jaquelinne Neves de. A evolução da população em situação de rua nos municípios goianos entre 2012 e 2020: uma reflexão sobre a pobreza urbana manifestada nas cidades. **Élisée**, Rev. Geog. UEG, Goiás, v. 11, n. 1, p. e111227, 2 jul. 2022. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/elisee/article/view/13186>. Acesso em: 20 nov. 2023.

OLIVEIRA, Rafaela Barbosa de; MARTINS, Valter. O recorte racial como traço permanente da população em situação de rua no Brasil. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 22, n.2, p. 403-421, jul. / dez. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/38242>. Acesso em: 1 jan 2023

ONU: 575 milhões de pessoas podem viver na pobreza extrema até 2030. **ONU News**, 11 jul. 2023. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2023/07/1817247>. Acesso em: 11 dez. 2021

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Panorama Social da América Latina 2021**. CEPAL: 2022. Resumo executivo. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/47808-panorama-social-america-latina-2021-resumo-executivo>

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Centro Regional de Informação para a Europa Ocidental. **Pobreza**. Portugal: ONU, 2020. Disponível em: <https://unric.org/pt/eliminar-a-pobreza/#>. Acesso em: 11 set. 2023

PAPA FRANCISCO. Discurso aos participantes no Encontro Mundial dos Movimentos Populares. Roma: Dicastero per la Comunicazione, Libreria Editrice Vaticana, 2014. https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2014/october/documents/papa-francesco_20141028_incontro-mondiale-movimenti-popolari.html

PIKETTY, Thomas. **Capital e ideologia**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

PRATES, Jane Cruz; PRATES, Flávio Cruz; MACHADO, Simone. Populações em situação de rua: os processos de exclusão e inclusão precária vivenciados por esse segmento. **Revista Temporalis**, ano 11, n. 22, p. 191-21, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/1387>. Acesso em: 15 jan. 2022.

POPULAÇÃO de Abadia de Goiás (GO) é de 19.128 pessoas, aponta o Censo do IBGE. **G1 Goiás**, Goiânia, 28 jun. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2023/06/28/populacao-de-abadia-de-goias-go-e-de-19-128-pessoas-aponta-o-censo-do-ibge.ghtml>. Acesso em: 30 jul 2023

RAITANO, Felipe Camargo; RIBEIRO, Marcelo Gomes. Pobreza: conceitos e métodos. **TD Observatório das Metrôpoles**, Rio de Janeiro, n. 4, 2019. Disponível em: www.observatoriodasmetrolopes.net.br/pobreza-conceitos-e-metodos-texto-para-discussao/. Acesso em: 9 jun. 2022.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RELATOS de um morador de Rua. Compositor e Intérprete: Eddy'Black MC. [S. l.]: Eddy'Black MC, 2011. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0Aa013S0Oos>. Acesso em: 15 ago. 2023.

RIBEIRO, Geraldo. Metrô-Mangueira: dois anos depois de remoções, escombros permanecem. **Globo.com**, Rio de Janeiro, 3 jan. 2016. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/rio/metro-mangueira-dois-anos-depois-de-remocoes-escombros-permanecem-18397034.html>. Acesso em: 11 dez. 2021

RODRIGUES, Day. Uma geografia das desigualdades. **Oxfam Brasil**, [S. l.], 2019. Disponível em: <https://actions.oxfam.org/brasil/uma-geografia-das-desigualdades/petition/>. Acesso em: 17 abr. 2023.

RODRIGUES, Léo. IBGE: apesar da queda acentuada da pobreza, desigualdades se mantêm. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 25 ago. 2023. Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-08/ibge-apesar-da-queda-acentuada-da-pobreza-desigualdades-se-mantem>. Acesso em: 20 set. 2023.

RUBIN, Graziela Rossatto; BOLFE, Sandra Ana. O desenvolvimento da habitação social no Brasil. **Ciência e Natura**, v. 36, n. 2, p. 201-213, mayo-ago. 2014. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=467546173014>. Acesso em: 20 nov. 2022.

SAKATAUSKAS, Giselle de Lourdes Bangoim; LEITÃO, Karina Oliveira. Habitação e a atuação do Estado na questão habitacional. *In: JORNADA INTERNACIONAL POLITICAS PÚBLICA*, 8., 2017, São Luís. **Anais [...]**. São Luís: UFMA, 2017. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo11/habitacaoeatuacaodoestadonaquestaohabitacional.pdf>.

SALGADO, Tathiana Rodrigues. Setor de serviços e urbanização em Goiás. 2017. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFMG_d1065485be4435d9682f4f243f73e69f. Acesso em: 15 jan. 2022.

SANDRONI, Paulo. A. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Best Seller, 1999.

SANTOS, Maria Cecília Loschiavo dos. A estética da resistência: a cidade de plástico e papelão pelos moradores de rua. *In: AJZENBERG, Elza (coord.). Metáforas urbanas: uma investigação de conteúdo*. São Paulo: Programa Interunidades de Pós-Graduação em Estética e História da Arte, 2003.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo – razão e moção**. São Paulo: EDUSP, 2006.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Edusp 1ed, 2008.

SANTOS, Milton. **Manual de geografia urbana**. São Paulo: Edusp, 2012.

SANTOS, Milton. **Pobreza urbana**. 3 ed. São Paulo: EDUSP, 2013.

SANTOS, Milton. **Por uma economia política da cidade**. São Paulo: EDUSP, 2009.

SAQUET, Marco Aurélio. **Abordagens e concepções sobre território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 13 p.

SARMENTO, Isabela Viegas Moraes. **A ineficácia das políticas públicas destinadas à população em situação de rua**. Rio de Janeiro: Lumes Juris, 2020.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEN, Amartya. **Hunger and entitlements: research for action**. Finland: World Institute for Development Economics Research, United Nations University, 1988.

SEN, Amartya. **Justiça social e desenvolvimento**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SICARI, Aline Amaral; ZANELLA, Andrea Vieira. Pessoas em situação de rua no Brasil: revisão sistemática. **Psicol. cienc. prof.**, v. 38, n. 4, p. 662-679, out./dez. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003292017>. Acesso em: 15 fev. 2023.

SILVA, Edvaldo Fernandes da. **Fundamentos do compromisso interclasses na sociedade moderna**: análise da determinação recíproca entre capitalismo e cidadania a partir do conflito de classes na Usiminas. 2015. 486 f. Tese (Doutorado em Sociologia) —Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/18430?locale=fr>. Acesso em: 25 maio 2023.

SILVA, Luciana Vieira Cardoso da. **Programa Minha Casa Minha Vida e a transição para o Programa Casa Verde e Amarela**: uma análise crítica. 2023. 114 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2023. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/28297>. Acesso em: 8 jul. 2022.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. **Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil 1995-2005**. 2006. 220 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) -Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNB_08c8a611380d7e165702052de79a69ff. Acesso em: 8 jul. 2022.

SILVA, Sueli Santos da. **Milton Santos**: concepções de geografia, espaço e território. 2009. 98 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2009. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/1169>. Acesso em: 15 fev. 2023.

SILVEIRA, Daniel; BOECKEL, Cristina. Chacina da Candelária: sobrevivente ainda tem pesadelos, diz irmã. **G1**, Rio de Janeiro, 23 jul. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/07/chacina-da-candelaria-sobrevivente-ainda-tem-pesadelos-diz-irma.html>. Acesso em: 18 jan. 2021.

SOUZA, Jessé. A gramática social da desigualdade brasileira. **Rev. bras. Ci. Soc.**, v. 19, n. 54, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092004000100005>

SOUZA, Jessé. (Sub)cidadania e naturalização da desigualdade: um estudo sobre o imaginário social na modernidade periférica. **Política & Trabalho**: revista de ciências sociais, [S. l.], v. 22, n. 22, p. 67–96, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/6577>. Acesso em: 8 jan. 2023.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Fobópole**. O medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand, 2008.

SOUZA, Maria Angela de Almeida. Abordagens recentes da pobreza urbana. **Mercator**, Fortaleza, v. 17, 2018. DOI: <https://doi.org/10.4215/rm2018.e17020>. Acesso em: 18 jul. 2021

SPOSITO, Eliseu S. **Geografia e filosofia**: contribuições para o ensino do pensamento

geográfico. São Paulo: UNESP, 2004.

SPOSITO, Maria Encarnação B. **Capitalismo e urbanização**. 13 ed. São Paulo: Contexto, 2002.

TEMPOS modernos. Direção, Roteiro e Produção de Charles Chaplin. Assistente de Direção: Carter de Haven. Estados Unidos: Artistas Unidos, 1936. 1 vídeo (87 min). Publicado pelo Canal Cine Antiqua. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ZUtZ8q_vkKY. Acesso em: 19 set. 2022.

THOME, Caique Machado. **Residencial Irisville**: segregação socioespacial no cotidiano. Goiânia: PUC-GO, 2021. Relatório parcial. Disponível em: <https://sistemas.pucgoias.edu.br/sigep/relatorioPublico/imprimir?ic=20779>. Acesso em: 19 out. 2023.

TIENGO, V. M. **Rualização e informalidade**: frutos do capitalismo. Curitiba: Appris, 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. **Pop Rua 2019**: censo e perfil da população de rua em Goiânia e pesquisa sobre o trabalho realizado nas ruas de Goiânia: mapeamento dos/as trabalhadores/as de rua de Goiânia. Goiânia: UFG, 2019. Slides. Disponível em: <https://www.goiania.go.gov.br/wp-uploads/2019/12/Necrivi-Pop-Rua-2019.pptx>. Acesso em: 15 dez. 2022.

VAZ, Carolina Sampaio. **Práticas intersetoriais para pessoas em situação de rua no contexto da pandemia da COVID-19 no Distrito Federal**: avanços e desafios. 2022. 173 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas de Saúde) - Escola Fiocruz de Governo, Fundação Oswaldo Cruz, Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/58564>. Acesso em: 20 jan. 2023.

VICENZO, Giacomo. Aporofobia: aversão a pessoas pobres está presente até na arquitetura. **Ecoa UOL**, São Paulo, 25 jan. 2022. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2022/01/25/aporofobia-aversao-a-pessoas-pobres-esta-presente-ate-na-arquitetura.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 20 out. 2022

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 2007.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS - CAMPUS CORA CORALINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM GEOGRAFIA | PPGeo

URBANIZAÇÃO E VULNERABILIDADE SOCIAL

*a evolução da população em situação de rua nos municípios
goianos entre 2012 e 2021*

JAQUELINNE NEVES DE OLIVEIRA

ORIENTADORA
PROF.^a DR.^a TATHIANA RODRIGUES SALGADO

DISSERTAÇÃO